

Revista do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo
da Universidade Estadual de Ponta Grossa



PautaGeral

Estudos em Jornalismo

Volume 11 | Número 2 | 2024

ISSN: 2318-857X



Pauta **Geral**

Estudos em Jornalismo

Universidade Estadual de Ponta Grossa
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo
2024 | v. 11 | n. 2 | ISBN: 2318-857X



PautaGeral

Estudos em Jornalismo

2024 | v. 11 | n. 2 | ISBN: 2318-857X

Pauta Geral
Estudos em Jornalismo

Publicação semestral do Programa de Pós-Graduação em
Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)

Editor executivo

Marcelo Engel Bronosky

Editor adjunto

Hendryo André

Equipe assistente

David Candido dos Santos, Victor Ramalho, Alana Domingues,
Tamires Limurci e Lerianny Barbosa Tizon

Suporte técnico

Rodrigo Pallú Martins

Comissão científica

Formada por docentes
com titulação de doutorado
pertencentes ao Programa de
Pós-Graduação em Jornalismo
da UEPG

Universidade Estadual de Ponta Grossa – Ponta Grossa, Brasil

Cintia Xavier
Felipe Simão Pontes
Graziela Bianchi
Hebe Maria Gonçalves de Oliveira
Hendryo André
Ivan Bomfim
Karina Janz Woitowicz
Marcelo Engel Bronosky
Paula Melani Rocha
Rafael Schoenherr
Sérgio Luiz Gadini

Conselho editorial

Formada por docentes
com titulação de doutorado
pertencentes a reconhecidos
centros de pesquisa nacionais
e internacionais

Alberto Pena-Rodriguez, Universidade de Vigo, Espanha
Alfredo Vizeu, Universidade Federal do Pernambuco, Brasil
Aline do Amaral Garcia Strelow, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Ana Regina Barros Rêgo Leal, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Anibal Orué Pozzo, Universidad Nacional del Este, Paraguai
António Costa Pinto, Universidade de Lisboa, Portugal
Antonio Fausto Neto, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil
Antonio Francisco Magnoni, Universidade Estadual Paulista, Brasil
Antonio Halfeldt, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil

Ariane Pereira, Universidade Estadual do Centro-Oeste, Brasil
Boanerges Balbino Lopes Filho, Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil
Carlos Eduardo Franciscato, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Carlos Federico González Pérez, Universidad Nacional de Jujuy, Argentina
Cesar Arrueta, Universidad Nacional de Jujuy, Argentina
Christa Berger, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Claudia Quadros, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Cristina Mello, Universidade de Coimbra, Portugal
Denis Porto Renó, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Brasil
Dione Oliveira Moura, Universidade de Brasília, Brasil
Edson Spenthof, Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil
Eduardo Meditsch, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Elias Machado, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Elizabeth Saad, Universidade de São Paulo, Brasil
Emerson Urizzi Cervi, Universidade Federal do Paraná, Brasil
Gerson Martins, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Graça Caldas, Universidade Estadual de Campinas, Brasil
Guilherme Carvalho, Centro Universitário Internacional, Brasil
Jacques Mick, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Jesus Flores, Universidad Complutense de Madrid, Espanha
Joana Belarmino, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
João Canavilhas, Universidade da Beira Interior, Portugal
João José Figueira, Universidade de Coimbra, Portugal
Jorge Pedro Sousa, Universidade do Porto, Portugal
José Manuel Gómez y Méndez, Universidad de Sevilla, Espanha
Josenildo Guerra, Universidade Federal de Sergipe, Brasil
Juliana Colussi Ribeiro, Universidad del Rosario, Colômbia
Juliano Maurício Carvalho, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita, Brasil
Julio Cesar Arrueta, Universidad Nacional de Jujuy – Jujuy, Argentina
Karine Moura Vieira – Centro Universitário Internacional – Curitiba, Brasil
Kenia Beatriz Ferreira Maia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil
Leonel Aguiar, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Brasil
Lia da Fonseca Seixas, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Marcelo Brunet, Universidad Nacional de Jujuy, Argentina
Marcia Benetti, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil
Marcus Antonio Assis Lima, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Brasil
Mario Fernandes, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil
Miquel Rodrigo Alsina, Universitat Pompeu Fabra, Espanha
Mirna Tonus, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Muriel Emídio Pessoa do Amaral, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
Nefília Silva dos Anjos Seixas, Universidade Federal do Pará, Brasil
Paul Levinson, Fordham University, Estados Unidos
Ramón Salaverría, Universidad de Navarra, Espanha
Rogério Christofoletti, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Sandra Regina Moura, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Sebastian Alaniz, Universidad Católica do Chile, Chile
Sergio Mattos, Universidade Federal do Recôncavo Baiano, Brasil
Silvio Waisbord, George Washington University, Estados Unidos
Suzana Barbosa, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Tattiana Teixeira, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Tomás José Jane, Escola Superior de Jornalismo, Moçambique
Victor Gentilli, Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil
Yamile Haber Guerra, Universidad de Oriente, Cuba

Revista Pauta Geral

Endereço

Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)
Programa de Pós-Graduação em Jornalismo
Campus Central. Praça Santos Andrade, 01 - Centro, Ponta Grossa - PR, 84010-330

Contato

42 99861062
revistapautageral@gmail.com

<https://revistas.uepg.br/>

SUMÁRIO

Editorial	Na Pauta: A linguagem e o tempo Hendryo André e Marcelo Engel Bronosky	7
Artigos	Jornalista-fala": consequências dos ataques à imprensa na rotina dos profissionais da informação <i>Gabriel Landim</i>	11
	Relações de trabalho no jornalismo: o ambiente laboral em iniciativas independentes <i>Edgard Patrício</i>	28
	Geografias da televisão regionalizada: a identificação conceitual dos territórios do telejornalismo regional brasileiro <i>Francisco das Chagas Sales Júnior</i>	44
	Zona de Desenvolvimento Proximal, Aprendizagens Contextuais e Jornalismo: aproximações e potencialidades para a socialização de conhecimentos <i>Janaíne Kronbauer</i>	61
	Catástrofes da Viagem ao Norte: narrativas jornalísticas de José do Patrocínio sobre a seca de 1877-79 <i>Daniel Macêdo</i>	77
	Que rio é esse que está no jornal? Uma análise de conteúdo dos textos sobre o Rio Sorocaba publicados no jornal Cruzeiro do Sul em 2023 <i>Guilherme Profeta e Vanessa Aparecida Ferranti</i>	94

Mais do que um “Arrume-se comigo”: o uso do TikTok no jornalismo de moda digital da revista Elle Brasil	114
<i>Maiara Carvalho Batista Maduro e Mariana Murara Fagundes</i>	
Jornalismo e Inteligência Artificial: desafios nas redações	133
<i>Orlando Maurício de Carvalho Berti</i>	
Humanização do jornalismo requer humanização do jornalista	149
<i>Jorge Kanehide Ijuim e Lynara Ojeda Souza</i>	

EDITORIAL

7

Na Pauta: a linguagem e o tempo

Os tensionamentos entre a aparente contradição estabelecida pelo crescimento das possibilidades técnicas de se comunicar e o recrudescimento do fenômeno da desinformação estão mais cristalinos do que nunca. Vive-se em um mundo mais hostil, acelerado temporalmente e que flerta, transvestido por um ideal paradoxal de “liberdade”, com práticas autoritárias que violam, de modo cada vez mais naturalizado socialmente, direitos fundamentais que sustentam os projetos das democracias liberais.

A sensação ilimitada de expressar ideias sem medir consequências, cristalizada via redes sociais, atinge de forma preponderante a atividade e o campo da pesquisa em jornalismo. No primeiro caso, o jornalismo, uma prática social que, normativamente e com todas as suas limitações, buscou posicionar-se como uma instituição mediadora entre a sociedade civil e o estado, disputa espaço com iniciativas de grupos sociais que, pela própria falta de institucionalização, não possuem protocolos deontológicos claros. No segundo caso, as transformações em curso são tão velozes que o pensamento científico — lugar deste periódico e que segue ritos e tempo próprios — tem dificuldades de olhar para um mundo em constante transformação.

Ainda assim, a seleção de textos disponíveis neste número da **Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo** chega aos leitores e leitoras com o propósito de lançar luz sobre esse desafio de trocar o pneu enquanto o veículo se desloca em alta velocidade.

No texto que abre a edição, “*Jornalista-fala*”: *consequências dos ataques à imprensa na rotina dos profissionais da informação*, Gabriel Landim desvela, a partir de entrevistas com cinco integrantes do jornalismo da TV Globo que foram vítimas de violência durante o exercício da profissão, algumas estratégias e implicações no modo de praticar jornalismo na maior emissora do país. Autocensura, sentimento de impotência e impactos na própria saúde mental dos profissionais são fatores que não só exigiram mudanças na linguagem telejornalística, mas que vêm violando diretamente o próprio princípio da liberdade de imprensa.

A preocupação com a garantia de condições para o exercício da profissão é democrática e envolve de grandes grupos de comunicação, como a já citada TV Globo, a iniciativas de jornalismo independente. A última linha é tema do artigo *Relações de trabalho no jornalismo: o ambiente laboral em iniciativas independentes*. Nele, Edgard Patrício busca destrinchar a proeminente pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021*, com olhares direcionados ao que diferencia as práticas de jornalismo independente do chamado *mainstream*. A investigação versa sobre questões relacionadas à qualidade da informação em meio a ambientes hostis de trabalho e questiona sobre como esse contexto pode atingir diretamente os níveis de satisfação com a profissão. De acordo com o estudo, os resultados não são muito promissores.

Cobrir um território, conforme os dois primeiros estudos, pode ser desafiador. Entendê-lo pode ser tão custoso quanto. Embasado pelas dificuldades em definir clara e objetivamente o conceito de televisão local e/ou regional, Francisco das Chagas Sales Júnior assina o artigo *Geografias da televisão regionalizada: a identificação conceitual dos territórios do telejornalismo regional brasileiro*. Como resultado, observa que a delimitação territorial da televisão regional é algo complexo e que não deve ser tomada mediante fronteiras imutáveis.

Na sequência, ao partir do pressuposto de que as formas de aprendizagens superam a modalidade educativa formal, a pesquisadora Janaíne Kronbauer observa como o jornalismo, entendido como uma forma social de conhecimento, atua enquanto agente socializador de conhecimentos com “latente potencial de aprendizado”. No texto intitulado *Zona de Desenvolvimento Proximal, Aprendizagens Contextuais e Jornalismo*:

Aproximações e potencialidades para a socialização de conhecimentos, a autora, por meio de uma discussão de cunho teórico, avalia que a noção de jornalismo enquanto forma de conhecimento ainda não foi amplamente explorada, já que seu foco, até aqui, esteve voltado majoritariamente à construção narrativa do produto *notícia*.

O produto mais conhecido da linguagem jornalística, a notícia, é explorado por uma perspectiva histórica por Daniel Macêdo no artigo *Catástrofes da viagem ao norte: narrativas jornalísticas de José do Patrocínio sobre a seca de 1877-79*. Ao tratar de um momento talvez menos conhecido do jornalista quando comparado a seu notório papel durante o período da Abolição, o pesquisador reforça como José do Patrocínio conseguiu, a partir da cobertura de uma extensa estiagem, utilizar a observação em campo e a escrita jornalística como elementos de intervenção política.

Da seca do século XIX às enchentes do século XXI. O jornalismo lida o tempo todo com representações dos partícipes de suas narrativas. Entretanto, como avaliar quando o artífice representado é um elemento da natureza? Essa missão foi tomada por Guilherme Profeta e Vanessa Aparecida Ferranti no artigo *Que rio é esse que está no jornal? Uma Análise de Conteúdo dos textos sobre o Rio Sorocaba publicados no jornal Cruzeiro do Sul em 2023*. Imerso em uma lógica na qual o progresso é a força-motriz, o rio, fundamental para a própria habitação da região, é representado majoritariamente como um incômodo, um problema inerente à cidade do interior paulista.

Se compreender territórios geográficos é uma missão árdua, uma terra que ainda carrega muitos segredos aos estudos de Jornalismo são as redes sociais. Em *Mais do que um "Arrume-se comigo": o uso do TikTok no jornalismo de moda digital da revista Elle Brasil*, Maiara Carvalho Batista Maduro e Mariana Murara Fagundes, mediante entrevistas semiestruturadas com editores e uma análise de conteúdo de notícias da eminente revista de moda, avaliam que há supressão de elementos jornalísticos fundamentais na construção das notícias na plataforma TikTok.

Já em *Jornalismo e inteligência artificial: desafios nas redações*, Orlando Maurício de Carvalho Berti apresenta os resultados de uma pesquisa de campo originária de uma demanda dos próprios jornalistas do estado do Piauí. O texto, que reúne alguns dos achados de uma pesquisa de campo que durou pouco mais de um ano, problematiza os papéis do jornalismo em tempos de inteligência artificial, especialmente, nas etapas de pauta, apuração, edição — a mais afetada pelas ferramentas de inteligência artificial, segundo o texto — e circulação.

Por último, Jorge Kanehide Ijuim e Lynara Ojeda Souza promovem uma reflexão sobre a questão da infância e adolescência a partir de duas coberturas do portal G1: meninos e meninas vítimas de ações policiais no Rio de Janeiro e aquelas afetadas pela recente tragédia climática no Rio Grande do Sul. Intitulado *Humanização do jornalismo requer humanização do jornalista*, o artigo busca demonstrar certo tensionamento entre o desenvolvimento das narrativas sob o prisma técnico e ético — sendo este o foco de atenção da autoria.

Como aponta o conjunto de textos, a linguagem e o tempo são os ferramentais centrais para compreender como se organiza minimamente esta nova economia da atenção na qual o jornalismo busca manter-se como instituição proeminente. A linguagem, conforme Janet Malcolm, no clássico livro *O jornalista e o assassino*, é aquela “que torna humanas as pessoas e é o meio fundamental que temos para saber quem são os outros”. Significa que humanizar é entender, sob um olhar empático, o *outro*. Reconhecer a emergência do direito à existência do *outro*.

Sobre o tempo: ele sempre vencerá. E o tempo de 2024 já ficou para trás.

A equipe editorial da **Revista Pauta Geral – Estudos em Jornalismo** reforça que segue aberta em fluxo contínuo para a edição do primeiro semestre de 2025. Além disso, o periódico recebe propostas de dossiês temáticos, artigos, resenhas, entrevistas e relatos de experiência. A revista, que recebeu mais de 20 trabalhos para esta edição, também agradece formalmente aos autores e autoras, além das quatro dezenas de pareceristas que, de modo rigoroso, contribuíram para a qualidade dos nove textos aqui publicados — e, claro, para o aperfeiçoamento dos artigos recusados ou com pedido de nova rodada de avaliação. Entende-se que o olhar crítico e seletivo seja fundamental para cumprir o papel de uma proeminente publicação científica.

Ainda em tempo: feliz Natal, próspero ano novo e excelentes férias. E, claro, na volta, uma ótima leitura desta edição. Até 2025.

Ponta Grossa, 24 de dezembro de 2024.

Hendryo André
Marcelo Engel Bronosky

“Jornalista-fala”

Consequências dos ataques à imprensa na rotina dos profissionais da informação

Gabriel Landim¹

Resumo

Veículos de comunicação e jornalistas adaptaram as rotinas produtivas em prol da segurança das equipes de reportagem, após o assassinato de Tim Lopes (Ramos; Paiva, 2017) e, mais recentemente, diante de ataques com motivações políticas e alimentados nas redes sociais digitais pelo que se entende como o Quinto Poder (Dutton, 2009). Por meio de entrevistas (Garrett, 1981; Seidman, 1991), bibliografias e pesquisa documental (Fonseca, 2002), buscou-se entender os reflexos dos diferentes tipos de violência nas rotinas pessoal e profissional de jornalistas da TV Globo e afiliadas, frequentemente atacados nos últimos anos. Concluiu-se que a violência contra a imprensa provocou mudanças na busca por notícias e nas gravações rotineiras. Os profissionais também tiveram suas vidas e relações interpessoais afetadas pelo medo e pela desconfiança.

Palavras-chave: Violência contra a imprensa. Entrevista. Rotina de reportagem.

11

“Journalist-speak”: consequences of attacks on the press on the routine of information professionals

Abstract

Communication companies and journalists adapted their production routines in favor of the safety of reporting teams after the murder of Tim Lopes (Ramos and Paiva, 2017) and, more recently, in the face of politically motivated attacks fueled on digital social networks by what understood as a Fifth Power (Dutton, 2009). Through interviews (Garrett, 1981; Seidman, 1991), bibliographic surveys, and documentary research (Fonseca, 2002), sought to understand the consequences of different types of violence in the personal and professional routines of journalists at TV Globo and affiliates, frequently attacked in recent years. It was concluded that violence against the press led to changes in the search for news and routine recordings. The lives of professionals were affected by fear and distrust.

Keywords: Violence against the press. Interview. Reporting routine.

¹ Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Jornalismo e Audiovisual (NJA) da UFJF. Jornalista, repórter na TV Integração afiliada Globo em Minas Gerais. E-mail: gabriellandim@outlook.com.

Introdução

A violência contra a imprensa provocou reflexos no processo de produção da notícia. Do mesmo modo, jornalistas passaram a lidar, sobretudo nos últimos anos, com o peso da violência em suas rotinas — durante o trabalho ou não. Desde o assassinato de Tim Lopes em 2002, como apontam os estudos de Ramos e Paiva (2007), até os casos mais recentes de violência contra jornalistas, registrados principalmente a partir de 2013 sob a ótica das motivações políticas, veículos de comunicação têm promovido adaptações na rotina da reportagem. Desde equipamentos e veículos sem identificação da emissora, até mudanças no formato e nos modos de captação, foram várias as ações para proteger jornalistas e garantir o cumprimento da missão de informar.

Com o fortalecimento dos ataques com motivações políticas nos anos de 2020 e 2021, quando recordes consecutivos foram registrados pela Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), veículos de comunicação lançaram mão de estratégias para defender o Jornalismo, sobretudo diante de ataques relacionados à pandemia da Covid-19. A TV Globo, por exemplo, foi acusada de causar um alarmismo intencional sobre a doença. Ao mesmo tempo, os próprios jornalistas passaram a criar métodos de defesa no trabalho diário da reportagem, ao mesmo tempo que aprenderam a lidar com a insegurança e o medo em suas rotinas.

Diante das inúmeras possibilidades permitidas pela internet, o público conectado — chamado por Dutton (2009) de Quinto Poder — passou a ter cada vez mais espaço para compartilhar suas próprias convicções — prática denominada como *pós-verdade* por Tesich (1992) —, passando a questionar o que é elencado como verdade pelos jornalistas profissionais, sobretudo diante da polarização política e de ataques à ciência. Entre os principais alvos, nos últimos anos, estavam funcionários da TV Globo e de emissoras afiliadas — entre repórteres e repórteres cinematográficos, profissionais que trabalham nas ruas e que passaram a registrar os episódios violentos sofridos por eles e pelos colegas.

Diante da premissa das redações de Jornalismo de que o jornalista, geralmente, não é notícia, nesta pesquisa fez-se necessário quebrar este paradigma para ouvir quem sofreu ou narrou um episódio agressivo na tela da TV, e dar voz a quem trabalha sob o medo e ameaças. Deste modo, buscamos entender o que mudou na rotina dos profissionais da imprensa para garantir a segurança e a notícia. Há diferenças na captação dos materiais, na cautela durante a gravação e nas relações interpessoais dos jornalistas? Por meio da

metodologia de entrevistas² — cuja realização foi precedida por apreciação e aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) — foram ouvidos cinco profissionais da equipe de jornalismo da TV Globo e afiliadas — entre vítimas e narradores de episódios violentos, além de um chefe de produção da emissora — para compreender o que mudou na rotina produtiva e no dia a dia dos comunicadores, diante do aumento na frequência dos ataques às equipes de reportagem.

A entrevista é necessária para garantir a pluralização de vozes e a democratização da informação. Para Garrett (1981), é uma arte de ouvir, perguntar e conversar, promovendo um envolvimento do entrevistador e de quem responde às questões. Segundo Seidman (1991), entrevistamos não apenas para encontrar respostas, mas para tentar compreender histórias e reflexões, os significados que os entrevistados atribuem a elas e, por fim, encaixá-las no contexto pesquisado. Para esta pesquisa, utilizou-se o modelo de entrevista semiestruturada que, para Manzini (1990/1991, p. 154), é focada em um assunto sobre o qual fazemos um roteiro com perguntas principais, complementadas por outras questões que surgem ao longo do diálogo. Assim, as informações surgem de maneira mais livre, sem condicionamento a padrões de respostas. Para Triviños (1987, p. 146), a entrevista semiestruturada se apoia em hipóteses básicas do tema de pesquisa, mas dá frutos a novas ideias surgidas a partir das respostas.

Para além da entrevista, recorreremos também a um arcabouço teórico para compreender as investidas violentas contra a imprensa e o histórico de mudanças no processo produtivo, sobretudo televisivo, até chegar aos relatos de profissionais da TV Globo, ouvidos nesta pesquisa. Também utilizamos como método a Análise Documental, que consiste na avaliação de documentos de diferentes fontes e formatos (Fonseca, 2002), para identificarmos e correlacionarmos ações importantes na defesa da imprensa, promovidas por veículos de comunicação e entidades ligadas ao Jornalismo, com a discussão promovida neste artigo.

Ações para garantir a segurança de jornalistas e a liberdade de imprensa

Após o assassinato do jornalista Tim Lopes, considerado um marco da violência contra a imprensa no Brasil, veículos de comunicação passaram a investir na segurança

² As entrevistas foram realizadas durante pesquisa de mestrado na UFJF, sob orientação da professora doutora Iluska Maria da Silva Coutinho, e estão disponíveis na íntegra em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/15949>. Acesso em 22 dez. 2024.

dos profissionais, implementando, por exemplo, o uso de coletes e veículos blindados, e acrescentaram treinamentos à rotina de trabalho dos jornalistas. Ramos e Paiva (2007) explicam que os repórteres passaram a decidir nas ruas o que seria seguro ou não fazer, mesmo que isso signifique um prejuízo na produção da notícia. Para as autoras, após o assassinato de Tim e a ocorrência de outros casos violentos, cresceu a necessidade de estabelecer um padrão de comportamento dos profissionais nas ruas.

Equipamentos adequados à situação de cada cidade — coletes, carros blindados, rádios — representam uma importante medida para diminuir a chance de se tornarem vítimas. [...] Mas o passo fundamental, já identificado pelos próprios jornalistas, é o estabelecimento de padrões claros de comportamento, que sejam conhecidos por todos os profissionais da empresa. Esses padrões devem ser construídos através do diálogo permanente e franco entre repórteres, editores e executivos de mídia. É preciso avançar além do reconhecimento da segurança do profissional de imprensa como um problema a ser resolvido (Ramos; Paiva, 2007, p. 107).

Três anos após o assassinato de Tim Lopes, a Federação Internacional dos Jornalistas — criada em 1926 para garantir a liberdade de imprensa — lançou o manual *Notícias em vivo – Manual de proteção para jornalistas*, com o objetivo de diminuir as vítimas em coberturas de guerra e em locais de risco. O crescimento da violência contra jornalistas acendeu um alerta em organizações internacionais e nacionais, que também passaram a criar manuais e relatórios de proteção aos profissionais em coberturas de risco. A *International Resource for Impact and Storytelling* (Iris) publicou o relatório *Fortalecimento dos recursos de segurança e proteção para narradores de histórias visuais e jornalistas*³ — tradução nossa. O documento destaca que, em muitos lugares, a câmera é considerada uma arma e os profissionais da imprensa enfrentam riscos de retaliação por quem se sente ameaçado pelas narrativas construídas pelos jornalistas. O relatório aborda, também, o papel do governo e da sociedade para a promoção de políticas contra a violência contra os profissionais da imprensa. Um *Manual de Segurança para Jornalistas*⁴ utilizado no mundo todo é o do Comitê de Proteção a Jornalistas — organização independente e sem fins lucrativos. A mesma instituição criou em 2019 o *Kit de Proteção Digital*⁵, com estratégias de proteção de contas, dados e informações apuradas de jornalistas na internet e nos equipamentos eletrônicos.

³ Disponível em: <https://saferstorytellers.org/>. Acesso em: 11 out. 2024.

⁴ Disponível em: <https://cpj.org/pt/2014/06/journalist-security-guide/>. Acesso em: 11 out. 2024.

⁵ Disponível em: <https://cpj.org/pt/2019/10/kit-de-seguranca-digital/>. Acesso em: 11 out. 2024.

Se nos anos 2000, o maior gargalo enfrentado pelos jornalistas estava nas coberturas em zonas das cidades consideradas de risco pelas redações e pelas forças de segurança, principalmente a partir de 2013 as manifestações também se tornaram áreas perigosas para os profissionais. Foi quando a TV Globo, por exemplo, retirou as marcas da emissora de circulação. Os repórteres passaram a utilizar microfones sem canoplas⁶, veículos sem adesivos e, em determinadas situações, passaram a gravar ou entrar ao vivo do alto de prédios ou em locais que oferecessem maior segurança — ações praticadas até hoje a depender dos assuntos das reportagens e dos locais de captação. Apesar do número considerável de episódios violentos contra jornalistas contabilizados entre 2013 e 2015, provocados principalmente pelas manifestações realizadas no país, os records foram registrados em 2020 — 428 casos — e em 2021 — 430 ocorrências. Neste período, os casos violentos passaram a acontecer, também, na internet ou foram organizados por meio das plataformas de redes sociais digitais. No Brasil, uma série de cartilhas e documentos orientativos também foram publicados. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e o Observatório de Liberdade de Imprensa da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) lançaram a *Cartilha sobre medidas legais para a proteção de jornalistas contra ameaças e assédio online*⁷. A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) criou o *Guia de Proteção a Jornalistas na Cobertura Eleitoral*⁸, com orientações básicas de segurança para profissionais da mídia na cobertura das eleições de 2022.

Se a imprensa recebeu simbolicamente o título de Quarto Poder — por defender os interesses da população e cobrar os poderes da República — em sua missão diária, passou a ser monitorada e fiscalizada por parte do que se entende como um Quinto Poder, expressão denominada por William H. Dutton (2009) para conceituar o público conectado na internet, que dá forma à mídia digital. As *affordances* (Gibson, 1977) das plataformas digitais, possibilidades permitidas pela tecnologia, abriram espaço para o posicionamento do internauta. Uma parcela desses novos consumidores de conteúdo não mais aceita o que é narrado como verdade pelo telejornalismo, já que têm acesso a inúmeras outras versões do fato pela internet e também tem o poder de publicar as suas próprias. No entanto, em um espaço onde nem tudo é apurado e checado, a verdade deixa de ser tão importante

⁶ acessórios utilizados nos microfones para identificar a emissora utilizando uma logomarca.

⁷ Disponível em: abraji.org.br/help-desk/cartilha-sobre-medidas-legais-para-a-protecao-de-jornalistas-contrameacase-assedio-on-line. Acesso em: 11 out. 2024.

⁸ Disponível em: https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2022/09/2022_guia-FENAJ-deprotec%CC%A7a%CC%83o-jornalistas.pdf. Acesso em: 11 out. 2024.

quanto o que se imagina como verdadeiro, como definiu Tesich (1992) a partir do conceito de *pós-verdade*. Tal fenômeno pode ser considerado como uma das causas de inúmeros episódios violentos contra a imprensa no Brasil nos últimos anos. Durante a pandemia da Covid-19, em meio ao negacionismo, a imprensa passou a ser atacada por defender a ciência, enquanto o governo federal, à época liderado por Jair Bolsonaro, promovia os ataques a jornalistas, fortalecendo costumes e convicções pessoais.

Uma ação significativa de veículos de comunicação em maio de 2020 foi a retirada dos jornalistas que faziam a cobertura presidencial em um *cercadinho* do Palácio da Alvorada — residência oficial do Presidente da República — após uma escalada de ataques verbais e hostilidades, cometidas por Bolsonaro e apoiadores, aos profissionais da imprensa que faziam a cobertura do lado de fora do prédio. De acordo com a Abraji, essa não foi a primeira vez que a imprensa reagiu coletivamente à atitude de um presidente. No final da Ditadura Militar, em 1984, repórteres fotográficos baixaram suas câmeras durante a passagem do presidente João Baptista Figueiredo, em protesto às grosserias do governante. Em algumas pautas, a opção da TV Globo e suas afiliadas ainda é enviar produtores com celular para a gravação de imagens e até mesmo entrevistas, de modo a garantir a discrição e a integridade das equipes, como explica o chefe de produção da Mesa Rede do Jornal Nacional:

Certamente, em alguns tipos de cobertura, as equipes tiveram que ter um cuidado redobrado, evitando a exposição a riscos impostos por grupos extremistas. Em alguns casos, procurando usar veículos sem identificação da emissora. Ou, muitas vezes, optando por usar produtores com celulares para captar imagens que antes seriam feitas por repórteres cinematográficos (Nery, 2023).

Depois das eleições de 2018, com o agravamento da violência contra a imprensa — sobretudo após a vitória e o início do mandato do então presidente Jair Bolsonaro, a TV Globo e suas afiliadas passaram a utilizar carros sem adesivo na maioria das pautas e não somente durante manifestações, e contrataram seguranças para resguardar os prédios das emissoras e as equipes nos dias de protesto e nas coberturas eleitorais.

No caso dos “Guardiões do Crivella” — noticiado no Jornal Nacional em 2020 — as equipes de reportagem eram impedidas de abordar as reclamações dos pacientes sobre os problemas no atendimento de saúde na porta dos hospitais. O repórter da TV Globo Ben-Hur Correia, que foi vítima de agressões verbais e impedido de entrar ao vivo na porta de um hospital, explica que a equipe precisou trabalhar com seguranças contratados por um

período: “Eu nunca tinha visto isso em nenhuma televisão do mundo” (Ben-Hur, 2023). De acordo com Ben-Hur, a equipe foi treinada pela emissora para lidar com possíveis conflitos durante as gravações e entradas ao vivo nas ruas.

Depois desse episódio [Guardiões do Crivella], a gente teve dois cursos de defesa e de estratégias de conflitos com especialistas, sobre o que fazer, por exemplo, em momentos de tensão, quando a equipe é atacada. O que fazer no momento de uma manifestação um pouco mais agressiva. Isso aconteceu tanto antes da eleição de 2020 quanto no período pré-eleição de 2022 (Ben-Hur, 2023).

Segundo o jornalista Paulo Renato Soares, da TV Globo, “todo mundo ficou mais atento, você passa e a pessoa xinga, você não evita que isso aconteça, mas você pode tentar impedir que tome uma escalada, não reagindo” (Soares, 2023). O repórter da TV Integração — afiliada da Globo em Minas Gerais — Arcênio Corrêa, agredido fisicamente na cidade de Prata em 2020, explica que uma das estratégias de segurança adotadas por ele na rua é conseguir proteção de paredes antes de fazer gravações ou entradas ao vivo: “em momentos de vivo, sempre eu optava por um lugar onde tinha parede, onde tinha algo que eu pudesse me desvencilhar e me dar segurança” (Corrêa, 2023).

Durante a cobertura eleitoral de 2022, a TV Integração também orientou seus profissionais sobre como agir em episódios violentos em um manual (Quadro 1).

Quadro 1: Orientações da TV Integração para a segurança dos jornalistas nas eleições de 2022

- Evite retrucar: boa parte dos agressores acabam desistindo da violência, seja ela verbal ou física, desde que não seja alimentada;
- Mantenha distância de situações violentas;
- Encerre seu trabalho e avise seu superior se sua avaliação for de risco à sua integridade, da equipe e do patrimônio da empresa;
- Em caso de ferimento, procurar atendimento médico. Ressalta-se a necessidade da elaboração de exame de corpo de delito. Na hipótese de não ser possível realizá-lo, o prontuário médico servirá como exame pericial indireto;
- Caso se verifique a necessidade da intervenção policial, disque o número 190, a ligação é gratuita;
- Entre em contato com o setor Jurídico da emissora;
- Com o apoio do Jurídico, solicite o registro da ocorrência para demais providências da emissora;
- Procure testemunhas no local;
- Orientado pelo jurídico, o comunicador deverá narrar o fato com riqueza de detalhes; É recomendável que todo e qualquer ato irregular seja gravado pelo aparelho profissional ou próprio sempre que possível.

Fonte: Manual TV Integração Eleições 2022. Adaptado pelo autor, 2024

Diante do aumento de episódios desse tipo, a imagem do ataque tornou-se materialidade importante, como abordaremos a seguir.

Os registros audiovisuais das agressões como materialidade fundamental

Os registros audiovisuais dos episódios agressivos contra equipes de reportagem se tornaram frequentes, seja por meio de celular ou pelos próprios equipamentos da emissora, e passaram a contribuir para respaldos jurídicos e narrativas noticiosas. A recomendação dos próprios veículos é de que os profissionais ameaçados ou agredidos tentem, dentro das possibilidades cabíveis, filmar a ação violenta. Um exemplo da importância do registro audiovisual vem do episódio agressivo sofrido pelo repórter Arcênio Corrêa, da TV Integração, em 2020, na cidade mineira de Prata (figura 1). A equipe fazia a gravação de uma reportagem sobre as deficiências no atendimento de saúde em um hospital da cidade. O episódio foi registrado pela câmera profissional da própria equipe.



Figura 1: Agressão ao repórter da TV Integração Arcênio Corrêa
Fonte: Globoplay (2023). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8981784>.
Acesso em: 12 mar. 2023.

Segundo Arcênio, a gravação foi um processo natural por parte da equipe.

Ele começou a gravar essas imagens aleatórias da rua, da fachada do hospital, do pronto atendimento. E aí na hora em que ele virou e começou a ver aquela movimentação estranha de várias pessoas ali, ele fixou a imagem para o meu lado. O “espírito” já começava a contar que ali poderia acontecer alguma coisa e ele permaneceu ali com aquela imagem parada, mais aberta. Uma imagem aberta daquela situação (Corrêa, 2023).

De acordo com o repórter, a imagem da agressão chamou atenção de muitos veículos de imprensa, fazendo com que o fato virasse notícia em poucos minutos.

O Stanley [repórter cinematográfico] fez a captura da imagem da câmera e mandou para a TV. Passaram cinco minutos e a minha vida tinha virado de cabeça para baixo. [...] A TV Integração já entrou com as imagens, aí já tinha rádio, TV, várias emissoras do Brasil inteiro, falando sobre o assunto. E começou a aparecer: primeiro no MG1, depois no Jornal Hoje, no G1. Promotor de justiça me ligando, ligação do Estado, procurador federal, juízes, advogados. A imprensa querendo falar comigo, as associações de jornalistas, imprensa de fora do país (Corrêa, 2023).

Para o repórter, o registro audiovisual evita injustiças contra os profissionais da imprensa, resguardando o trabalho e os direitos do jornalista. De acordo com Arcênio, de posse das imagens, foi possível instaurar processos contra os agressores na justiça.

No caso conhecido como “Guardiões do Crivella”, as imagens produzidas pelas câmeras profissionais da TV Globo nortearam toda uma narrativa de denúncia contra o poder público. Por meio dos registros audiovisuais, materialidade fundamental para a narrativa, foi possível identificar os funcionários públicos da prefeitura do Rio de Janeiro que “batiam ponto” na porta dos hospitais para impedir o trabalho dos jornalistas, na função de exibir as reclamações dos pacientes sobre o atendimento de saúde na cidade.

Para o repórter da TV Globo Ben-Hur Correia, que foi vítima do episódio “Guardiões do Crivella”, a câmera e o microfone, os equipamentos de captação, resguardam as equipes de reportagem.

Esse uso defensivo de equipamento de imprensa, como “armas”, como objeto de defesa, vem como documentação do jornalista. É só a gente observar jornalistas que cobrem áreas de conflito. Marcos Uchôa sempre fala isso: que a câmera e o microfone são as minhas proteções nesse momento em que eu estou cobrindo um conflito. [...] É engraçado isso, eu ter que comparar a situação da gente aqui com uma situação de zona de conflito, mas é mais ou menos isso: o uso que a gente faz dos nossos objetos de profissão. Eles já têm essa característica de serem defensivos para a gente. Eu não vejo como algo muito novo. A gente já sabe usar isso, a gente já sabe fazer isso. [...] É instintivo (Ben-Hur, 2023).

Contudo, mesmo com tamanha importância da imagem, evidenciada pelos profissionais, um episódio pode ganhar visibilidade e valor-notícia sem um registro audiovisual. Para o Chefe de Produção da Mesa Rede do Jornal Nacional, Rogério Nery, nem sempre o flagrante do fato é o principal critério de noticiabilidade.

Em alguns casos, tudo o que se tem é o relato, uma queixa na polícia, mas nenhum material audiovisual disponível. Então, o registro em nota seca [ou nota simples] é importante, mesmo sem as imagens. Por isso, é difícil ter uma regra. Talvez a única regra seja a regra da melhor informação (Nery, 2023).

O ato de registrar um episódio violento e as estratégias para garantir a segurança das equipes causaram impactos no processo de produção da notícia, como abordaremos a seguir.

Impactos no processo de produção da notícia

Para evitar a agressão a um jornalista, alguns veículos de comunicação orientam que as equipes de reportagem precisam respeitar limites — e têm autonomia para isto. Para Silvia Ramos e Anabela Paiva (2007, p. 107), “a consciência deste risco torna-se cada vez mais aguda e, atualmente, tem impacto na própria qualidade do jornalismo”.

Com as equipes distantes do fato, captando imagens do alto dos prédios ou com celular, detalhes do que está acontecendo são perdidos, sobretudo, os que poderiam gerar furos de reportagem — materiais diferenciados em relação a outros veículos de comunicação.

Com tais limitações, até mesmo veículos de comunicação com grande aporte logístico e de infraestrutura, como carros e equipamentos de última geração, acabam enfrentando barreiras para produzir a notícia, diante do prejuízo à liberdade de imprensa.

O repórter cinematográfico da TV Globo em São Paulo, Leandro Matozo, acredita que as ações de segurança, por mais necessárias que sejam, prejudicam a credibilidade das equipes e podem promover distanciamento.

Você chega com uma câmera, você e o repórter no lugar, você tem um tipo de recepção. Chegam você, o repórter e dois seguranças, você tem outro tipo de recepção. Você chegar no local com a canopla do microfone, com o logo da emissora no carro, você tem um tipo de abordagem. Mas se você chegar com o carro sem nada, é outra (Matozo, 2023).

Para Matozo, o prejuízo à imagem do Jornalismo profissional nos últimos anos, sobretudo da TV Globo — diante dos ataques sofridos por motivações políticas —, afetou diretamente a rotina das gravações.

Em alguns lugares públicos que você vai gravar, você começa a perceber um tratamento melhor para emissora A ou B. Você vai usar um banheiro e dizem que está quebrado. [...] Se íamos a um posto de gasolina e era só dar um “joia” para gravar, agora dizem que “tem que ver direitinho” (Matozo, 2023).

Em um dos episódios promovidos pelos “Guardiões do Crivella”, o repórter Ben-Hur tentava fazer uma das entradas ao vivo quando foi impedido pelos agressores e acabou desistindo da reportagem.

Segundo Ben-Hur, a gravação feita pelo próprio agressor no momento dos ataques foi uma afronta ao trabalho exercido por ele. “Como eu saí da ação, eles disseram: ‘a gente está expulsando, a gente está expulsando’ e vieram para cima e, quando vi essa imagem circulando pelas redes sociais, eu classifiquei como uma derrota profissional” (Ben-Hur, 2023). Ben-Hur explica que, após os episódios, passou a agir de modo a garantir a produção da notícia na sua integralidade.

Eu fico monitorando as laterais, pensando qual é o local que eu posso fazer, onde tudo vai sair perfeito, onde consigo dar a minha mensagem até o final e isso não vai ser prejudicado. [...] Se você não chega no fim de uma entrada ao vivo, você não completou seu trabalho, não concluiu sua missão de estar ali (Ben-Hur, 2023).

O repórter da TV Integração em Minas Gerais, Arcênio Corrêa, afirma que, durante o período de aumento nos episódios agressivos, passou a treinar, em casa, como poderia lidar com as interrupções ou agressões na rua.

Eu sabia que se caso alguém jogasse uma água em mim, eu continuaria ao vivo e falando sobre aquilo de uma forma tranquila. [...] Eu treinava quando uma pessoa fosse me empurrar. [...] O papel do jornalista é fazer uma ponte. Se essa ponte quebrar, as pessoas vão continuar passando. Como elas vão passar? Nem que eu tenha uma tábua, uma mão, um poder de fala, o que eu puder fazer pra que essa pessoa continue a travessia, eu tô ali, pronto (Corrêa, 2023).

Diante dos episódios agressivos sofridos, os jornalistas passaram a lidar com inseguranças nas relações interpessoais, até mesmo fora do trabalho, e a pedir justiça.

“Jornalista-fala”: vozes das vítimas dos ataques à imprensa

Os jornalistas relatam que tiveram o direito de trabalho ferido e que suas relações sociais foram impactadas. Para Arcênio, no momento da agressão pela qual passou, a preocupação não foi apenas resguardar a integridade física, mas também garantir o direito de informar.

[Um dos agressores] dizia: “você vai sair daqui sem o seu microfone e sem o seu celular porque não vai ter matéria. A gente vai acabar com isso tudo. Eu vou quebrar os seus materiais de trabalho”. E a minha forma de agir foi segurar o meu material, pensando: “você pode acabar comigo, mas os

meus instrumentos de trabalho você não vai conseguir arrancar de mim”. Como eu me fortaleci, juntando ao meu corpo os meus instrumentos de trabalho, o superintendente de cultura que estava do lado, me deu uma mata-leão (Corrêa, 2023).

Ainda sobre os “Guardiões do Crivella”, Ben-Hur explica que, para interromper o trabalho de informar, os agressores faziam o que fosse necessário.

Eles não queriam que a gente passasse informações para o público, eles queriam interromper o nosso trabalho o tempo inteiro, então eles faziam de tudo para que a gente não conseguisse chegar até o final das nossas entradas ao vivo, esse era o grande objetivo. E aí esse “fazer de tudo” implica, sim, ser violento, tanto verbalmente, quanto, às vezes, fisicamente. [...] A violência não era só direcionada à emissora, era para a pessoa física que estava ali, era para o jornalista que estava ali. [...] Eu me sentia violentado, eu me sentia agredido (Ben-Hur, 2023).

O repórter destaca que os agressores utilizam o celular para tentar intimidar os profissionais de imprensa e, ao mesmo tempo, documentar a própria agressão e compartilhar nas redes sociais: “era engraçado: já chegavam gritando, e outra pessoa, gravando no celular. Eles tinham que ter a prova pra aquele negócio viralizar, então a gente percebia essa dinâmica, sem saber que era tudo muito arquitetado” (Ben-Hur, 2023).

Para o repórter e apresentador da TV Globo, Paulo Renato Soares, os casos de violência e cerceamento envolvendo políticos acontecem há anos e perpassam vários governos, de diferentes vertentes partidárias: “você tem o cerceamento quando se nega a dar entrevista, quando se nega a responder uma lei de acesso à informação, e você tem o cúmulo do político colocando sigilo de 100 anos para não dar informação” (Soares, 2023).

O repórter cinematográfico Leandro Matozo afirmou que os ataques de 2020 e 2021 foram os mais violentos.

Desde 2013, foi piorando, foi indo ladeira abaixo. [...] As pessoas não queriam dar entrevista, alguém vinha com uma faixa atrás, mas uma faixa de apoio à Dilma, alguém ia xingar a imprensa, e alguém chegava e dizia: “não, eles estão trabalhando”. [...] [Nos últimos anos], foi completamente diferente a abordagem. A gente está falando de o cara chegar e gritar na cara de uma repórter mulher, de agredir um repórter cinematográfico idoso, de bater com um tripé, de jogar a câmera no chão (Matozo, 2023).

Matozo conta que precisou lidar com ameaças de morte, sobretudo no episódio em que foi agredido fisicamente em 2021 durante uma cobertura em Aparecida, no interior paulista: “[o agressor] falou assim: ‘se eu pudesse eu matava vocês’. Ele falou com essas palavras. Na hora que ele falou isso, o [repórter] Vitor levantou a mão e já foi na direção da

polícia. Já levantou os braços” (Matozo, 2023). Uma das principais queixas do profissional é sobre o desconhecimento a respeito das intenções das pessoas que passam observando a equipe — se o motivo é cumprimentar, apreciar o trabalho ou agredir.

Às vezes você tá na rua ali gravando, chega um sujeito e você não sabe se ele ama a TV, se ele assiste à novela, se assiste [a]o Big Brother, ou se o cara simplesmente quer ver a gente morto, entendeu? [...] eu passei a ser um cara muito mais cauteloso, até quando alguém chega para conversar sobre algum assunto (Matozo, 2023).

O profissional lamenta que esse perfil vá de encontro ao que exige o Jornalismo, que é embasado em torno das relações entre as pessoas: “esse episódio me transformou num sujeito desconfiado. E eu acho ruim isso, porque a gente é jornalista e a gente acompanha pessoas, histórias de pessoas, histórias de vida” (Matozo, 2023).

O medo e o estado de alerta acompanham diariamente as rotinas pessoal e profissional de muitos jornalistas, como destacou o repórter Arcênio Corrêa: “hoje eu tenho medo, muito medo. Às vezes eu estou fazendo um vivo e passa alguém, em alguma situação, a gente já fica ligado. Então você não descansa” (Corrêa, 2023).

Para todos os jornalistas entrevistados nesta pesquisa, casos de violência ou cerceamento à imprensa possuem critérios de noticiabilidade: “não é uma defesa de classe. A gente tá mostrando, na verdade, um ataque institucional à sociedade. É um ataque a uma instituição da sociedade que é a imprensa, que é a mídia livre” (Ben-Hur, 2023).

O repórter Arcênio Corrêa, agredido fisicamente, explica que o espaço de fala que teve ao ser entrevistado em veículos de comunicação foi importante.

Nas matérias jornalísticas nas pequenas e nas grandes emissoras, não houve fala minha. Houve a imagem do episódio que já falava por si só. Então não se cogitou essa possibilidade. [...] Mas eu fiquei feliz pelas inúmeras entrevistas que eu dei, para jornalistas, para sites. [...] Eu acho que deve ser falado, deve ser comentado, escrito, até que se torne uma lei para não cercear o trabalho dos outros (Corrêa, 2023).

O repórter cinematográfico Matozo acredita que houve omissão policial no caso em que foi vítima.

O policial tentou me convencer de uma forma sutil que não foi um flagrante. Eles viram que eu fui agredido, porque eles estavam vindo. O cara fez uma ameaça de morte com o Vitor. E aí, para amenizar a situação, eles quiseram argumentar que não. [...] E o que aconteceu? A polícia deu carona para o cara que me agrediu, de volta para o Santuário. Eu só pensei: “o que tá acontecendo aqui?” (Matozo, 2023).

O repórter Arcênio Corrêa também considerou que houve omissão policial no episódio sofrido por ele.

Daria para ter feito a prisão em flagrante. Eu acredito que sim, porque tinha o médico lá. A Polícia Militar não fez a prisão em flagrante. Eu fiquei lá meia hora esperando a Polícia Militar, numa cidade de 28 mil habitantes, sem nenhuma proteção, com o meu agressor dentro do hospital (Corrêa, 2023).

O profissional reclama da insegurança durante a rotina de trabalho da equipe de reportagem.

Ninguém chega no policial e tira os instrumentos de trabalho dele, a arma dele, só porque não gostou da maneira como ele chegou no local. Não chega dentro de um escritório de um médico e tira os aparelhos de trabalho dele. Então com o jornalista, pode? As pessoas podem tirar os materiais de trabalho dele e ficar por isso mesmo? Então são esses os meus questionamentos. E eu fico muito triste com essa impunidade (Corrêa, 2023).

Ben-Hur Correia acredita que é preciso continuar noticiando esse tipo de episódio, para denunciar o prejuízo da violência à imprensa para a democracia.

Eu acho que a gente tem que amadurecer enquanto sociedade. Os próprios jornalistas exporem as situações é uma forma de tentar amadurecer esse debate, de mostrar: “olha, não é assim que a gente dialoga numa sociedade democrática, numa sociedade desenvolvida, enfim, bem estabelecida”. Não é através de uma agressão institucional, de uma agressão pessoal aos jornalistas, que a gente vai conseguir marcar posicionamentos políticos. Então esse é um debate que tem que ser construído mesmo, aos poucos. Eu não vejo outra opção a não ser continuar mostrando, tentando criar essa consciência de que o veículo [de comunicação] não é o grande vilão da história (Ben-Hur, 2023).

Tais relatos corroboram a necessidade da participação dos veículos de imprensa, da sociedade e do poder público na defesa do livre exercício do Jornalismo, sobretudo ao cobrar direitos fundamentais, legais e constitucionais.

Considerações finais

A partir dos protestos de 2013 os jornalistas passaram a ser agredidos em pontos diversos das cidades, por manifestantes e pelos próprios militares — que deveriam proteger os profissionais. Outro ano de destaque na violência contra jornalistas foi 2015, quando cidadãos foram às ruas para pedir a saída ou a permanência da então presidente da

República Dilma Rousseff. Entender esses marcos no histórico de violência contra a imprensa foi essencial para analisar o momento mais recente vivenciado pelos profissionais: de 2017 a 2021 os casos de ataques não pararam de crescer. A maioria dos ataques foi feita pelo então presidente Jair Bolsonaro e por seus apoiadores, que o adotaram como ídolo ou “mito” na luta contra o jornalismo profissional.

Diante de tantas investidas violentas, os profissionais de imprensa passaram a utilizar o próprio equipamento, utilizado para contar as histórias de inúmeros personagens, ou seus celulares, para gravar a violência sofrida pela própria equipe de reportagem. De acordo com os profissionais ouvidos, o ato de registrar uma violência contra a equipe é, muitas vezes, instintivo, sobretudo por parte do repórter cinematográfico, já que o papel do jornalista é documentar e reportar fatos como este. No entanto, é visível a necessidade de mais orientações por parte das empresas de comunicação para que seus profissionais possam utilizar os próprios equipamentos da equipe de reportagem ou os celulares pessoais como ferramentas de registro e documentação dessas agressões.

Os protestos de 2013 e 2015 e as eleições de 2018, 2020 e 2022 serviram de inspiração para novas recomendações, sobretudo atreladas à violência com motivações políticas. A partir das entrevistas com profissionais, pudemos evidenciar a tensão vivenciada pelas equipes nas ruas. Muitas precisaram — e ainda precisam — da companhia de seguranças. Na rotina de captação da notícia, os profissionais passaram a ter mais cautela e tomaram medidas para amenizar riscos e garantir a gravação das reportagens. A TV Globo ofereceu um curso para estratégias em conflitos. Durante a rotina de gravação, em vez dos jornalistas pensarem somente nas narrativas a serem construídas a respeito dos acontecimentos, passaram a levar em consideração estratégias para que eles mesmos não se tornassem personagens das histórias. E quando são atacados, precisam lembrar de registrar o episódio. Os profissionais relataram tensão e problemas psicológicos como um dos principais impactos na rotina. Ao mesmo tempo, em uma profissão que demanda um intenso contato com o público nas ruas, os jornalistas passaram a ficar desconfiados das pessoas.

Faz-se necessário, também, avaliar as novas formas de violência em emergência, sobretudo aquelas ligadas à desinformação, para compreender como o Jornalismo e os jornalistas estão sendo atacados na contemporaneidade. Se em 2007, Silvia Ramos e Anabela Paiva já alertavam para a necessidade de se avançar na segurança dos jornalistas a partir do diálogo entre os profissionais e executivos de empresas midiáticas, abordando

a violência contra a imprensa não como um simples problema, percebe-se que avançamos pouco diante dos recordes de casos violentos registrados nos últimos anos, com modelos diferentes de atuação dos agressores. Se os primeiros manuais de proteção a jornalistas ofereciam estratégias para a cobertura de guerras e se o repórter Ben-Hur comparou as ações rotineiras contemporâneas na reportagem com aquelas praticadas em batalhas, estamos diante de um novo cenário conflituoso que merece adaptações não apenas de cartilhas orientativas, mas nas decisões governamentais e organizacionais que garantam a proteção dos profissionais da imprensa.

Referências

CORRÊA, A. **Arcênio Corrêa**: depoimento [jan. 2023]. Entrevistador(a): Gabriel Landim de Souza.

CORREIA, B. **Ben-Hur Correia**: depoimento [jan. 2023]. Entrevistador(a): Gabriel Landim de Souza.

DUTTON, W. Through the Network (of Networks) – the Fifth Estate. **Journal Prometheus- Critical Studies in Innovation**, V. 27, 2009.

FENAJ. Federação Nacional dos Jornalistas. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2020**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://fenaj.org.br/relatorios-de-violencia-contra-jornalistas-e-liberdade-de-imprensa-nobrasil/>. Acesso em: 11 jul. 2023.

FENAJ. Federação Nacional dos Jornalistas. **Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil: relatório 2021**. Brasília, 2022. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wpcontent/uploads/2022/01/FENAJ-Relatório-da-Violência-Contra-Jornalistas-e-Liberdade-deImprensa-2021-v2.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2022.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002.

GARRETT, A. **A entrevista, seus princípios e métodos**. Rio de Janeiro: Agir, 1981.

GIBSON, J. J. The theory of affordance. In: SHAW, R.; BRANSFORD, J. (Eds.) **Perceiving, acting, and knowing toward an Ecological psychology**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1977, p. 67-82

LANDIM, G. **Ameaças para silenciar o mensageiro: ataques e agressões aos profissionais do Jornalismo como notícia no Jornal Nacional**. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Faculdade de Comunicação Social, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, p. 220. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/15949>. Acesso em: 22 dez. 2024.

MANZINI, E. J. **A entrevista na pesquisa social**. Didática, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990/1991.

MATOZO, L. **Leandro Matozo**: depoimento [dez. 2022]. Entrevistador(a): Removido para avaliação cega.

NERY, R. **Rogério Nery**: depoimento [fev. 2023]. Entrevistador(a): Removido para avaliação cega.

RAMOS, S.; PAIVA, A. **Mídia e violência**: novas tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007.

SEIDMAN, I. E. **Interviewing as qualitative research**: a Guide for Researchers in Education and the Social Sciences. Columbia: Teachers College Press, 1991.

SOARES, P. R. **Paulo Renato Soares**: depoimento [fev. 2023]. Entrevistador(a): Removido para avaliação cega.

TESICH, S. A government of lies (political ethics). **The Nation**, Nova Iorque, n. 254, p. 12-13, 1992.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Submissão: 12 de abr. 2024

Aceite: 20 de dez. 2024.

Relações de trabalho no jornalismo

O ambiente laboral em iniciativas independentes

Edgard Patrício¹

Resumo

A pesquisa Perfil da(o) Jornalista Brasileira(o) (Lima; Mick *et al.*, 2022) (n=3.100) traçou as características de trabalho desse segmento profissional. A novidade, dessa edição, foi a inclusão das “iniciativas de jornalismo independente” como um dos ambientes laborais. A partir de uma análise comparativa entre os dados da(o)s profissionais que atuam nesse ambiente de trabalho e jornalistas atuantes na “mídia como um todo”, foi possível identificar que características demarcam o ambiente laboral das iniciativas de jornalismo independente. As interpretações iniciais apontam para diferenciações em relação às formas organizacionais de gestão.

Palavras-chave: Jornalismo independente. Perfil profissional. Relações de trabalho.

Work relations in journalism: the labor environment in independent initiatives

28

Abstract

The Brazilian Journalist Profile survey (Lima; Mick *et al.*, 2022) (n=3,100) outlined the work characteristics of this professional segment. The novelty of this edition was the inclusion of 'independent journalism initiatives' as one of the work environments. Based on a comparative analysis between data from professionals who work in this work environment and journalists working in the 'media as a whole', it was possible to identify which characteristics demarcate the work environment of independent journalism initiatives. Initial interpretations point to differences in relation to organizational forms of management.

Keywords: Independent journalism. Professional profile. Working relationships.

¹ Jornalista. Professor do Curso de Jornalismo e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenador do grupo de pesquisa PráxisJor – Práxis no Jornalismo. Articulador da Rede de Pesquisa Aplicada em Jornalismo. E-mail: edgard@ufc.br.

Introdução

A pesquisa Perfil da(o) Jornalista Brasileira(o) (Lima; Mick *et al.*, 2022), em sua segunda rodada, iniciada em 2021, trouxe uma novidade em relação aos ambientes de trabalho aos quais poderiam se vincular a(o)s profissionais respondentes de seu *survey*, que alcançou 7.029 jornalistas. Nove anos depois da primeira rodada, o ferramental incluía as *iniciativas de jornalismo independente* como um dos ambientes possíveis de atuação da(o) profissional, ao lado dos já mencionados *empresa privada*, *instituição pública* e *instituição do terceiro setor*. Essa inclusão não é algo que passe despercebido, e nem um fato que não precise ser comentado.

A inserção do jornalismo independente enquanto ambiência de trabalho da(o) jornalista, naquela que talvez seja a mais importante radiografia da trajetória profissional do segmento no Brasil, reconhece a presença, cada vez mais notada, da atuação de coletivos que, em diferentes dimensões, não se reconhecem na produção jornalística encampada pelo jornalismo convencional ou *mainstream*, representado, principalmente, pelas empresas jornalísticas privadas. Mais que isso, sugere um sentimento de pertencimento que pode respingar na interpretação dos dados gerais da pesquisa, e numa compreensão mais ampla do que constituem e o que buscam esses coletivos e a(o)s própria(o)s profissionais. No final das contas, tem o potencial de mexer com a própria cultura profissional inerente ao exercício laboral.

Patrício e Santana (2023) realizaram uma primeira análise dos aspectos mais amplos que caracterizam a atuação da(o)s profissionais vinculados às iniciativas de jornalismo independente, a partir dos dados da pesquisa do perfil. Essas análises iniciais alcançaram a natureza da organização para qual a(o) profissional atuante trabalha, enquanto amplitude territorial; a ocorrência de ataques ou ameaças virtuais devido à sua atuação, visto seu trabalho está envolto em um jornalismo pretensamente mais investigativo e de denúncias; a satisfação com a linha editorial da organização para a qual trabalha; e o nível de democracia em seu ambiente laboral. Os dados indicaram transformações na cultura profissional do jornalismo no âmbito dessas iniciativas independentes, a partir das dinâmicas de trabalho praticadas, com processos de tomada de decisão menos verticalizados.

Neste artigo, queremos aprofundar alguns aspectos, com base nos dados apresentados pela pesquisa, que podem evidenciar a diferenciação entre esse ambiente e os outros ambientes de trabalho de atuação profissional, e que orientam a opção da(o)s

jornalistas. Ora, se a busca por estar fora de ambientes de trabalho vinculados a empresas privadas impele a(o)s profissionais jornalistas a buscarem outras paragens, que características as iniciativas de jornalismo independente, nosso interesse específico, aqui, põem em movimento para atrair e manter essa(e) profissional?

Vamos analisar os dados da pesquisa relativos às condições e relações de trabalho. E que podem estar mais diretamente vinculados às condições induzidas pelo próprio sistema capitalista, em suas nuanças de perpetuação de esferas de dominação e constrangimento laborais (Fígaro; Marques, 2020), e contrapontos estabelecidos pelo ambiente das iniciativas de jornalismo independente. Para tal, começamos apresentando os dados que dizem respeito ao *reconhecimento do trabalho*, como elemento central nessa discussão. Esse conjunto de informações é fundamental para se estabelecer alguma distinção com as percepções da(o)s profissionais dos outros ambientes de trabalho. Quando pressupomos relações mais horizontalizadas e um envolvimento maior, a partir de um jornalismo de causas, a dimensão do reconhecimento profissional pode ser um fator diferencial do trabalho desenvolvido por iniciativas de jornalismo independente.

O perfil diferenciado das condições e relações de trabalho no jornalismo independente pode ser auferido também pela existência de assédio moral, assédio sexual, violência verbal e mesmo agressão física. Ao mesmo tempo, o monitoramento por superiores, constrangimento por gestores, coação e receio de sofrer retaliação são fatores que qualificam a gestão organizacional. Sobretudo, esses elementos, mesmo envoltos em suas individualidades de interpretação, também podem apontar, em última análise, para uma preocupação com a qualidade da produção jornalística. A informação jornalística de qualidade, pautada pelo interesse público, pode ser elaborada frente a um ambiente de trabalho hostil e revelador de preocupações e sobressaltos, que podem atingir diretamente os níveis de satisfação e a própria saúde mental da(o)s profissionais jornalistas?

A pesquisa Perfil da(o) Jornalista Brasileira(o)

A pesquisa Perfil da(o) Jornalista Brasileira(o) (Lima; Mick *et al.*, 2022) tenta compreender quem são a(o)s jornalistas brasileira(o)s e como são suas condições de trabalho. Foi produzida por uma equipe de 17 pesquisadora(e)s voluntária(o)s de todo o país, articulada(o)s pelo Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro/UFSC) e Rede de

Pesquisa sobre Trabalho e Identidade no Jornalismo (Retij), vinculada à Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo (SBPJor).

A pesquisa incorpora I) uma enquete em rede (*online survey*) para obtenção do maior volume possível de respostas de jornalistas em todas as unidades da federação, de participação espontânea; II) foi realizado um movimento de estímulo à participação da(o)s profissionais por meio de e-mails, redes sociais, notícias em canais especializados, página da pesquisa na internet (perfildojornalista.ufsc.br); III) faz a coleta de dados online, com coletores próprios para cada rede social e na página da pesquisa; IV) realiza saneamento da base de dados; V) calcula a retenção das respostas necessárias à composição de plano amostral, a partir da distribuição provável da(o)s jornalistas no território nacional.

Como resultado do trabalho colaborativo, 7.029 jornalistas responderam ao online survey, entre 16 de agosto e 1º de outubro de 2021. A etapa de saneamento de dados eliminou respostas incompletas, incoerentes ou de má-fé, resultando em 6.650 respostas válidas, sendo 6.594 no país e 56 de jornalistas que atuam no exterior.

O primeiro desafio metodológico da pesquisa foi como estimar o número de profissionais em atuação no país, dada à ausência de conselho, ordem ou outra organização que centralize documentação e monitoramento da atuação de jornalistas. A pesquisa parte, então, do quantitativo geral de registros profissionais concedidos pelo Estado, através do antigo Ministério do Emprego e Trabalho (MTE). Um dos passos iniciais da pesquisa foi apurar os dados de registro relativos aos últimos 20 anos, para observar alguma flutuação no número anual. Optou-se por tomar como base da dimensão geral da categoria o número oficial de Registros Profissionais, 142 mil jornalistas. Também foi adotada a distribuição percentual de registros por unidade da federação como parâmetro para a elaboração do plano amostral da pesquisa.

As questões para traçar o perfil da categoria foram agrupadas em seis blocos temáticos... I) características demográficas; II) características políticas; III) características gerais do trabalho; IV) características específicas do trabalho dos jornalistas em cada um dos três segmentos principais da categoria (a(o)s trabalhadora(e)s em mídia, a(o)s trabalhadores fora da mídia e a(o)s docentes; V) indicadores de saúde laboral; e VI) indicadores de precarização do trabalho. Foi realizado um pré-teste do questionário, com 40 jornalistas e pesquisadora(e)s das diversas instituições e veículos de informação, para checar eventuais incongruências.

A definição do plano amostral levou em conta o universo de 142.424 jornalistas com registro profissional, número resultante da pesquisa exploratória feita a partir dos dados fornecidos pela Coordenação de Identificação e Registro Profissional (CIRP/CGCIPE), órgão hoje vinculado ao Ministério da Economia. O plano amostral foi ajustado considerando a distribuição provável de jornalistas em cada unidade da Federação. Para tanto, foi adotado como parâmetro o total de registros profissionais de jornalistas emitidos pelo CIRP entre 2000 e 2019, e chegou-se a um plano amostral de 3.100 ($n_1 = 3.100$) respondentes, distribuídos proporcionalmente entre todos os estados da federação.

O questionário aplicado distinguia três grupos possíveis de respondentes... I) profissionais atuantes na mídia, II) profissionais fora da mídia e III) profissionais docentes. Cada um dos grupos respondia a questões comuns e também direcionadas a seu perfil. Quando questionados sobre a área de ocupação principal, 57,7% dos respondentes apontaram que trabalham na mídia, o que engloba as empresas de comunicação de grande e pequeno porte. Já 34,9% responderam que atuam fora da mídia, em assessorias ou produtoras de conteúdos para mídias digitais. Por fim, 7,4% atuam na docência em cursos de formação em jornalismo ou outras áreas. Especificamente para os profissionais atuantes na mídia, um dos questionamentos indagava qual a natureza da organização para a qual trabalhava. É a partir daí que se pode aquilatar a representatividade de cada ambiente de trabalho.

Em relação à natureza da organização para a qual trabalha, 5,3% da(o)s respondentes indicaram estarem no âmbito do terceiro setor (ONGs, Oscips, fundações etc.), 16,8% trabalhando no serviço público e os outros 75,7% distribuídos entre iniciativas privadas de oito categorias diferentes, além dos 2,2% que optaram pela resposta 'Outra'. Os 75,7% atuando na iniciativa privada estão distribuída(o)s da seguinte maneira: 34% trabalham em empresas privadas com atuação nacional; 16,8% em empresas privadas com atuação regional; 10,4% em empresas privadas com atuação internacional; 7,2% em empresas privadas com atuação local; 5,9% em iniciativas de jornalismo independente nacionais; 2,1% em iniciativas de jornalismo independente locais; 1,7% em iniciativas de jornalismo independente regionais; e 0,8% em iniciativas de jornalismo independente internacionais.

Profissionais atuantes em iniciativas de jornalismo independente totalizam 136 respondentes ($n_2 = 136$), ou 10,5% — para cada dez profissionais jornalistas atuantes na

mídia no Brasil, temos um(a) que trabalha em iniciativas de jornalismo independente. O nível de evolução desses números não pode ser avaliado, uma vez que a primeira rodada da pesquisa Perfil da(o) Jornalista Brasileira(o), realizada em 2012, não trazia esse ambiente de trabalho como opção de resposta. Para efeito de maior aproximação das realidades analisadas, os dados relativos à(o)s respondentes vinculada(o)s às iniciativas de jornalismo independente serão sempre comparados ao grupo de respondentes vinculada(o)s ao grupo de profissionais que afirmaram à pesquisa trabalharem na mídia.

As notícias que os dados trazem

Ao invés de tomarmos cada tabela de dados da pesquisa em separado, buscou-se uma discussão que privilegiasse o conjunto de dados, aqui trazidos, incorporando, com isso, mais elementos de contextualização às análises. Resultante desse procedimento, ocorre uma percepção dos dados em três subgrupos. No primeiro, há uma ambiguidade nas questões do *survey* que pode ter gerado dúvidas à(o)s respondentes da pesquisa. Quando se pergunta se há *reconhecimento no trabalho* desenvolvido pela(o)s profissionais, não fica evidente se esse reconhecimento se dá por agentes internos ou externos à organização para a qual a(o) jornalista trabalha. Essa distinção é fundamental para a caracterização do ambiente de trabalho vinculado às condições institucionais, e que impacta a interpretação dos dados. Destaca-se essa observação também no intuito que o ferramental de prospecção da informação utilizado pela pesquisa, no caso o questionário que orienta o *online survey*, possa ser aprimorado.

No segundo subgrupo, ocorre um direcionamento direto que relaciona as arguições do *survey* ao ambiente interno de trabalho. Mais que isso, articula as questões aos modos de gestão da organização para a qual a(o) jornalista trabalha. Nesse segundo subgrupo, podem ficar mais evidentes as distinções entre as características do ambiente laboral entre profissionais que atuam na mídia como um todo e aquela(e)s que atuam especificamente nas iniciativas de jornalismo independente.

Já no terceiro subgrupo, as questões apontam para informações que dizem respeito às relações desenvolvidas entre a(o)s profissionais, em seu ambiente de trabalho, sejam jornalistas, em suas diversas funções, sejam jornalistas especificamente imbuída(o)s das funções de gestão da organização.

As ambiguidades na requisição das informações à(o)s profissionais, aqui explicitadas, ainda são atravessadas por outra especificidade do trabalho da(o) jornalista.

Quando se fala em *ambiente de trabalho* ou *relações de trabalho* no exercício profissional da(o) jornalista, há que se levar em consideração, em que pese a disseminação progressiva do jornalismo de “cu sentado”², que esse trabalho incorpora uma tripla ambiência — no espaço físico da organização para a qual trabalha, no trabalho virtual (*home office*) ou em *campo*, na apuração de informações, que constitui momento estratégico da produção jornalística.

Se tivéssemos que definir uma dimensão que incorporasse uma percepção abrangente da(o) jornalista em seu exercício profissional, o *reconhecimento do trabalho* poderia preencher essa lacuna, que poderia se configurar como resultante de outros aspectos relacionados à qualificação de seu trabalho. Iniciamos a discussão dos dados por essa questão porque essa dimensão nos parece fundamental na distinção da valoração das relações de trabalho nos dois conjuntos de profissionais aqui analisados — jornalistas atuantes na mídia como um todo e jornalistas atuantes especificamente em iniciativas de jornalismo independente. Como um somatório de outros aspectos, o *reconhecimento no trabalho* qualificaria as distinções das relações de trabalho entre os dois grupos. Em que pese, ainda, a dúvida... Trabalho reconhecido por quem?

Em relação a esse aspecto, há uma divisão simétrica na percepção da(o)s profissionais sobre o reconhecimento de seu trabalho no âmbito das iniciativas de jornalismo independente. Metade dá conta desse reconhecimento e a outra metade não. Do ponto de vista da(o)s jornalista(s) vinculada(o)s à mídia como um todo, 43,7% afirmam ter seu trabalho reconhecido. Com o apoio das argumentações proferidas no parágrafo anterior, podemos aquilatar como significativa a diferença na opinião dos dois grupos, de 6,3%. Favorece essa interpretação a perspectiva que relaciona o reconhecimento no trabalho com uma maior satisfação e maior empenho dessa(e) profissional no desenvolvimento de seu labor, como demonstraram Patrício e Santana (2023), ao analisarem variáveis de satisfação no trabalho de profissionais vinculada(o)s a iniciativas de jornalismo independente.

A presença das ambiguidades

Um conjunto de questões, apresentadas à(o)s respondentes da pesquisa Perfil da(o) Jornalista Brasileira(o) (Lima; Mick *et al.*, 2022), inquire sobre determinadas situações que repercutem em seu trabalho e que incorporam dimensões que atingem

² Expressão corrente em Portugal para designar a apuração jornalística realizada de dentro da redação.

pessoalmente a(o)s profissionais, num primeiro momento. Algumas dessas dimensões, abordadas nessas questões, em última análise, apontam para possíveis incursões passíveis de, inclusive, enquadramento no Código Penal Brasileiro. Fazemos referência à assédio moral, assédio sexual, violência verbal e agressão física acontecidos no ambiente de trabalho.

Retomando a discussão das ambiguidades, talvez duas dessas quatro dimensões mantenham indefinidas as origens das agressões, se no ambiente de trabalho organizacional ou no ambiente de trabalho externo à organização, em procedimentos de apuração jornalística, por exemplo. A relação mais intrínseca vinculada ao ambiente organizacional de trabalho poderia se referir às dimensões *assédio moral* e *violência verbal*, passando pela compreensão de serem mais afeitas às relações desenvolvidas entre subordinada(o)s e chefias — a(o) chefe que *grita* com sua(seu) *empregada(o)* ou que *aperreia*, principalmente as *empregadas* (Amorim; Bueno, 2019). Portanto, oriundas do *staff* de gestão da organização jornalística. No entanto, se passou pela cabeça da(o) respondente à pesquisa que a violência verbal pode estar relacionada a impropérios desferidos pelas fontes, vai-se ao ambiente de trabalho externo à organização — interpretação plausível quando relacionamos as iniciativas independente a um jornalismo mais investigativo e de mais denúncias (Patrício; Lima, 2020).

Talvez a soma dessas ambiguidades, contidas na questão, e o tanto de elementos contextuais que se infiltrou na cabeça da(o)s respondentes, tenha ocasionado um aparente equilíbrio entre os dois grupos aqui recortados. Em relação à violência verbal, 34,3% da(o)s profissionais jornalistas vinculada(o)s à mídia como um todo já passaram por essa situação. Do lado daquela(e)s vinculada(o)s a iniciativas de jornalismo independente, foram 30,2%. De qualquer maneira, soa um alerta às gestões das iniciativas de jornalismo independente em torno das pretensas relações mais horizontalizadas em suas relações de trabalho, lembrete já referido por Patrício e Santana (2023), com base em outras dimensões auferidas pela mesma pesquisa.

Os dados entre os dois grupos seguem pares em relação à ocorrência de assédios sexuais no ambiente de trabalho, com 10,9% de *sim* para profissionais vinculada(o)s à mídia como um todo e 10,3% para a(o)s das iniciativas de jornalismo independente. Talvez a dificuldade na denúncia, sob o receio em perder o emprego, condicionante histórica para o acobertamento desse tipo de crime, unifique as percepções dos dois grupos.

As distinções entre os dois grupos começam a aparecer quando são relatados os assédios morais, que marcaram 40,8% entre aquela(s) que responderam afirmativamente e que pertenciam ao grupo de profissionais da mídia como um todo (Tabela 1). Dentre a(o)s jornalista(s) vinculada(o)s a iniciativas de jornalismo independente (Tabela 2), foram 31,9%. Tomando-se como realidade histórica que assédios morais, em ambientes de trabalho, se revestem de uma qualificação de gênero (mais homens assediam mulheres) (Amorim; Bueno, 2019); e que nos ambientes de trabalho específicos do jornalismo os cargos de chefia são exercidos predominantemente por homens (Lelo, 2019); menos assédios morais em iniciativas de jornalismo independente podem sinalizar uma maior equidade de gênero nas relações de trabalho, numa primeira compreensão; numa segunda percepção, podem sinalizar a expansão de coletivos de jornalistas femininos e feministas (Gustafson, 2019).

Tabela 1: Assédio moral – Mídia como um todo

		Frequência	Percentual	Percentual válido	Percentual cumulativo
Respostas válidas	Sim	474	35,5	40,8	40,8
	Não	689	51,6	59,2	100,0
	Total	1163	87,1	100,0	
Respostas não válidas		172	12,9		
Total		1335	100,0		

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Tabela 2: Assédio moral – Iniciativas de jornalismo independente

		Nível de atuação da iniciativa em que trabalha com jornalismo independente				
		Internacionais	Nacionais	Regionais	Locais	Total
Sim		3	22	5	7	37
		33,3%	33,3%	26,3%	31,8%	31,9%
Não		6	44	14	15	79
		66,7%	66,7%	73,7%	68,2%	68,1%
Total		9	66	19	22	116
		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

É na dimensão de agressão física em que os números relativos aos dois grupos se distanciam significativamente. Da(o)s jornalista(s) respondentes vinculada(o)s à mídia como um todo, 3,2% dizem *sim* frente ao questionamento se já haviam enfrentado algum episódio de agressão física; e 5,2%, daquela(s) vinculada(o)s a iniciativas de jornalismo independente apontaram o mesmo, uma diferença relativa de quase 40%. Embora os

números percentuais sejam baixos, a repercussão desses dados não pode ser menosprezada. Em se tratando de jornalistas de iniciativas de jornalismo independente, a produção jornalística orientada ao interesse público, à defesa de grupos minorizados socialmente e ao enfrentamento de interesses de grupos econômicos podem estar na base de agressões físicas. Nessas ocasiões, incorporam, muitas vezes, a pauta dos direitos humanos, e sofrem a violência de orientação conservadora. Atentar para o fato de que são as iniciativas de jornalismo independente de atuação regional e local que congregam a maior parte dos casos de agressões físicas sofridas por suas(seus) jornalistas, o que enfatiza a proximidade como critério de noticiabilidade de sua produção jornalística e a maior propensão do uso da violência física para barrar os propósitos de sua linha editorial.

As diferenças ficam mais nítidas

São nas dimensões das relações de trabalho, inqueridas pela pesquisa Perfil da(o) Jornalista Brasileira(o) (Lima; Mick *et al.*, 2022), em que se estabelecem vinculações nítidas entre empregada(o)s e patroas(patrões), que as diferenciações entre os dois grupos, aqui analisados, se tornam explícitas. Tire-se pela dimensão *monitoramento por superiora(e)s*, talvez a mais objetiva delas. Dentre a(o)s profissionais atuantes na mídia como um todo, diante da questão *Você já sofreu vigilância/monitoramento digital por superiores hierárquicos?*, 27% responderam afirmativamente. No grupo de profissionais atuantes em iniciativas de jornalismo independente esse número cai para 15,5%, uma redução de quase metade do percentual de respondentes. É possível que a percepção mais reduzida de monitoramento pelos superiores, em relação à(o)s profissionais atuantes em iniciativas de jornalismo independente, esteja ancorada numa utilização menos intensiva de métricas como parâmetro de acompanhamento da produção jornalística, encampado de forma entusiasta pelo jornalismo *mainstream*.

A mesma pegada acompanha os números relativos à dimensão da pesquisa *constrangimento pela gestão*. Quando indagada(o) pela pergunta *Você já foi constrangida(o) no trabalho por gestores ou superiores?*, alarmantes 43,1% da(o)s respondentes vinculada(o)s à mídia como um todo responderam *sim*, enquanto 27,6%, e também um número alto, da(o)s jornalistas vinculada(o)s a iniciativas independentes acompanharam suas/seus colegas de exercício profissional na opção. Os dados são preocupantes. O número relativamente menor de constrangimentos organizacionais que afeta a(o)s

jornalistas que laboram em iniciativas independentes referenciam relações de trabalho mais compreensivas, tolerantes e democráticas. Assusta pensar que constrangimentos organizacionais, nas relações de trabalho vinculadas ao exercício do jornalismo, possam descambar para uma das piores situações enfrentadas por essa(e)s profissionais, concretizada em forma de dilemas de autocensura!

As distinções entre os dois grupos prosseguem. Dessa feita, a partir das respostas à indagação da pesquisa *Os funcionários são excluídos das decisões ligadas diretamente à equipe?*. Entre *concordo plenamente* e *concordo parcialmente* estão 57,9% da(o)s jornalistas vinculada(o)s à mídia como um todo, enquanto esse percentual chega a apenas 16,8% daquela(e)s atuantes em iniciativas de jornalismo independente. Denota-se uma gestão mais participativa na tomada de decisão no ambiente de trabalho das iniciativas de jornalismo independente, em um patamar bem mais elevado que na mídia como um todo, o que pode incorporar às pautas, dimensão por excelência de tomada de decisão da produção jornalística, uma orientação de diversificação.

38

Entre a dor e a delícia de ser o que é

As relações de trabalho podem estabelecer diferenciais a partir da dimensão de gestão da organização. E isso tem a ver com a primeira observação que fizemos, quando indicamos como indexador geral da percepção dessas relações o item *reconhecimento do trabalho*. Especificamente em termos de gestão, o fluxo nos processos de tomada de decisão pode indiciar a natureza dos modelos gerenciais. Quando provocada(o)s a se posicionar sobre *Os funcionários são excluídos das decisões ligadas diretamente à equipe*, uma das questões da pesquisa, os resultados são díspares. As alternativas *concordo totalmente* e *concordo parcialmente* somaram 38,1% no grupo da(o)s jornalistas que atuam na mídia como um todo. Quando recortada(o)s apenas aquela(e)s atuantes em iniciativas de jornalismo independente o percentual recua para 16,8%. Os dados reforçam a ideia da natureza mais horizontalizada da tomada de decisão nas iniciativas de jornalismo independente. Embora salutar, o resultado também pode apontar a dimensão de multifunção praticada pela(o)s profissionais das iniciativas independentes, frente à escassez de pessoal, o que, em última análise, pode insinuar também processos de precarização.

Noutra perspectiva, a participação na tomada de decisão gerencial, em relação ao trabalho desenvolvido pelas equipes, pode repercutir no ambiente organizacional mais

amplo. Quando solicitada(o)s a opinar sobre a salubridade de seu trabalho (*Trabalho em um ambiente saudável*), o percentual de jornalistas atuantes em iniciativas de independentes que concordam *totalmente* ou *parcialmente* chega a 65,2%. Mas, se observarmos a mesma situação com relação à opinião da(o)s jornalistas atuantes na mídia como um todo, o percentual chega a 56,2%. Mesmo sendo uma diferença representativa, talvez a(o)s gestora(e)s das iniciativas de jornalismo independente esperassem resultados *melhores*, uma vez que a responsabilidade da salubridade do ambiente de trabalho pode estar relacionado à participação das equipes nas tomadas de decisão. Mais uma vez as condições de precarização, vinculadas a recursos financeiros escassos (Patrício, 2023a) podem breçar uma sensação de maior satisfação relacionada ao ambiente laboral. O fato é que dez entre dez rodas de conversas das quais participem representantes de iniciativas de jornalismo independente, o fator *financiamento das ações* vai estar presente (Patrício, 2023b).

Após esses resultados, fica a dúvida de como essas dimensões repercutem nas relações interpessoais de trabalho. Ao serem indagados sobre como qualificariam essas relações, a(o)s jornalistas atuantes na mídia como um todo disseram estar muito satisfeita(o)s ou satisfeita(o)s em 64,2% dos casos. Para a(o)s jornalistas perfilada(o)s junto às iniciativas de jornalismo independente, esse percentual alcança 54,3%. Como esses resultados poderiam ser explicados? Vamos atentar às outras opções da questão da pesquisa, na possibilidade delas apontarem perspectivas de análise. A opção de não estar satisfeita(o) nem satisfeita(o) praticamente iguala os grupos. São 20,6% no caso da(o)s jornalistas atuantes na mídia como um todo e 19,8% nas iniciativas de jornalismo independente. O mesmo acontece na opção insatisfeita(o) ou muito insatisfeita(o) (12,4% a 13,7%). A diferença entre os dois grupos vai emergir, novamente, na opção *não se aplica*. Apenas 2,8% da(o)s profissionais atuantes na mídia como um todo selecionaram essa opção como resposta. Mas no caso de jornalistas atuantes nas iniciativas independentes, o percentual chega a 12,1%. No caso desse segmento, as equipes participam da tomada de decisão, a salubridade do ambiente laboral merece cuidados e uma parcela considerável não se atenta para as relações interpessoais no trabalho? Esse pretenso *descuido* com as relações interpessoais no ambiente laboral (*não se aplica*) poderia ser percebido como uma “pulverização” das equipes, com a intensificação do trabalho em ambiente virtual, como saída à escassez de recursos, para bancar condições infraestruturais de produção? Mais uma vez os resultados da(o)s trabalhadora(e)s

vinculada(o)s às iniciativas de jornalismo independente resvalam para elementos de precarização laboral.

Considerações para o adiante

Não foi objetivo desse texto a discussão do conceito ou do que se entende por iniciativas de jornalismo independente, nem do próprio jornalismo independente, embora essa discussão seja necessária, e já iniciada (Patrício, 2023; Patrício; Santana, 2023; Gosh, 2021; Costa; Silva; Araújo; Lima, 2020; Patrício; Silva, 2019; Fígaro, 2018). Essas pesquisas apontam para uma dispersão conceitual do termo *jornalismo independente*, conferida por sua percepção polissêmica; uma vontade de produzir outros modelos de jornalismo, para além do assentado em princípios de neutralidade e imparcialidade; sua vinculação com segmentos progressistas da sociedade; e uma produção jornalística com características territorializadas. Essa discussão será aprofundada em uma fase posterior da pesquisa, de cunho mais qualitativo, em que teremos acesso aos contatos pessoais de cada um(a) da(o)s profissionais jornalistas que assumiram trabalhar nesse ambiente. Pensamos este artigo partindo-se da compreensão da(o)s profissionais que atuam nessas iniciativas. Por hora, nos satisfaz a informação de que o termo *jornalismo independente* foi aceito por 10,5% da(o)s respondentes da pesquisa Perfil da(o) Jornalista Brasileira(o) (Lima; Mick *et al.*, 2022) que atuam na mídia. Isso é relevante, e pressupõe estudos mais detalhados sobre essa autopercepção.

Ao tomarmos a precarização como indiciador de piora das condições de trabalho (Nicoletti; Fígaro, 2023; Nicoletti, 2020; Dantas, 2019; Lelo, 2019), e, com isso, com potencial de também respingar no agravamento das relações de trabalho, uma percepção mais ampla dos dados, aqui apresentados, em futuras análises, pode dar conta de que alguns resultados parelhos entre os dois grupos (jornalistas atuantes na mídia como um todo e jornalistas atuantes nas iniciativas de jornalismo independente) já indiquem que o nível de precarização do trabalho já chegou também às iniciativas de jornalismo independente, em contextos e determinadas situações que antes mantinham distâncias mais significativas.

Patrício (2021) já apontava, em pleno ambiente pandêmico, que algumas características incorporadas ao jornalismo *mainstream*, durante a Covid-19 já eram perceptíveis, em momento anterior, no ambiente laboral das iniciativas de jornalismo independente. Uma dessas características fala do trabalho em *home-office*, que levou a

processos de precarização. No estudo, realizado com 71 participantes de iniciativas de jornalismo independente, o *home-office* não seria uma novidade. Desses 71 participantes, 17 (23,9%) não trabalhavam em *home-office* antes da pandemia. Atuando desde sempre com a escassez de recursos financeiros e infraestruturais, essa(s) participantes já desenvolviam seu trabalho em suas próprias casas, que muitas vezes são as sedes das iniciativas. “(...) o receio de perda do trabalho ou de redução salarial convive, ao mesmo tempo, e num espectro mais amplo, à continuidade ou não do funcionamento da própria iniciativa, e não só de seus postos de trabalho” (Patrício, 2021, p. 11-12).

Estudos nesse mesmo sentido já estão sendo elaborados, com base ainda na pesquisa do Perfil da(o) Jornalista Brasileira(o), e já apontam outra discussão. Como os distanciamentos e proximidades do ambiente laboral de profissionais jornalistas atuantes na mídia como um todo e especificamente em iniciativas de jornalismo independente repercutem na cultura profissional?

Em uma próxima rodada da pesquisa do perfil profissional da(o) jornalista no Brasil, uma atenção maior às iniciativas de jornalismo independente de atuação nacional pode dar conta de resultados mais díspares nesse âmbito, em relação às iniciativas de atuação regional e local. Isso poderia sinalizar a incorporação mais efetiva de procedimentos de produção e gestão tipicamente utilizados pelo jornalismo convencional. Alguns números já sugerem isso, na atual rodada da pesquisa.

Quando estamos falando de perspectivas para novas análises, não poderíamos deixar de trazer os resultados de uma questão, inserida na pesquisa do perfil, e que incorpora sonhos e movimentos futuros. Foi indagado à(o)s respondentes jornalistas: *Qual é o seu projeto em relação à sua atuação profissional em um futuro próximo (um a dois anos)?*. No grupo de profissionais da mídia como um todo, 28,2% indicaram querer *Seguir na mesma organização em que estou e nas funções que exerço*; e 7,9% optaram por querer *Deixar a carreira atual e atuar em funções não-jornalísticas*. No grupo da(o)s jornalistas atuantes em iniciativas de jornalismo independente, os resultados foram 43,1% e 4,3%, respectivamente. A dimensão qualitativa dessa pesquisa vai possibilitar entender o porquê da disparidade nessas preferências entre os dois grupos!

Referências

AMORIM, J. L.; BUENO, T. Mulheres jornalistas em pauta: Estado da arte sobre assédio moral e sexual no Brasil. **Revista Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 153-170, jul./dez. 2019.

COSTA, R. R.; SILVA, N. R.; ARAÚJO, M. C. B.; LIMA, R. C. B. **Arranjos alternativos de trabalho em jornalismo no Ceará**: relações de comunicação e condições de trabalho. Fortaleza: PRAXISJOR-UFC, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3ZSRPtp>. Acesso em: 29 out. 2023.

DANTAS, J. B. A. **O impacto das condições de trabalho e da precarização da profissão na vida do jornalista**. 2019. 307 f. Tese (Doutorado em Comunicação) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.realp.unb.br/jspui/handle/10482/35573>. Acesso em: 22 dez. 2024.

FÍGARO, R. **As relações de comunicação e as condições de produção no trabalho de jornalistas em arranjos econômicos alternativos às corporações de mídia**. São Paulo: ECA-USP, 2018.

FÍGARO, R.; MARQUES, A. F. A comunicação como trabalho no capitalismo de plataforma: o caso das mudanças no jornalismo. **Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/38566>. Acesso em: 29 out. 2023.

FÍGARO, R.; ROXO, M.; VISIBELI, J. Estratégias de demarcação do ethos jornalístico na figura de novos arranjos do trabalho dos jornalistas. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO, 16., 2018, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: FIAM-FAAM / Anhembi Morumbi, 2018. Disponível em: <https://bit.ly/4gjA51f>. Acesso em: 29 out. 2023.

GOSCH, R. M. **O conceito de jornalismo independente no contexto dos nativos digitais brasileiros**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Jornalismo) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2021.

GUSTAFSON, J. **Jornalistas e feministas**: a construção da perspectiva de gênero no jornalismo. Florianópolis: Insular, 2019.

LELO, T. V. A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e54225, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/1806-9584-2019v27n254225/40751>. Acesso em: 29 out. 2023.

LELO, T. A precarização das condições de trabalho dos jornalistas de São Paulo segmentada por faixas etárias: uma identidade profissional em risco? **Tempo Social**, v. 31, n. 2, p. 105-130, maio/ago. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.146626>. Acesso em: 29 out. 2023.

LIMA, S.; MICK, J.; et al. **Perfil do jornalista brasileiro 2021**: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho. Florianópolis: Quórum Comunicações, 2022. Disponível em: <https://perfildojornalista.ufsc.br>. Acesso em: 29 out. 2023.

NICOLETTI, J. **Precarização e qualidade no jornalismo**: condições de trabalho e seus impactos na notícia. Florianópolis: Insular, 2020.

NICOLETTI, J.; FÍGARO, R. Trabalho precário como fonte de adoecimento mental e sofrimento ético. In: BARROS, J. V.; NICOLETTI, J.; LIMA, S. (org.). **O trabalho de jornalistas no Brasil**:

Desigualdades, Identidades e Precariedades. Florianópolis: Editora Insular, 2023. p. 155-193. Disponível em: <https://insular.com.br/produto/o-trabalho-de-jornalistas-no-brasil-desigualdades-identidades-e-precariedades-2>. Acesso em: 22 dez. 2024

PATRÍCIO, E. Elementos de decolonialidade no jornalismo de olhar periférico sob a dimensão das territorialidades. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 22, p. 89-100, 2023a. Disponível em: <https://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/981>. Acesso em: 22 dez. 2024.

PATRÍCIO, E. Territorialidade, financiamento e jornalismo independente no Nordeste do Brasil. **Estudos de Jornalismo e Mídia**, v. 19, p. 189-201, 2023b. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/84920>. Acesso em: 23 dez. 2024.

PATRÍCIO, E. Jornalismo e pandemia: impactos da Covid-19 nas rotinas de produção do jornalismo independente do Ceará. **Pauta Geral - Estudos em Jornalismo**, v. 7, n. 1, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/17060>. Acesso em: 23 dez. 2024.

PATRÍCIO, E.; LIMA, R. C. B. Elementos de identidade em iniciativas de jornalismo independente. **Revista Extraprensa**, v. 13, p. 217-231, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153326>. Acesso em: 23 dez. 2024.

PATRÍCIO, E.; SANTANA, L. M. Cultura profissional: outras perspectivas a partir da atuação de jornalistas em iniciativas de jornalismo independente. In: BARROS, J. V.; NICOLETTI, J.; LIMA, S. (org.). **O trabalho de jornalistas no Brasil: Desigualdades, Identidades e Precariedades**. Florianópolis: Editora Insular, 2023. Disponível em: <https://insular.com.br/produto/o-trabalho-de-jornalistas-no-brasil-desigualdades-identidades-e-precariedades-2>. Acesso em: 23 dez. 2024.

PATRÍCIO, E.; SILVA, N. Territorialidade e ethos em iniciativas de jornalismo independente do Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 15, p. 183-195, 2019. Disponível em: <https://www.rbqdr.net/revista/index.php/rbqdr/article/view/4851>. Acesso em: 23 dez. 2024.

Submissão: 26 de set. 2024

Aceite: 23 de dez. 2024.

Geografias da televisão regionalizada

A identificação conceitual dos territórios do telejornalismo regional brasileiro¹

Francisco das Chagas Sales Júnior²

Resumo

Este artigo buscou discutir conceitualmente o que vem a ser a televisão regional brasileira, buscando identificar os espaços ocupados pelo telejornalismo nas dimensões locais e regionais. Para isso, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a temática e analisados aspectos inerentes a essa discussão como as geografias da comunicação e as escalas e territórios do jornalismo na TV, além de refletir e apontar caminhos para a construção do conceito de TV regional. O estudo contou com as contribuições de Aguiar (2016), Bazi (2001), Fabbri Júnior (2006), Santos (2008), Moreira (2019), entre outros. Esta investigação se justifica como uma forma de compreender as práticas sociais e elementos do ecossistema televisivo na contemporaneidade. A partir das análises, foi possível verificar o papel das identidades culturais construídas no processo de regionalização do telejornalismo brasileiro.

Palavras-chave: Regionalização; Telejornalismo; Geografias da comunicação.

44

Geographies of regionalized television: The conceptual identification of the territories of Brazilian regional television journalism

Abstract

This paper sought to discuss conceptually what Brazilian regional television is, seeking to identify the spaces occupied by television journalism in local and regional dimensions. To this end, a bibliographic review on the subject was conducted and aspects inherent to this discussion were analyzed, such as the geographies of communication and the scales and territories of television journalism, in addition to reflecting and pointing out paths for the construction of the concept of regional television. The study included contributions from Aguiar (2016), Bazi (2001), Fabbri Júnior (2006), Santos (2008), Moreira (2019), among others. This investigation is justified as a way of understanding the social practices and elements of the television ecosystem in contemporary times. Based on the analyses, it was possible to verify the role of cultural identities constructed in the process of regionalization of Brazilian television journalism.

Keywords: Regionalization; Television journalism; Geographies of communication.

¹ Este artigo foi produzido a partir de recortes da pesquisa de doutorado do autor.

² Doutor e mestre pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Mídia (PPgEM), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professor adjunto do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa). E-mail: jornalistafranciscojunior@gmail.com.

Introdução

A busca por definições claras e objetivas para o conceito de televisão local e/ou regional ainda tem sido um dos desafios na contemporaneidade. Tanto para os pesquisadores do campo da comunicação midiática quanto para os legisladores e produtores de conteúdo televisivo. Essa dificuldade decorre de fatores diversos imbricados nesse processo, como as práticas sociais, as identidades culturais construídas, os atores que atuam nesse ecossistema, entre outros. Para Moraes (2016, p.42-43), é impossível apreender a localidade, sem considerar a inter-relação dela com “outras dimensões espaciais, à semelhança da comunidade, do regional, do nacional e do global. Isto torna sua captura ainda mais difícil, tendo em vista que tais espacialidades acabam por gerar algumas amálgamas no que concerne à sua conceituação”.

Nessa busca por um conceito que possa abarcar e delimitar os territórios da televisão regional brasileira, Bazi (2001, p. 16) a concebe como sendo “aquela que retransmite seu sinal a uma determinada região e que tenha sua programação voltada para ela mesma”. O autor considera como produtora dessa TV regionalizada “aquela emissora regional que produza seu programa a partir de uma grade de programação estadual ou nacional, como, por exemplo, a praça de São Paulo, haja vista que o regional, para essas emissoras, é o próprio estado ou nação de origem” (Bazi, 2016, p. 23).

No entanto, vale destacar que, no ecossistema televisivo contemporâneo, essa definição se torna incompleta, uma vez que o conteúdo produzido pela TV não fica mais restrito ao alcance da transmissão em sinal aberto. Com o uso das tecnologias digitais, é possível consumir as produções regionais em qualquer parte do planeta, como e quando o telespectador quiser. O que comprova que o conceito de TV regional também passou por reconfigurações nas últimas décadas, reforçando ainda mais o papel das identidades culturais nesse processo.

Para Aguiar (2015, p. 9), regionalizar não significa apenas dividir ou recortar espaços, “mas, principalmente, ocupar, requalificar ou ressignificar parcelas de territórios, por meio de intervenções midiáticas que busquem diferenciar-se daquelas já desenvolvidas nas áreas centrais, em termos de construção de identidades”. O que para a autora acontece ao mesmo tempo em que reproduzem certos modelos de negócios, referenciais estéticos e aplicações tecnológicas.

Diante dessas discussões e reflexões, surgiu o questionamento norteador desta pesquisa: o que pode ser considerado ou não como televisão regional? A partir dele, outras

inquietações também surgiram: Quais são os principais elementos presentes no ecossistema televisivo regional no Brasil? Quais são os territórios ocupados telejornalismo regionalizado? Como a TV regional contribuiu para a construção de identidades culturais?

Para alcançar os objetivos deste estudo, foi realizada inicialmente uma pesquisa e revisão bibliográfica, com foco na realização de um estudo de caso da televisão e do telejornalismo brasileiro, que permitiu uma análise conceitual sobre as produções televisivas regionais. Foram analisados pontos como: 1) as geografias da comunicação; 2) escalas e territórios do jornalismo regional; 3) os caminhos possíveis para a identificação e construção da televisão e do telejornalismo regionalizados. Esses pontos foram os condutores para a realização de um estudo composto por reflexões conceituais e análises teóricas sobre o ecossistema televisivo regionalizado no Brasil.

Portanto, além de identificar conceitualmente os territórios geográficos ocupados pela televisão brasileira, é preciso compreender o papel desempenhado e o espaço ocupado pelos elementos simbólicos, como as identidades culturais. Esse estudo se faz necessário para que possamos entender como um todo a complexidade do processo de regionalização da televisão no Brasil, principalmente em relação ao telejornalismo produzido nos âmbitos local e regional. O que não exclui a necessidade de identificação da geografia desse veículo de comunicação, tendo em vista o alcance que tem.

Geografias da comunicação

Concebendo a espacialidade como uma estrutura complexa, que se modifica a partir da interação de suas estruturas, Santos (2008, p. 28) explica que “talvez não seja demais insistir no fato de que cada estrutura evolui quando o espaço total evolui e que a evolução de cada estrutura em particular afeta a da totalidade”. Para o pesquisador, esse desenvolvimento é permanente e resulta da ação de fatores tanto externos quanto internos. Nesse sentido, ele reforça que a realidade social, assim como o espaço, é resultado da interação entre os elementos que fazem parte de sua estrutura. “A totalidade social é formada da união desses dados contraditórios, da mesma maneira que o espaço total” (Santos, 2008, p. 29).

Sobre a importância de analisar de forma mais ampla o território midiático, encontramos no pensamento de Santos (2008) uma noção sobre espaço que apresenta caminhos teóricos para entendermos as variáveis geográficas e, assim, compreendermos como esses conceitos podem ser plenamente aplicados aos estudos sobre a regionalização

da televisão brasileira. “O espaço é o resultado da geografização de um conjunto de variáveis, de sua interação localizada, e não dos efeitos de uma variável isolada. Sozinha, uma variável é inteiramente carente de significado, como o é fora do sistema ao qual pertence” (Santos, 2008, p. 37).

A partir disso, Santos (2007, p. 14) aponta que a demarcação territorial não “é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si”. Na concepção dele, o território usado é o resultado do espaço ocupado juntamente com a identidade, que nesse caso passa a ser compreendida como “o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. Por isso, esse espaço passa a ser compreendido também como “o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (Santos, 2007, p. 14). Ota e Rodrigues Filho (2019) também destacam:

A regionalidade, nesse sentido, não implica necessariamente na identificação com um espaço delimitado por territórios, mas pela comunidade, pelo pertencimento, pela sintonia dos sujeitos em um determinado *sensorium*. Exemplos conhecidos disso são as regiões midiáticas que podem estar militadas a bairros ou a conglomerados de cidades, ou ainda das fronteiras, cujo espaço da comunidade transcende os limites entre territórios nacionais (Ota; Rodrigues Filho, 2019, p. 84).

Sob a perspectiva da Geografia, um determinado espaço é configurado por elementos fixos e de fluxos, como observamos que ocorre no telejornalismo brasileiro. É o que explica Santos (2006, p. 38) ao expor que “os elementos fixos, fixados em cada lugar, permitem ações que modificam o próprio lugar, fluxos novos ou renovados que recriam as condições ambientais e as condições sociais, e redefinem cada lugar”. Nessa mesma linha de pensamento, Assis e Carniello (2011, p. 56) destacam que “a comunicação pode ser considerada como fluxo, uma vez que, direta ou indiretamente, ela remodela os aspectos fixos, alterando seu valor e seu significado. Nesse processo, portanto, há uma intensa ligação entre Geografia e Comunicação”.

É nesse contexto que, segundo Moreira (2019), se evidenciam as geografias das comunicações. Um campo dos estudos da mídia que observa as interações e as relações reais e simbólicas entre os elementos envolvidos nos diversos processos comunicacionais. “São geógrafas, porque abrangem lugares, territórios e espaços da comunicação e geram uma ‘cartografia’ das teorias, com objetos e metodologias pertinentes aos dois campos, que assim se constituem em um terceiro campo” (Moreira, 2019, p. 13-14).

A partir do desenvolvimento tecnológico que permitiu a transmissão simultânea, os meios de comunicação se tornaram ponto de interesse convergente entre os geógrafos e pesquisadores da comunicação (Moreira, 2019), especialmente em um veículo como a televisão, com grande alcance e de linguagem popular. Com isso, houve uma aproximação do espaço como suporte para a compreensão do lugar do ser humano no mundo. “A observação dos sistemas de mídia e de telecomunicações é determinante para a análise das várias camadas de contextos — geográfico, midiático cultural, econômico, político, identitário — que compõem o processo contemporâneo da comunicação” (Moreira, 2012, p. 8).

Nesse sentido, para além da abordagem do conceito de território apenas por uma visão geográfica do espaço, Haesbaert (1997) identifica e propõe três conceitos de território: 1) Território político-jurídico, construído pelo Estado-nação; 2) Território econômico, que está diretamente ligado às fontes de recursos; 3) Território cultural, caracterizado como produto da apropriação simbólica, pela proximidade e pela identificação das pessoas com o espaço. Dessa forma, em vez de falar em território, observamos a importância de utilizar o plural e falar em territórios. Um conceito que abrange os mais diferentes níveis.

A partir desse pensamento, Haesbaert (2009) idealiza um mundo em rede no qual a multiplicidade de escalas gera múltiplos territórios. “Dessa interação constante entre múltiplas escalas e territórios, surge e avança cada vez mais o uso do termo rede, que contribui para compreendermos essas articulações entre diferentes territorialidades bem como suas estruturas internas” (Haesbaert, 2009, p. 121-123).

Apesar de o local e o regional possuírem dimensões de proximidade e familiaridade, esse nível de comunicação não permite ser tomado com contornos territoriais precisos, assim como na geografia, e principalmente quando o foco é um meio com características específicas como é o caso da televisão regional. Com o desenvolvimento tecnológico proporcionado pelas mídias digitais e redes sociais, a noção de TV regional foi reconfigurada e ganhou novas dimensões e significados. Verificamos que essa delimitação pode sofrer deslocamentos, indo do local ao universal em um mesmo processo comunicacional (Fabbri Júnior, 2006).

Fabbri Júnior (2006) aponta que a falta de definições territoriais e conceituais claras, objetivas e precisas contribuem para que haja uma certa confusão na distinção entre a configuração e os níveis de alcance entre os diferentes tipos de televisões.

Os meios de comunicação comunitários ou regionais se apresentam de forma muito clara em suas configurações, sendo que em algumas chegam a se misturar com as de outros tipos de mídia, principalmente a comunitária. Esta, por sua vez, pode apresentar pontos em comum com aquela de caráter regional-local, o que acaba por gerar dificuldades de compreensão e de diferenciação entre os processos de mídia comunitária e mídia local (Fabbri Júnior, 2006, p. 8).

Essa dificuldade de delimitação dos territórios e fronteiras da televisão regional ocorre também em decorrência da falta de uma legislação que estabeleça essas definições conceituais e limites geográficos. Apesar de a Constituição Federal de 1988 estabelecer a regionalização dos meios de comunicação como um de seus princípios básicos, a regulamentação do inciso III do artigo 221, que trata da produção cultural, artística e jornalística regional, ainda não foi feita. O que dificulta ainda mais o entendimento legal sobre pontos importantes como a distinção entre TV local e TV regional, além de outras questões inerentes ao processo de regionalização da mídia no território brasileiro.

Passados mais de 35 anos da promulgação da atual Constituição brasileira, ainda não existe previsão de quando essa regulamentação será colocada em prática. A última iniciativa realizada nesse sentido aconteceu em 2013, com a aprovação de um anteprojeto de lei sobre o assunto, pela Comissão Mista de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais (Câmara dos Deputados, 2013). Apesar de a proposta ter sido aprovada, até o momento não foi votada em plenário para então se tornar lei e entrar em vigor.

Esse projeto de lei, que foi aprovado pela comissão mista, traz uma distinção importante entre o que é produção regional e produção local. Essa proposta apresenta delimitações territoriais que se mostram fundamentais para a construção do conceito tanto de TV Local quanto de TV Regional. De acordo com o anteprojeto, “a produção de caráter regional é definida como aquela produzida na região onde está localizada a emissora — Norte, Sul, Sudeste, Nordeste ou Centro-Oeste. A produção local é aquela produzida no estado onde se localiza a emissora de rádio ou TV” (Câmara dos Deputados, 2013).

O texto da proposta de lei, aprovada pela comissão, determina ainda os limites mínimos semanais de produção regional e local, que deverão ser inseridos na programação das emissoras brasileiras de rádio e de televisão. Isso vai ser feito de acordo com o tamanho das localidades em que as empresas de mídia atuam. A aprovação em plenário dessa legislação, e sanção pelo presidente da República, representaria um avanço para o trabalho de compreensão do processo de regionalização da televisão no Brasil, além de definir diretrizes básicas que possibilitariam a implementação e expansão dos conteúdos

televisivos locais e regionais. No entanto, a construção desse dispositivo legal precisaria levar em consideração não apenas os espaços geográficos, mas também os aspectos identitários das populações de cada uma das regiões que são alcançadas pelo sinal das emissoras de televisão no território nacional.

A busca de conceitos de escalas e territórios para o telejornalismo regional

Sem uma definição específica da legislação brasileira, os estudos e pesquisas sobre a regionalização da televisão no país seguem sendo realizados por meio de conceitos e discussões teóricas, que buscam compreender esse processo por meio da identificação dos territórios ocupados por esse meio, das práticas sociais, dos atores envolvidos e da produção simbólica resultante da interação dos elementos que fazem parte do ecossistema.

Em relação ao conceito de região, Haesbaert (2010, p. 91) a concebe como uma “espécie de artifício ou instrumento que permite o entendimento das 'partes' do espaço geográfico através de princípios gerais de diferenciação/homogeneização”. Sobre o entendimento do que venha a ser TV regional, Souza (2013, p. 145-146) acrescenta que há uma tradição acadêmica que identifica a região como um nível ou uma escala geográfica intermediária entre o “local” e o “nacional”. Para ele, isso acontece “ora explícita e conscientemente, ora tacitamente”. Nesse sentido, o autor concebe a região como sendo “uma entidade espacial maior que uma cidade ou município e menor que um país”.

Na busca por identificar uma organização das regiões, para tornar possível os estudos midiáticos, Marques de Melo (2006, p. 17-20) constrói categorizações, que levam em consideração não apenas os aspectos político-administrativos, mas também os identitários. Um pensamento que também pode ser aplicado nos estudos sobre televisão e telejornalismo regionais.

Nesse sentido, o pesquisador propõe duas categorias: 1) regiões supranacionais, formadas por “agrupamento de nações que possuem identidades em comum”; 2) regiões infranacionais, que representam um “parcelamento do território nacional de acordo com critérios político-administrativos”. Ele ainda elabora oito subcategorias, conforme observamos no Quadro 1.

Quadro 1: Categorizações das regiões midiáticas

Editoria	Subcategorias	Descrição das subcategorias
Regiões supranacionais	Megarregião	Determinada por variáveis políticas, em função da proximidade geográfica.
	Multirregião	Determinada por variáveis culturais, independentemente da proximidade geográfica.
	Mesorregião	Determinada pela contiguidade geográfica, constituindo um espaço fragmentado composto pelas parcelas dos territórios nacionais que possuem identidade comum.
Regiões infranacionais	Macrorregião	Resultante da divisão territorial estabelecida pelo Estado, concentrando, para fins administrativos, unidades da Federação Brasileira
	Maxirregião	Resultante dos recortes determinados por fatores de natureza político-cultural.
	Midirregião	Formada por municípios ou trechos contíguos, dentro de uma mesma unidade federativa, ou adjacentes, cuja integração foi determinada por fatores aleatórios ou conjunturais.
	Minirregião	Correspondente à menor unidade político-administrativa do território nacional.
	Microrregião	Fragmento do território municipal, constituído em função de demandas administrativas ou habitacionais.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Marques de Melo (2006)

A partir dessas categorizações, verificamos que a ideia de região midiática pode estar relacionada tanto a uma divisão estabelecida pelo Estado ou pela geografia quanto pela identidade cultural, considerando os contextos políticos, históricos e socioeconômicos dos territórios. Com isso, se confirma que a delimitação territorial da televisão regional é algo complexo e não deve ser tomada por meio de fronteiras imutáveis. As variáveis desse processo se tornam elementos a serem levados em conta, durante o estabelecimento das diretrizes a serem seguidas, sejam para um simples estudo ou por uma pesquisa mais ampla, mais detalhada e com aprofundamento teórico-conceitual.

No sentido de orientar as análises sobre os territórios midiáticos, buscando identificar os territórios do jornalismo, Aguiar (2016) apresenta o conceito de escalas geográficas, com base nos estudos de Souza (2013, p.181-182), em que o autor propõe discutir a noção de escalas sob três pontos de vista: 1) a escala do fenômeno, que é objeto de pesquisa, analisa a abrangência física como tamanho e extensão; 2) a escala de análise, que é intelectualmente construída com base na relação existente entre o “objeto real” e o “objeto do conhecimento”, o que permite a identificação de características relevantes; 3) a escala da ação, que tem caráter estratégico e diz respeito à análise tanto do alcance espacial quanto das práticas dos agentes envolvido no processo investigado.

Com base nessa perspectiva, Aguiar (2016) identificou cinco escalas geográficas, divididas em: local, regional, nacional, internacional e global. Cada escala, por sua vez, é composta por níveis como: Hiperlocal, Microlocal, Mesolocal, Macrolocal, Microrregião, Mesorregião, Estado, Macrorregião, País, Continente, Região, Mundo. No Quadro 2, abaixo, é possível observar os detalhes dessas categorizações e recortes espaciais.

Quadro 2: Escalas geográficas

Escalas	Níveis	Recortes espaciais
Local	Hiperlocal	“Nanoterritórios”: prédio público, unidade habitacional, rua, quadra...
	Microlocal	Quarteirão, sub-bairro, bairro, setor geográfico, comunidades rurais
	Mesolocal	Município, cidade, centro urbano
	Macrolocal	Metrópole, região metropolitana
Regional	Microrregião	Aglomerado de pequenas cidades
	Mesorregião	Aglomerado de cidades em torno de uma cidade-polo
	Estado	Unidade da federação
	Macrorregião	Divisão político-administrativa
Nacional	País	Território nacional, área urbanas fronteiriças
Internacional	Continente Região	Grupo de países de um continente, zonas intracontinentais, áreas transcontinentais
Global	Mundo	Totalidade dos países, articulações intercontinentais

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Aguiar (2016)

A partir dessa divisão, é possível verificar delimitações que levam em consideração os espaços geográficos ocupados e as relações entre eles. No entanto, para realizar a análise dos territórios por meio de escalas, principalmente com foco no jornalismo produzido por diferentes meios de comunicação, mas no recorte deste estudo com foco no telejornalismo, é preciso compreender a diferenciação básica entre “escala cartográfica” e “escala geográfica”. A primeira “é uma representação gráfica de um terreno ou território expressa por uma fração na qual cada centímetro corresponde a determinada dimensão do espaço concreto” e a segunda “diz respeito aos diferentes modos de percepção e de concepção da realidade espacial em recortes específicos” (Aguiar, 2019, p. 120-121). Por isso, a concepção de escalas geográficas é a que mais se aproxima das necessidades dos estudos da mídia, uma vez que o caráter transterritorial da ação multiescalar é considerada “um *modus operandi* dos movimentos sociais e ativistas que atuam em rede, e parece ser aplicável também à forma de atuação dos grupos proprietários de empresas jornalísticas e de emissoras de TV em processo de regionalização midiática” (Aguiar, 2016, p. 45).

Seguindo nessa perspectiva, Aguiar (2016) analisou 28 grupos e três empresas de comunicação em operação no Brasil, para compreender melhor a atuação dos grupos de mídia no país. Com isso, a pesquisadora identificou regiões midiáticas e propôs a divisão delas em cinco escalas, conforme o Quadro 3, divididas da seguinte forma: Nacional, Regional-supraestadual, Regional-estadual, Regional-subestadual, Local e Multiterritorial.

Quadro 3: Escalas das regiões midiáticas brasileiras

Escala	Descrição
Nacional	Grupos ou empresas com pelo menos um título de jornal com mais de 60% da tiragem vendidos em diferentes regiões fora do estado da cidade-sede ou que tenha o controle financeiro ou operacional de uma rede de rádio ou TV.
Regional-supraestadual	Grupos cuja atuação ultrapasse os limites do estado de origem para estados contíguos, seja por meio da propriedade de veículos em diferentes localidades ou de parcerias com outros meios de âmbito regional ou nacional ou ainda com empresas de referência nacional ou grupos subnacionais para atuação regional.
Regional-estadual	Grupos sediados em capitais com alcance na maior parte do território estadual e que não ultrapassem esse âmbito geográfico.
Regional-subestadual	Grupos sediados em uma região metropolitana fora da capital do estado ou em uma cidade-polo de região econômica reconhecida, que restrinja a atuação a esse recorte espacial.
Local	Empresas cujo alcance do produto midiático é restrito a uma cidade que não seja capital nem centro de região metropolitana, com eventual extensão aos seus entornos.
Multiterritorial	Grupos que atuam em estados não contíguos ou em áreas de fronteiras do Brasil com outros países da América do Sul.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Aguiar (2016)

Ao analisar essa proposta multiescalar, é possível verificar que as categorizações são fundamentadas para compreender o alcance que o jornalismo produzido pelas emissoras de televisão. Dessa forma, não apenas as demarcações político-administrativas estabelecidas pelo Estado, por meio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) devem ser consideradas nos estudos que buscam discutir e refletir conceitualmente a ideia de televisão e telejornalismo regionais no Brasil.

Caminhos para identificar os territórios do telejornalismo regional

Apesar de as escalas apontarem caminhos, Aguiar (2016) ressalta que o uso delas deve avaliar a natureza do objeto e feitas as adequações necessárias de acordo com os objetivos da análise a que se propõe. “Qualquer proposta de tipologia apenas para situar os recortes espaciais e orientar as escolhas dos níveis de análise, e terá que ser relativizada

de acordo com o contexto específico da pesquisa” (Aguiar, 2016, p. 56). Por isso, a aplicação desses conceitos e escalas nos estudos de telejornalismo deve atentar para as características específicas da televisão e, na contemporaneidade, das telas.

Para Moore (2008), a escala também não deve ser concebida como uma categoria fixa ou dada, mas sim como socialmente construída, fluida e contingencial. Por isso, Souza (2013, p. 188) destaca que “da mesma maneira como variam os objetos de conhecimento, os modos de construí-los e as questões (os problemas) que orientam essa construção”. Nesse sentido, as escalas devem ser vistas como elementos que “definem modelos espaciais de totalidades sucessivas e classificadoras e não uma progressão linear de medidas de aproximação sucessivas” (Castro, 2014, p.136).

Para Aguiar (2015), a escala de observação torna visível certos atributos de determinado fenômeno, como no caso deste estudo da televisão e do telejornalismo. O que possibilita sua mensuração, análise e explicação. No entanto, o que se tem observado no Brasil é uma certa hierarquização. Em outro estudo, a autora (2019, p. 122) exemplifica como essa situação ocorre, ao afirmar que “é o caso dos estudos de jornalismo quando privilegiam a escala nacional como o lugar da excelência, do profissionalismo, em contraponto ao local e ao regional como precário e amador”. Isso acontece principalmente quando se leva em consideração que a escala “nacional” é atribuída ao chamado “jornalismo de referência” (produzido no eixo Rio-São Paulo). Mas, na verdade, não passa de jornalismo regional com ressonância nacional no debate público.

Numa visão anti-hierárquica, Castro (2014, p. 126) aponta que a “consequência mais flagrante do privilégio de uma escala de concepção em detrimento de outras é o aprisionamento do espaço de empiria a uma estrutura conceitual que nem sempre lhe é adequada”. Ele explica que a mudança de escala “não é uma questão de recorte métrico, mas implica transformações qualitativas não hierárquicas que precisam ser explicitadas” (Castro, 2014 p.134). Por isso, o recorte deve buscar unidades de concepção que coloquem “em evidência relações, fenômenos, fatos que em outro recorte não teriam a mesma visibilidade” (Castro, 2014, p.145).

Nessa perspectiva, a partir da proposta elaborada por Marcadé (1992 *apud* Camponez, 2002), deve-se adotar alguns critérios para que seja possível fazer as delimitações dos conteúdos da imprensa local e regional. Para a autora, a análise e categorização dos meios de comunicação regionalizados devem levar em consideração aspectos como: a localização territorial da sede da empresa ou grupo; o âmbito de difusão

de cobertura, ou seja, o alcance; a vocação e a intencionalidade do produto midiático; o tratamento dado aos conteúdos produzidos pela mídia em questão; a percepção do veículo de comunicação sobre o público; e a relação com as fontes de informação institucionais.

Portanto, ao identificar os diversos lugares, territórios, níveis e categorias da televisão regionalizada, é possível verificar maneiras de perceber o próprio campo midiático, com suas características próprias, atores e práticas sociais. Nesse sentido, Moreira (2009, p. 2) assegura que a comunicação pode ser adotada como perspectiva para a compreensão de espacialidades e territorialidades, uma vez que “o lugar da comunicação passou a fazer diferença ao: a) mostrar as formas como as pessoas acessam e usam os sistemas comunicacionais; b) identificar as direções dos fluxos da informação; c) dar a conhecer eventos que ocorrem em determinados espaços da comunicação”.

Souza (1995, p. 78) conceitua o território como um “espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Por isso, Silva (2004, p. 83) também aponta que o conceito de espaço territorial deve “ser tratado em função de sua relação com os indivíduos”. Castilho e Chaparro (2009, p. 382) acreditam que ele deve ser compreendido “sob um prisma mais subjetivo, de um espaço no qual o ser humano estabelece um vínculo afetivo e simbólico, constrói sua história e concretiza suas relações e sua experiência no mundo”.

Para Assis e Carniello (2011), a ação e interação humana deve ser levada em consideração na delimitação dos territórios criados e ocupados pela mídia e não apenas a variável geográfica. Para eles, devem ser considerados os aspectos históricos, econômicos e culturais. “Independentemente do critério utilizado para a sua delimitação, parte-se do princípio de que um espaço se transforma em território — ou seja, delimita suas fronteiras espaciais, sociais e políticas — a partir do momento em que é apreendido, compreendido e transformado pela cultura humana” (Assis; Carniello, 2011, p. 57-58). Nesse sentido, podemos compreender a televisão regional como um território midiático construído e não formado por acaso, mas por elementos específicos do processo comunicacional televisivo.

Nessa perspectiva, mesmo se discutindo a construção dos territórios geográficos, também é possível identificar uma tríade presente nesse processo: proximidade, pertencimento e identidade. São elementos que interagem de forma simultânea, mas sem sobreposição e que não podem ser observados de forma isolada. Segundo Coutinho (2008), esse vínculo está fundamentado em três eixos: 1) a complementaridade e troca de informações; 2) o sentimento de pertença inerente à humanidade; 3) o compartilhamento de uma mesma cotidianidade, a partir do fato da vivência comum.

Nesse sentido, Aguiar (2016, p. 31) explica que é por isso que os estudos sobre o nível local da TV estão associados a duas relações principais: “a de proximidade geográfica com o público, as fontes e conteúdos com os quais lidam; e a identidade sociocultural e histórica com os territórios e sociabilidades dos quais emergem ou nos quais se inserem”. Aguiar (2015, p. 6) aponta ainda que o local “é muitas vezes identificado como um recorte político-administrativo correspondente ao município, ou à sua cidade-sede, ou ainda a qualquer cidade, independente de reconhecimento formal. Pode ainda ser estendido às suas subescalas, como um povoado, um bairro ou um setor geográfico”.

Para Camponez (2002, p. 103), “as especificidades da imprensa regional e local resultam, fundamentalmente, do seu compromisso com a região e do seu projeto editorial. É nesse compromisso que frutifica ou fracassa, se diversifica ou homogeneiza a comunicação”. No entanto, apesar de esses fatores identitários serem importantes e primordiais no processo de regionalização da televisão, o pesquisador (2002) alerta que:

[...] o território de pertença e identidade, ao qual a informação local parece estar ancorada, pode por si condicionar as formas de expressão de uma comunicação de massa, circunscrevendo os *media* locais e regionais a forma de comunicações mediatizadas a uma escala mais restrita e comunitária. No entanto, devemos desde já notar que o território não é necessariamente um limite às audiências (Camponez, 2002, p. 108).

Seguindo nessa perspectiva destaca-se ainda que, quando o foco é a escala local, a mídia televisiva produzida no interior segue lógicas culturais e sociais próprias, diferentes das identificadas nos grandes centros urbanos. Para Assis (2013, p. 3), “o interior é cenário com dimensões bem mais amplas do que sua demarcação territorial”. Na busca por estratégias comunicativas que atendam melhor a realidade das pequenas cidades ou municípios, o jornalismo interiorano apresenta características específicas. “Suas estruturas, suas rotinas, seus agendamentos, sua recepção e até mesmo os efeitos provocados pela informação de atualidade exibem, nesse âmbito, dinâmicas consideravelmente diferentes das identificadas em cenários nacional e internacional” (Assis, 2013, p. 3-4).

De acordo com Aguiar (2016, p. 128), “o discurso regionalista pode ser usado para ressignificar regiões previamente categorizadas, com fins de atribuições de novo sentido funcional ou performativo”. O que reforça a existência de territórios construídos pela mídia. Para Salovaara-Moring (2004 *apud* Aguiar, 2016, p. 122), a região como uma formação discursiva “exige uma análise tanto das condições históricas, sociais e econômicas nas

quais discursos específicos ocorrem quanto, recorrentemente, de como os discursos são formatados pelas práticas sociais e institucionais que mantêm essa produção simbólica”.

Com isso, percebemos que o discurso da mídia regional “empregará sempre esforços no sentido de reforçar as relações de proximidade e de pertencimento, disponíveis aos públicos habitantes em dada faixa territorial e também ao mercado ali operante” (Oliveira, 2013, p. 116). Essa estratégia é destacada por Haesbaert (2010, p. 16) ao concluir que “o discurso da mídia e a formação do senso comum alimentam uma revalorização do ‘regional’, ainda que ele seja entendido de maneiras muito distintas”.

Portanto, ao analisar conceitualmente e realizar reflexões teóricas sobre os territórios ocupados pela televisão local/regional no ecossistema midiático contemporâneo, acreditamos que as delimitações não podem ser feitas levando apenas em consideração o espaço geográfico, apesar de serem parte importante desse processo de compreensão da mídia regionalizada. Da mesma forma, não é possível conceber a regionalização sem identificar e analisar os elementos simbólicos, como as identidades culturais. Por isso, as propostas de categorizações, como as escalas geográficas da mídia brasileira, se apresentam como mais um método colocado à disposição para os estudos da mídia. No caso desta pesquisa, essas discussões podem contribuir para definir os caminhos para a construção de uma proposta de periodização da mídia televisiva regional.

57

Considerações finais

A partir das análises conceituais realizada neste estudo, identificamos e analisamos as transformações sociais e o desenvolvimento tecnológico observados nas últimas décadas. Com isso, foi possível verificar que, apesar de a regionalização da televisão brasileira foi fortalecida e ganhar novas formas, ainda não é possível encontrar um consenso quanto ao conceito do que venha a ser a TV regional ou local no Brasil. Uma indefinição conceitual que ainda carece de detalhamento, seja quanto à legislação brasileira ou em relação aos estudos teóricos realizados até o momento.

Nesse contexto, discutir o papel do regional na televisão se torna importante, tendo em vista que verificamos que a identificação do público com as emissoras e suas programações se torna um dos parâmetros mais utilizados e aceitos para estabelecer as fronteiras do que seja um conteúdo regional ou nacional ou globalizado. Isso porque os limites geográficos se tornam insuficientes nessa missão.

Nesse sentido, as reflexões teóricas realizadas a partir dos elementos identificados e analisados por esta investigação teórica nos indicam que a identificação e a delimitação de escalas geográficas da mídia no Brasil nos ajudaram a compreender como os grupos de mídia atuam em nosso território, bem como as práticas sociais e as influências que têm no ecossistema televisivo brasileiro. Mas não são suficientes para que possamos estabelecer com segurança o que realmente são empresas midiáticas locais, regionais e nacionais, diferenciando-as entre si. Afinal, com a convergência proporcionada pelas novas tecnologias nos últimos anos, é possível acessar o conteúdo televisivo de uma região em qualquer parte do planeta, sem que ele deixe de ser considerado regional. O que comprova que o regionalismo é mais uma questão identitária do que de alcance ou ocupação de espaço físico, sem negar a importância da espacialidade nessa definição.

Portanto, a partir desta pesquisa, além de refletir e analisar um fenômeno midiático em constante transformação, foi possível observar que movimentos conceituais como o que foi proposto aqui podem ser relevantes ferramentas para um possível mapeamento do ecossistema midiático. No caso específico da televisão, devem contribuir para o desenvolvimento e expansão do conhecimento científico já produzido sobre as temáticas que envolvem os estudos sobre telejornalismo no Brasil.

Referências

AGUIAR, S. O conceito de escala geográfica nos estudos de mídia regional. In: MOREIRA, S. V. et al. (Org.). **10 anos: o percurso do grupo de pesquisa Geografias da Comunicação no Brasil**. São Paulo: Intercom, 2019, p. 117-144.

AGUIAR, S. **Territórios do jornalismo: geografias da mídia local e regional no Brasil**. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio, 2016.

AGUIAR, S. O conceito de escala geográfica nos estudos de mídia regional. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 38, 2015, Rio de Janeiro, RJ. **Anais eletrônicos [...]**. Rio de Janeiro, RJ, 4-7 set. 2015. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3462-1.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

ASSIS, F. de. Por uma geografia da produção jornalística: a imprensa do interior. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 36, 2013, Manaus, AM. **Anais eletrônicos [...]**. Manaus, AM, 4-7 set. 2013. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/66932805560370511646055039703916663230.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2024.

ASSIS, F. de; CARNIELLO, M. F. Geografias da comunicação: espaços reflexivos no território latino-americano. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, n. 12, 2011. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/47>. Acesso em: 15 ago. 2024.

BAZI, R. E. R. Depois da TV digital: o telejornalismo e as rotinas produtivas em uma emissora regional. **Revista Brasileira de Ensino de Jornalismo**, Brasília, v. 6, n. 18, p. 18-30, jan./jun. 2016. Disponível em: <https://rebej.abejor.org.br/index.php/rebej/article/view/174>. Acesso em: 3 abr. 2023.

BAZI, R. E. R. **TV regional: trajetória e perspectivas**. Campinas: Alínea, 2001.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Comissão aprova regulamentação de programação regional de rádio e TV**. Brasília, 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/409409-comissao-aprova-regulamentacao-de-programacao-regional-de-radio-e-tv/>. Acesso em: 15 ago. 2024.

CAMPONEZ, C. **Jornalismo de proximidade**. Coimbra: Minerva, 2002.

CASTRO, I. E. O problema da escala. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. **Geografia, conceitos e temas**. 16 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014, p. 117-140.

COUTINHO, I. Telejornalismo e identidade em emissoras locais: a construção de contratos de pertencimento. In: VIZEU, A. (Org.). **Sociedade do telejornalismo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p. 91-108.

FABRI JÚNIOR, D. **A tensão entre o global e local: os limites de um noticiário regional na TV**. Campinas, SP: Akademika Editora, 2006.

HAESBAERT, R. **Regional-global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2009.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: a rede "gaúcha" no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

MARQUES DE MELO, J. Comunicação e desenvolvimento: por um conceito midiático de região. In: MARQUES DE MELO, J.; SOUSA, C. M. de; GOBBI, M. C. (Orgs.). **Regionalização midiática: estudos sobre comunicação e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: Sotese, 2006, p. 13-35.

MORAES, G. C. L. C. de. **Regionalização da mídia piauiense: um olhar sobre os programas especiais da TV Cidade Verde**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

MOREIRA, S. V. Da invisibilidade à visibilidade da geografia na comunicação: travessias de territórios em uma década. In: MOREIRA, S. V. et al. (Org.). **10 anos: o percurso do grupo de pesquisa Geografias da Comunicação no Brasil**. São Paulo: Intercom, 2019, p. 11-23.

MOREIRA, S. V. Por que geografias, no plural, para a comunicação? In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 35, 2015, Fortaleza, CE. **Anais eletrônicos** [...]. Fortaleza, CE, 3-7 set. 2012. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2012/resumos/R7-1904-1.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2023.

MOREIRA, S. V. Sobre a invisibilidade da geografia na comunicação. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 32, 2009, Curitiba, PR. **Anais eletrônicos** [...]. Curitiba, PR, 4-7 set. 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-3221-1.pdf>. Acesso em: 1 abr. 2023.

OTA, D. C.; RODRIGUES FILHO, L. C. Geografias da comunicação na pesquisa sul-mato-grossense: fronteiras, territórios e perspectivas. In: MOREIRA, S. V. et al. (Org.). **10 anos: o percurso do grupo de pesquisa Geografias da Comunicação no Brasil**. São Paulo: Intercom, 2019, p. 75-90.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. **Territórios, território: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2006.

SOUZA, M. L. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 77-116.

Submissão: 16 de ago. 2024

Aceite: 17 de dez. 2024.

Zona de Desenvolvimento Proximal, Aprendizagens Contextuais e Jornalismo

Aproximações e potencialidades para
a socialização de conhecimentos

Janaíne Kronbauer¹

Resumo

A aprendizagem é inerente ao ser humano e às interações entre indivíduos, sendo um fundamento para a apreensão e construção de conhecimentos. Neste estudo, assentado em uma base modelar em torno da profissão jornalística, adota-se como pressuposto a visão do jornalismo como uma forma social de produção de conhecimentos (Genro Filho, 2012). Associam-se a ela os conceitos de Zona de Desenvolvimento Proximal (Vygotsky, 2007) e de Aprendizagens Contextuais (Braga; Calazans, 2001) para, por meio de uma análise crítico-reflexiva, serem projetadas as funções cognitivas e de aprendizagem quanto à apropriação de conhecimentos em contextos mediáticos, com ênfase nos de perfil jornalístico. Observa-se que o jornalismo, assim como a educação formal, atua como agência socializadora de conhecimentos com latente potencial de aprendizado.

Palavras-chave: Jornalismo como forma social de conhecimento. Socialização de conhecimentos e aprendizagens. Análise crítico-reflexiva.

Proximal Development Zone, Contextual Learning and Journalism: Approaches and Strengths for the Socialization of Knowledge

Abstract

Learning is inherent to human beings, and interactions between individuals are fundamental for the acquisition and construction of knowledge. This study, based on a model-centered approach to the journalistic profession, adopts the premise of journalism as a social form of knowledge production (Genro Filho, 2012). This perspective is associated with the concepts of the Zone of Proximal Development (Vygotsky, 2007) and Contextual Learning (Braga; Calazans, 2001) to analyze critically and reflectively the cognitive and learning functions involved in the appropriation of knowledge within mediated contexts, with an emphasis on those of a journalistic nature. It is observed that journalism, like formal education, acts as a socializing agency of knowledge with latent learning potential.

Keywords: Journalism as a social form of knowledge. Socialization of knowledge and learning. Critical-reflective analysis.

¹ Doutora em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e Mestra em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: ksjanaine@gmail.com | Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6024-4128>.

Introdução

Pensar o jornalismo como uma agência socializadora de informações e conhecimentos pode parecer um contrassenso nos dias atuais, marcados tanto pela desinformação quanto pela superabundância informativa e, ainda, pelo acentuado desinteresse de contingente significativo de pessoas pelo jornalismo (Newman *et al.*, 2023). Contudo, com o objetivo de compreender com maior acuidade os processos vinculados à produção de conhecimentos por parte desta atividade e, especialmente, dos indivíduos que dele fazem uso, este artigo se volta a uma discussão preliminar à socialização de conhecimentos e suas potenciais aprendizagens.

Busca-se, aqui, aproximar conceitos advindos de áreas acadêmicas relativamente próximas — Psicologia, Educação, Comunicação e Jornalismo — para deslindar o cenário em que socialização de conhecimentos por meio do jornalismo e as eventuais aprendizagens a ela vinculadas estão situadas. Para isso, são recuperadas definições conceituais dos termos Zona de Desenvolvimento Proximal, Aprendizagens Contextuais e Conhecimento do Jornalismo para, a seguir, se avançar na composição de um panorama integrador dessa tríade por meio de uma análise crítico-reflexiva. Essa, por sua vez, aponta, senão caminhos, pistas para novas rotas a serem seguidas e pressupostos a serem observados por jornalistas em seu fazer cotidiano, com vistas ao benefício da socialização de conhecimentos e aprendizagens que torna possível.

Com o ordenamento proposto a partir da próxima seção se pretende adentrar na discussão e localizá-la em seu espaço de origem — o jornalismo — buscando adicionar novas camadas que auxiliem na compreensão de seu entorno de ação.

O conhecimento do jornalismo

O conhecimento vinculado ao jornalismo é um dentre tantos tipos que circulam na esfera social. Neste estudo, parte-se da premissa de que seu perfil é específico e vinculado a um *fazer-saber* (pedagogia) igualmente peculiar (Cerqueira, 2018; Kronbauer, 2021). Muitos autores dedicam-se ao estudo do jornalismo e do conhecimento a ele conexo; o alemão Otto Groth, por exemplo, já indicava, em seu estudo sobre a ciência dos jornais, que do jornalismo “depende em grande parte o *saber* e com isso a capacidade de discernimento do povo como um todo” (Groth, 2011, p. 31, grifos adicionados).

Ao comparar as definições de *acquaintance with* — ou “conhecimento de” (do senso comum) — e *knowledge about* — ou “conhecimento sobre” (analítico e sistemático) —

também Robert Park (2008) foi um dos pioneiros a reconhecer o conhecimento produzido a partir das notícias. Associam-se a ele, dentre outros, pesquisadores como Orlando Tambosi (2005), Eduardo Meditsch (1992), Wolfgang Donsbach (2014), Sílvia Lisboa e Marcia Benetti (2015) e Adelmo Genro Filho (2012). São as proposições deste último autor as que serão destacadas neste estudo, pois sua contribuição central “é propor uma teoria do jornalismo cuja especificidade está na produção de conhecimentos sobre a realidade a partir do ângulo da singularidade” (Kronbauer, 2021, p. 51).

Ao produzir conhecimento sobre a realidade da vida em sociedade tomando como referência a singularidade de seus fenômenos — aos quais se associam outros elementos, como a responsabilidade social (Kovach; Rosenstiel, 2004; Medina, 1982) e o interesse público (McQuail, 2012) —, o jornalismo vincula-se a uma práxis que permite uma “apropriação social do homem sobre a realidade” (Genro Filho, 2012, p. 23-24).

O substantivo de que trata o pesquisador brasileiro tem origem em uma das três categorias epistemológicas (singular, particular e universal) usadas por Georg Lukács (1885-1971) para explicar o contexto de produção da obra de arte. Genro Filho entende que essas categorias “são mais fecundas para caracterizar as representações que se referem estritamente a formas de conhecimento” (Genro Filho, 2012, p.167) e propõe:

Os conceitos de singular, particular e universal expressam dimensões reais da objetividade e, por isso, representam conexões lógicas fundamentais do pensamento, capazes de dar conta, igualmente, de *modalidades históricas de conhecimento* segundo as mediações que estabelecem entre si e as suas formas predominantes de cristalização (Genro Filho, 2012, p.167, grifos no original).

O autor visualiza na atividade jornalística uma agência capaz de extrapolar a simples reprodução (ainda que a mais fidedigna possível) de fatos e acontecimentos — algo preconizado pela deontologia da profissão — para assumir um papel com “potencial desalienante e humanizador” (Genro Filho, 2012, p. 58).

Pode-se falar do jornalismo como uma *forma de conhecimento* porque, distinto da comunicação elementar e cotidiana, **não se trata de algo espontâneo associado naturalmente à consciência individual e às relações externas imediatas de cada pessoa, mas de um processo que socialmente coloca complexas mediações objetivas**, que implica uma divisão do trabalho e — por consequência — um fazer e um saber específico (Genro Filho, 2012, p. 137, grifos no original, negrito adicionado).

De acordo com Richard Ericson, Patricia Baranek e Janet Chan (1987), para que esse conhecimento seja produzido, jornalistas acionam seu “vocabulário de precedentes” constituído por três diferentes tipos de saberes intrínsecos ao seu fazer cotidiano:

O que se aprende com a experiência é o “*saber de reconhecimento*” (por exemplo, como reconhecer um evento nos termos dos enquadramentos jornalísticos; como reconhecer o tipo de fonte que é apropriado para uma história desse tipo); “*saber de procedimento*” (por exemplo, como prosseguir com o desenvolvimento da história; métodos de contato com as fontes apropriadas; linhas de questionamento que funcionarão; operar dentro das restrições de tempo e recursos materiais); e “*saber de narração*” (como formular um item no discurso das notícias; como justificar as ações tomadas se alguém questionar o que foi feito) (Ericson; Baranek; Chan, 1987, p. 133, grifos adicionados, tradução livre).²

A utilização desse “vocabulário” é ativada na produção das notícias, uma fase inicial do processo, que, a seguir, quando de seu consumo pelos auditórios (Meditich, 2007), poderá vincular-se à produção de conhecimentos.

O linguista neerlandês Teun Van Dijk (2005, p. 16) — dedicado a estudos de abordagem sociocognitiva acerca da análise crítica do discurso —, ao refletir sobre esta produção de conhecimentos e, em específico, sobre as de perfil jornalístico, propõe que “a notícia é uma complexa interação entre conhecimento conhecido e desconhecido”. O pesquisador argumenta que o conhecimento que se tem do mundo é composto por meio de *scripts* — esquemas de conhecimentos socialmente compartilhados — que definem a base da cognição social. O jornalismo, através de suas produções, intervém como um dos compositores desses *scripts*; o conhecimento por ele suscitado mobiliza sentidos compartilhados no senso comum e também manifestos nas etapas primária e secundária da socialização dos sujeitos (Berger; Luckmann, 2014), “no lar ou na escola, e *mais tarde em maior escala pela mídia* (Van Dijk, 2005, p. 21, grifos adicionados).

O autor explica como a cognição humana processa os conhecimentos:

[...] podemos ler uma matéria de um jornal sobre um caso específico de violência doméstica, e nossa compreensão de tal história forma um modelo daquele evento. Lendo com mais frequência sobre tais eventos no jornal, construímos outros modelos de eventos e após algum tempo podemos

² No original: “What is learned through experience is ‘recognition knowledge’ (e.g., how to recognize an event in terms of news frames; how to recognize the type of source who is appropriate for a story of this type); ‘procedural knowledge’ (e.g., how to go on with developing the story; methods of contacting the appropriate sources; lines of questioning that will work; operating within time and material-resource constraints); and ‘accounting knowledge’ (how to formulate an item in news discourse; how to justify actions taken if someone questions what has been done)”.

inferir um conhecimento mais geral sobre violência doméstica pela generalização e abstração a partir desses modelos específicos. O contrário também ocorre: uma vez que já temos certo conhecimento geral sobre o tema usamos isso para construir modelos mentais sobre casos mais específicos de violência doméstica (Van Dijk, 2005, p. 16).

Por meio dos *scripts*, associados às informações contidas na notícia, os auditórios têm a possibilidade de reagir, refletindo e elaborando suas próprias conjecturas acerca das razões e efeitos de determinado fato/acontecimento. Constitui-se, assim, a ação interpretativa de cada interlocutor, que aciona suas funções cognitivas e constrói modelos mentais de (in)ação. Ainda de acordo com o linguista, quando produzem as notícias, jornalistas ativam nove diferentes tipos de conhecimento: comum, linguístico, de gênero de discurso, especializado de objeto, pessoal, comum e pessoal, velhos modelos, social/situacional e, finalmente, o aprendido. Essa categorização auxilia na compreensão do processo³ deflagrado para a leitura, apreensão e assimilação das notícias.

A partir desta lista, temos já uma primeira impressão de quanto conhecimento está envolvido na leitura trivial de uma notícia na imprensa. Fica também claro quantos diferentes tipos de conhecimento estão envolvidos em todos esses processos, desde conhecimento que emerge de experiências pessoais (por exemplo, de mulheres que experienciaram violência doméstica) até conhecimento social e cultural largamente compartilhado sobre mulheres, homens, e violência masculina contra as mulheres (Van Dijk, 2005, p. 25-26).

Para a pesquisadora brasileira Líriam Sponholz (2009, p. 105), o conhecimento tecido pelo jornalismo é perspectivo, seletivo, uma construção:

Sempre que alguém processa, estrutura e compara os estímulos que recebeu do mundo exterior com o que já sabe, ou seja, sempre que uma pessoa conhece algo, ela o faz de uma determinada perspectiva. Esta é uma parte inevitável do processo de conhecimento.

Reconhece-se assim, que “é da articulação entre senso comum, contexto situacional e nova informação que emana a produção do conhecimento jornalístico” (Santos; Lima, 2018, p. 169). Intrínsecas a ele estão as várias etapas referidas acima, por Van Dijk (2005), e que sinalizam a complexidade de sua composição.

³ Para Van Dijk (2005), fatores como a construção do modelo contextual, o reconhecimento do gênero notícia, a identificação do tópico em destaque e o estabelecimento de sua coerência global, a interpretação das palavras e sentenças, sua compreensão e a expressão/formulação acerca do que está sendo tratado também participam da assimilação/construção do conhecimento vinculado às notícias.

Avança-se, a seguir, em proposições que tratam da cognição humana, com sua compreensão e assimilação de informações; delas deriva a produção de conhecimentos por parte de cada indivíduo.

A definição de Zona de Desenvolvimento Proximal

Na busca por melhor compreender a aprendizagem — entendida sempre como um produto social (Kaplún, 1998) — e o desenvolvimento das funções cognitivas humanas, aliadas à interação entre sujeitos, o psicólogo bielorrusso Lev Vygotsky (1896-1934) elaborou o conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Para isso, ocupou-se “da interação entre as condições sociais em transformação e os substratos biológicos do comportamento” (John-Steiner; Souberman, 2007, p. 152). Nesta seção, o conceito é abordado para evidenciar as potencialidades da comunicação, com foco específico nas produções do jornalismo, para a socialização de conhecimentos junto aos diferentes auditórios.

Em termos conceituais, aprender algo significa compreender e efetivamente se apropriar de conjuntos de informações que produzam sentidos. Quando esse processo é deflagrado, ocasiona no indivíduo a chamada produção de conhecimentos. As interações com outros sujeitos associadas às condições de vida às quais este se vincula são elementos centrais da construção de seu mundo social, com valores e atitudes comportamentais a serem replicadas e/ou, eventualmente, contestadas ou ressignificadas, momento em que se identifica a ocorrência da socialização (Berger; Luckmann, 2014).

Na definição de Vygotsky, que se dedicou ao estudo da cognição infantil — mas cujas proposições também surtem efeitos em seres humanos adultos —, a aprendizagem é anterior ao desenvolvimento humano. O autor conferiu especial destaque às interações sociais, pois por seu intermédio seria possível identificar um dos pontos-chave da aquisição e consolidação de conhecimentos pelos sujeitos. Ao comentar essa premissa, Newton Duarte (1996) propõe que o indivíduo para ser/estar no mundo carece de relações sociais e históricas (interações) conformadas em seu entorno para melhor compreendê-lo, pois delas advêm as noções que embasam seus pressupostos para o convívio com seus semelhantes. Também Mario Kaplún (1998, p. 5, tradução livre)⁴, dedicado ao estudo das interfaces entre comunicação e educação, corrobora tal compreensão ao propor que “todas

⁴ No original: “Todas las funciones superiores de la inteligencia [...] se originan como relaciones entre los seres humanos” (Kaplún, 1998, p. 5).

as funções superiores da inteligência humana [...] têm como origem as relações entre os seres humanos”.

Mediadas por signos, as trocas do indivíduo com seu mundo social são marcadas pela interação. As comunicações verbal (fala e escrita) e não verbal (gestos e reações) são os instrumentos que permitem que as interações ocorram, atuando também na organização do pensamento. De acordo com Vera John-Steiner e Ellen Souberman (2007, p. 158), Vygotsky “[...] vê a relação entre o indivíduo e a sociedade como um processo dialético que, tal como um rio e seus afluentes, combina e separa os diferentes elementos da vida humana”. Diretamente conexos ao uso da linguagem, os processos cognitivos são colocados em movimento por meio de pensamentos e de processos interativos, visando ao desenvolvimento humano.

Para Vygotsky inexistente linearidade total no desenvolvimento das funções cognitivas, pois é tanto possível uma relativa homogeneidade quanto uma eventual discrepância nas realidades vivenciadas por cada pessoa; há, igualmente, diferenças quanto a associações, adaptações e apropriações deflagradas pelos sujeitos. Para o autor, mesmo que imbricados desde o nascimento do ser humano, aprendizado e desenvolvimento não são simultâneos: primeiro se dá a aprendizagem e, depois dela, o desenvolvimento.

Quando indivíduos estão inseridos em ambientes tradicionais de aprendizagem, com destaque os de perfil escolar, Vygotsky identifica um processo complementar para a apreensão de novos conhecimentos e, por consequência, seu desenvolvimento. Referido como Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), o conceito postula que a aprendizagem e o desenvolvimento humanos ocorrem de acordo com as potencialidades do próprio sujeito em contato com outros atores sociais e por seu entorno. Tal definição é complementar à de Zona de Desenvolvimento Real, a qual prevê o alcance de determinado grau de desenvolvimento de funções mentais de acordo com a faixa etária do indivíduo.

Vygotsky (2007, p. 97) indica que a ZDP é constituída:

[na] distância entre o nível de desenvolvimento real, que se costuma determinar através da solução independente de problemas, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado através da solução de problemas sob a orientação de um adulto ou em colaboração com companheiros mais capazes.

O autor também explicita que, no indivíduo,

[...] a zona de desenvolvimento proximal define aquelas funções que ainda não amadureceram, mas que estão em processo de maturação, funções que amadurecerão, mas que estão presentemente em estado embrionário. Essas funções poderiam ser chamadas de “brotos” ou “flores” do desenvolvimento, em vez de “frutos” do desenvolvimento. O nível de desenvolvimento real caracteriza o desenvolvimento mental retrospectivamente, enquanto a zona de desenvolvimento proximal caracteriza o desenvolvimento mental prospectivamente (Vygotsky, 2007, p. 98).

A ZDP refere-se, portanto, aos conhecimentos que estão em latência, prestes a eclodir no horizonte cognitivo do sujeito, extrapolando aquilo que já foi consolidado e se manifesta por seu nível de desenvolvimento real. A aprendizagem, e as etapas a ela vinculadas, apresenta-se assim, de maneira complexa, e permite que seja reconhecido o “desenvolvimento cognitivo mediado” (John-Steiner; Souberman, 2007, p. 164) da própria teoria da cognição de Vygotsky. Pela ZDP, ocorre “a transformação de um processo interpessoal (social) num processo intrapessoal” com “os estágios da internalização” e também “o papel dos aprendizes mais experientes” (John-Steiner; Souberman, 2007, p. 164) sendo colocado em evidência.

As interações sociais, para Vygotsky (2007, p. 100), assumem, então, um papel essencial: “o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam”. Com isso, em sua integração com o meio, os indivíduos estabelecem trocas que os permitem aprender e, conseqüentemente, desenvolver. As interações, que também são caras à temática da socialização (primária e secundária) proposta por Berger e Luckmann (2014), apontam para o fato de que os processos de aprendizagem e de desenvolvimento são intrínsecos à inserção do sujeito no mundo.

O conceito de ZDP define que a aprendizagem humana se dá através de etapas internas de desenvolvimento e, igualmente — ou em associação/cooperação —, com outros indivíduos: “[...] uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento independente da criança” (Vygotsky, 2007, p. 103), algo também verificado no contexto de aprendizagem e desenvolvimento de adultos, todavia em um contexto socializante multifacetado. O cenário em que o conhecimento e as aprendizagens humanas ocorrem é intrincado, e o conceito de ZDP auxilia na sua melhor compreensão.

Se até aqui se buscou apresentar este conceito e de que modo ele participa do desenvolvimento das funções cognitivas humanas, com vistas à produção de

conhecimentos por parte dos indivíduos, a seguir busca-se destacar as situações em que sua aprendizagem se faz presente.

Aprendizagens contextuais e suas implicações no Jornalismo

Os pesquisadores brasileiros José Luiz Braga e Regina Calazans (2001, p. 10) dedicaram-se ao estudo das proximidades e dissemelhanças entre as aprendizagens nas áreas da educação e da comunicação. Nesse movimento, destacam que ambos os campos “se invadem mutuamente — entram em forte relação de fluxo”, observando, no entanto, que “tendemos a pensar a aprendizagem apenas como consequência da Educação” (Braga; Calazans, 2001, p. 36).

Para a dupla de pesquisadores, as aprendizagens são inúmeras e extrapolam a modalidade educativa formal, “campo em que se articulam, intencionalmente, o ensino e a aprendizagem” (Braga; Calazans, 2001, p. 38). De acordo com Andrea Filatro e Sabrina Cairo (2015, p. 37, grifos adicionados), a aprendizagem ocorre mesmo quando não há esse objetivo no horizonte: “nesse tipo de aprendizagem incidental, não há intencionalidade pedagógica explícita. E, mesmo em situações formais de aprendizagem, *aprendemos a despeito e além dos objetivos educacionais explícitos*”.

Aprende-se “em todas as atividades humanas, profissionais ou não, pré-programadas ou espontâneas, gregárias ou em solidão, através de experiência direta com as coisas ou por interação com materiais simbólicos” (Braga, 2001, p. 2-3). Essa compreensão torna inevitável reconhecer a existência de aprendizagens sociais de perfil ampliado, algo já validado pela definição de “educação comunicativa” de Kaplún (1998, p. 4) — a qual visualiza a comunicação como um instrumento mediático e tecnológico que igualmente contém um “componente pedagógico” — e assentido pela pedagogia (Libâneo, 2010; Cerqueira, 2018).

Braga e Calazans (2001) classificam as diferentes aprendizagens como “educacionais” e “extraeducacionais” — estas redefinidas, mais recentemente, como “contextuais”. Presentes em locais deliberadamente constituídos para fins formativos, as aprendizagens de perfil educacional tratam de “uma aprendizagem pretendida, planejada, prefigurada, organizada, verificável, certificável” (Braga, 2001, p. 5). De outra parte, as aprendizagens contextuais englobam a variada gama de experiências vivenciais dos indivíduos, composta pelos contextos familiar, cultural e de aprendizagens práticas do cotidiano.

Nas aprendizagens contextuais identifica-se a existência de um novo agente a elas relacionado, composto a partir de “processos de comunicação social mediaticamente ativados” (Braga, 2001, p. 5). Esse vetor, mediático, associado à produção, circulação e consumo de informações mediadas, “tem muito de disposição geral (na medida do acesso, por muitos, a um mesmo material simbólico) e muito de experiência singular, vivida (na especificidade das interações e das interpretações ativadas pelos usuários)” (Braga; Calazans, 2001, p. 63).

Marina Empinotti e Rita Paulino reconhecem esse cenário e propõem:

A sociedade contemporânea, midiática, depende dos meios [de comunicação] para fazer circular grande parte do conhecimento produzido. Se a escola foi criada como espaço formal de educação, a ser complementada pelo ambiente familiar, hoje os meios de comunicação têm papel indispensável como terceiro elemento educativo (Empinotti; Paulino, 2018, p. 61).

Sem uma natureza pretensamente positiva quanto ao tipo de aprendizagens que colocam em circulação, as aprendizagens mediáticas, que são contextuais, incorporam um perfil social: “é como se [se] duplicasse, em outro nível e com outro contorno, os demais processos de aprendizagem já estabelecidos” (Braga; Calazans, 2001, p. 64). Há, contudo, contrastes evidentes entre ambos os tipos de aprendizagem, especialmente pela ausência de sistematização nas informações veiculadas por meio das aprendizagens contextuais (Kronbauer, 2023). Ainda assim, como destacam Braga e Calazans (2001, p. 98-99),

[...] se compararmos a conversa e as opiniões e preferências de uma pessoa que tenha larga frequência mediática [...] com as de outra pessoa (com a mesma formação escolar) sem tal frequência, podemos ter uma percepção de conjunto sobre o que estamos referindo como “aprendizagem mediática”.

Para Braga (2001, p. 7), “é evidente que muitas vezes as proposições [mediáticas] são tão pobres e tão meramente confirmadoras de repertórios limitados, que é possível prever um nível zero ou muito reduzido de aprendizagem”. Hoje, de modo muito acentuado, com a superabundância de oferta informativa e a prevalência de um cenário em que impera a “economia da emoção” (Bakir; Mcstay, 2017), é patente que a simples circulação de informações não garanta sua efetiva apropriação. Para que isso aconteça, é necessário envolvimento cognitivo do sujeito e, igualmente, no caso do jornalismo, qualidade nas notícias que são por ele veiculadas.

Os usuários, ao selecionar em meio à profusão da oferta, movidos por critérios pessoais, mas sobretudo culturais-sociais, devem resolver problemas práticos para realizar essa tomada de decisão. Selecionados seus produtos midiáticos, não simplesmente os “absorvem”, mas interagem com estes, sofrem suas interpelações, reagem, interpretam. *E aí já temos aprendizagem* (Braga, 2001, p. 7, grifos no original).

A aprendizagem acontece mediante a ação interpretativa, que aciona as funções cognitivas, do sujeito: “interpretar é usar o seu acervo cultural para digerir as interpelações recebidas. Há boas e más interpretações — mas o saldo, positivo ou negativo, é uma aprendizagem” (Braga, 2001, p. 7). Nesse momento, a pessoa aciona “suas competências de aprender e coisas já aprendidas, recebidas dos demais espaços — escola, família, cultura, práticas do dia a dia” (Braga, 2001, p. 7).

A próxima seção entrelaçará as definições conceituais abordadas até aqui (conhecimento jornalístico, Zona de Desenvolvimento Proximal e aprendizagens), além de apresentar algumas considerações obtidas por meio da análise crítico-reflexiva realizada no estudo.

71

Considerações finais

Este artigo se propôs a aproximar diferentes interfaces teóricas para delinear uma reflexão analítica que, se não inédita, até aqui não foi amplamente explorada ou formalmente explicitada quanto à apropriação/assimilação de conhecimentos a partir do jornalismo. Seu foco esteve voltado às possíveis aplicações deste arranjo sobre o seu principal produto: a notícia.

Inicialmente, tratou-se do conhecimento vinculado ao jornalismo, cuja forma, manifesta em sua unidade básica, a notícia, caracteriza-se pela especificidade de sua constituição: estar atrelada à categoria epistemológica da singularidade — oriunda do campo da arte, e redimensionada para o campo do jornalismo por Adelmo Genro Filho (2012) — e que envolve processos cognitivos desde a produção até sua circulação, como preconizado por Van Dijk (2005). Além disso, foram apresentadas as definições relacionadas à aprendizagem e ao desenvolvimento cognitivo humano, associadas ao conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal, de Vygotsky (2007). Por fim, discutiram-se as proposições sobre as diferentes modalidades de aprendizagem — educacionais e contextuais (Braga, Calazans, 2001), com destaque para as de perfil midiático, identificáveis nos contextos sociais formais e não formais.

Observou-se que a não sistematização das informações e conhecimentos produzidos e colocados em circulação pelo jornalismo decorre tanto de sua natureza episódica — atrelada, dentre outros fatores, aos critérios de noticiabilidade de atualidade e impacto social —, quanto do próprio perfil editorial das organizações jornalísticas. Essas organizações ainda se submetem a ordenamentos espaço-temporais (Soloski, 2016; Schlesinger, 2016) e levam em consideração fatores habitualmente revestidos de interesses difusos, os quais podem escapar e/ou suplantar o interesse público. Mesmo “sem ser voltado, como a própria escola, para finalidades específicas e prioritárias de aprendizagem”, as aprendizagens contextuais e mediática — sendo o jornalismo um exemplo — atuam nessa dimensão, “fazendo circular e ativando interações sociais” (Braga; Calazans, 2001, p. 101) e saberes.

A tônica da aprendizagem e dos processos de desenvolvimento cognitivo variam de acordo com o perfil de cada sujeito, dependem de suas experiências e repertórios pessoais, valores, perspectivas e objetivos. No caso das aprendizagens mediáticas, estas se entrelaçam com aspectos “dos produtos aí [colocados] em circulação; dos estímulos inerentes às linguagens mediáticas ativadas; das dimensões da aprendizagem; mas também das condições de prontidão e envolvimento do usuário — determinadas por sua formação e suas experiências de vida” (Braga; Calazans, 2001, 106).

A aprendizagem e o desenvolvimento humanos vinculam-se diretamente ao ato de conhecer, de apropriar-se de informações associadas a contextos educativos formais ou que extrapolam este campo e participam da vida em sociedade. Nesse sentido, o conhecimento e as transformações possibilitadas pelas aprendizagens formal e contextual assumem um papel central.

Conhecer não significa simplesmente vivenciar ou perceber algo sobre a realidade ou o mundo exterior, mas sim trabalhar o que foi vivenciado ou percebido. Conhecimento resulta do processamento e da estruturação dos conteúdos vivenciados e da posterior comparação daquilo que foi recebido e processado com os esquemas⁵ já gravados no cérebro (Vollmer, 1985, 33). Ou seja, as informações ou estímulos recebidos do mundo exterior não são simplesmente transportados para o cérebro, mas sim transformados (Sponholz, 2009, p. 91).

Sem uma natureza voltada essencialmente à aprendizagem, é possível inferir que associar a definição de aprendizagem mediática (Braga; Calazans, 2001) às reflexões

⁵ Os scripts abordados por Van Dijk (2005).

vinculadas ao conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (Vygotsky, 2007) no que tange às funções cognitivas acionadas em cada etapa da decodificação da informação, coloca o jornalismo como um agente com latente potencial para a socialização de conhecimentos.

Essa constatação deriva do fato de que, se na esfera da aprendizagem formal a ZDP se apresenta como um elemento auxiliar importante para a progressão da aquisição de conhecimentos, no que se refere à esfera social ampliada — marcada pela difusão e não sistematização de conteúdos e dados da realidade social —, são as notícias que se apresentam como um dos elementos mediadores que facilitam a apropriação/assimilação de conhecimentos sobre questões que tocam o dia a dia social.

O jornalismo constitui-se em uma forma social de conhecimento que, diferentemente daquele presente em contextos formais de aprendizagem, se volta ao cotidiano. Para isso, também deflagra operações mentais que geram conexões e associações entre dados e informações. Ao longo do tempo, por este expediente são sedimentados e estabilizados saberes, como na aprendizagem formal. A diferença, contudo, reside no tipo de conhecimento de que trata o jornalismo, pois, ainda que idealmente, tenda a fomentar o discernimento, a criticidade e a assunção de um posicionamento crítico em relação à realidade social, não há garantia de que isso ocorra.

A integração entre as dimensões da ZDP e das aprendizagens contextuais permite afirmar que no cotidiano, “ao consumir informações noticiosas, os indivíduos, ainda que de modo aleatório, são tocados por essas instâncias e apreendem, refletem, analisam tais proposições e, também, aprendem” (Kronbauer, 2021, p. 252). Tais considerações vão ao encontro do que já afirmaram Paulo Freire e Sérgio Guimarães (2003) que reconheceram nos meios de comunicação uma “escola paralela”, com suas aprendizagens paraeducacionais (Braga; Calazans, 2001) e, mesmo, Antonio Gramsci (1968, p. 191) que destacou essa dimensão ao propor que o jornalismo é “a escola dos adultos”.

Um aspecto a ser mais bem explorado sinaliza, no entanto, para a existência de diversos obstáculos para a efetiva concretização das potencialidades vinculadas à socialização de conhecimentos e sua consequente aprendizagem por parte dos indivíduos. É imperativo reconhecer que um cenário adverso se delineia no ambiente social ampliado, com a dificuldade ou impossibilidade de acesso a notícias de qualidade minimamente razoável por parte dos públicos (e, antes disso, a própria demanda orgânica pelo consumo

de notícias⁶). Essa problemática passa pela (re)organização dos modos de ser e agir da sociedade no contexto tecnológico e digital contemporâneos — onde a atenção é instrumentalizada pelas redes sociais virtuais e seus algoritmos — e chega ao que pode ser considerada a origem do impasse: a formação intencionalmente precária de um vasto contingente de cidadãos e cidadãs. Tais indicativos, no entanto, requerem novas investigações e análises.

Referências

BAKIR, V.; McSTAY, A. Fake News and The Economy of Emotions. **Digital Journalism**, 6 (2), p. 154-175, 2017.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 2014.

BRAGA, J. L. Aprendizagem versus educação na sociedade mediatizada. In: ANAIS DO 10º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2001, Brasília. **Anais eletrônicos...** Campinas, Galoá, 2001. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2001/trabalhos/aprendizagem-versus-educacao-na-sociedade-mediatizada?lang=pt-br>. Acesso em: 04 out. 2024.

BRAGA, J. L.; CALAZANS, M. R. Z. **Comunicação e educação**: questões delicadas na interface. São Paulo: Hacker, 2001.

CERQUEIRA, L. **A função pedagógica no telejornalismo**: e os saberes de Paulo Freire na prática jornalística. Florianópolis: Insular, 2018.

DONSBACH, W. Journalism as the new knowledge profession and consequences for journalism education. **Journalism**, 15 (6), p. 661-677, 2014.

DUARTE, N. **Educação escolar, teoria do cotidiano e a escola de Vygotsky**. Campinas, SP: Autores Associados, 1996.

EMPINOTTI, M.; PAULINO, R. C. Aproximações entre jornalismo e educação. **Comunicação & Educação**, São Paulo, 23 (1), p. 53-64, 2018.

ERICSON, R.; BARANEK, P.; CHAN, J. **Visualising deviance**: a study of organization news. Toronto: University of Toronto Press, 1987.

FILATRO, A.; CAIRO, S. **Produção de conteúdos educacionais**. São Paulo: Saraiva, 2015.

FREIRE, P.; GUIMARÃES, S. **Sobre Educação** – diálogos. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

⁶ No Brasil a demanda por jornalismo também declina, o que corrobora o já citado estudo do Instituto Reuters: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/06/15/o-aumento-do-desinteresse-no-noticiario-no-brasil>.

GAGLIONI, C. O aumento do desinteresse no noticiário no Brasil. Nexo Jornal, 15 jun. 2022. Disponível em <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2022/06/15/o-aumento-do-desinteresse-no-noticiario-no-brasil>. Acesso em 15 out. 2024.

GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1968.

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamento da ciência dos jornais. Petrópolis: Vozes, 2011.

JOHN-STEINER, V.; SOUBERMAN, E. Posfácio. In: Vygotsky, L. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007, p. 149-168.

KAPLÚN, M. Procesos educativos e canales de comunicaci3n. **Chasqui**, v. ?, n. 64, p. 4-8, 1998.

KRONBAUER, J. **A socializa3o de conhecimentos pelo jornalismo**: afinidades e diferen3as com as pr3ticas pedag3gicas do ensino formal. Tese (Programa de P3s-gradua3o em Jornalismo). Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florian3polis, 2021.

KRONBAUER, J. Especificidades da socializa3o de conhecimentos por meio do jornalismo: uma an3lise comparativa com as pr3ticas pedag3gicas do ensino formal. **Âncora** – Revista latino-americana de jornalismo, Jo3o Pessoa, 10 (1), p. 104-125, 2023.

LIB4NEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos, para qu4?** S3o Paulo: Cortez, 2010.

LISBOA, S.; BENETTI, M. O jornalismo como cren3a verdadeira e justificada. **Brazilian Journalism Research**, v. 11, n. 2. p. 10-27, 2015. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/viewFile/664/666>. Acesso em: 15 out. 2024.

MCQUAIL, D. **Atua3o de m3dia**: comunica3o de massa e interesse p3blico. Porto Alegre: Penso, 2012.

MEDINA, C. **Profiss3o Jornalista**: responsabilidade social. S3o Paulo: Forense Universit3ria, 1982.

MEDITSCH, E. **O conhecimento do jornalismo**. Florian3polis: Ed. da UFSC, 1992.

MEDITSCH, E. **O r3dio na era da informa3o: teoria e t3cnica do novo radiojornalismo**. Florian3polis. Insular, Ed. da UFSC, 2007.

NEWMAN, N.; FLETCHER, R.; EDDY, K.; ROBERTSON, C. T.; NIELSEN, R. K. **Digital News Report**. Reuters Institute for the Study of Journalism. London, 2023.

PARK, R. E A not3cia como forma de conhecimento: um cap3tulo dentro da sociologia do conhecimento. In: MAROCCO, B.; BERGER, C. (orgs.). **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, p. 51-70, 2008.

SANTOS, J. K.; LIMA, S. P. Entre teoria, prática e ensino, a busca de Eduardo Meditsch pela afirmação de um campo. **Pauta Geral: estudos em jornalismo**, Ponta Grossa, 5 (2), p. 164-180, 2018.

SCHLESINGER, P. Os jornalistas e a sua máquina do tempo. In: Traquina, N. (org.), **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Florianópolis: Insular, p. 247-263, 2016.

SOLOSKI, J. O jornalista e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico. In: Traquina, N. (org.), **Jornalismo: questões, teorias e 'estórias'**. Florianópolis: Insular, p. 133-145, 2016.

SPONHOLZ, L. **Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções**. Florianópolis: Insular, 2009.

TAMBOSI, Orlando. Informação e conhecimento no jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 31-38, jan. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2139/1851>. Acesso em: 10 out. 2024.

VAN DIJK, T. A. Notícias e conhecimento. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 13-29, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2138/1850>. Acesso em 10 out. 2024.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Submissão: 15 de out. 2024

Aceite: 16 de dez. 2024.

Catástrofes da viagem ao Norte

Narrativas jornalísticas de José do Patrocínio sobre a seca de 1877-79

Daniel Macêdo¹

Resumo

A seca de 1877-79, diferente de outros períodos de estiagem hídrica, foi marcada por migrações de sertanejos em volume nunca antes experienciado. Nomeados por retirantes ou por flagelados, as presenças destes perfis no espaço urbano e as mazelas atribuídas à fome e à miséria se anunciavam como catástrofes a serem resolvidas pelo Império. A fim de conferir o que acontecia no Norte, José do Patrocínio empreende um percurso nomeado por Viagem ao Norte em que busca conferir as catástrofes da seca na região e narrá-las em publicações da *Gazeta de Notícias* e da *Revista O Besouro*. Com as publicações, este artigo mira as catástrofes da seca de 1877 narradas por Patrocínio a fim de discutir os imaginários mobilizados à região a partir dos escritos jornalísticos.

Palavras-chave: Seca de 1877. José do Patrocínio. Catástrofe. *Gazeta de Notícias*. *O Besouro*.

77

Catastrophes of the Journey North: Journalistic Narratives of José do Patrocínio on the Drought of 1877

Abstract

The drought of 1877-79, unlike other periods of water scarcity, was marked by migrations of sertanejos in a volume never before experienced. Known as "retirantes" or "flagelados", the presence of these individuals in urban spaces and the hardships attributed to hunger and misery were seen as catastrophes to be addressed by the Empire. In order to witness what was happening in the North, José do Patrocínio undertook a journey called Viagem ao Norte (Journey to the North), in which he sought to observe the catastrophes of the drought in Fortaleza and narrate them in publications in *Gazeta de Notícias* and *O Besouro* magazine. Through these publications, this article examines the catastrophes of the 1877 drought as narrated by Patrocínio in order to discuss the imaginaries mobilized in the region based on his journalistic writings.

Keywords: Drought of 1877. José do Patrocínio. Catástrofe. *Gazeta de Notícias*. *O Besouro*.

¹ Doutorando em Comunicação e Sociabilidades Contemporâneas na Universidade Federal de Minas Gerais, bolsista da Capes e integrante do Núcleo de Estudos Tramas Comunicacionais: narrativa e experiência. E-mail: daniel.3macedo@gmail.com.

Introdução

As práticas de nomadismo associadas a períodos de estiagem são notadas, nos estudos do historiador Durval Albuquerque Jr. (1988), desde as incursões coloniais nos espaços que hoje conhecemos como semiárido brasileiro. Com o tempo, convencionou-se chamar os períodos de escassez hídrica por seca e a registrá-los como uma experiência peculiar ao território. As secas, acompanhadas de migrações, redimensionaram-se em 1877 pelo volume de migrações nunca antes notado nos centros urbanos.

A presença expressiva de sertanejos na Fortaleza de 1877 inseria, com os corpos e com as práticas que produziam cisões ao imaginário de progresso almejado para cidade, a seca como uma experiência sensível aos cidadãos que, em casos anteriores, não se percebiam abalados pela seca. Segundo o historiador Frederico Neves (2005, p. 117), migrantes eram tidos como “estranhos” e, ao chegarem à capital do Ceará, deslocavam a seca do “mundo dos fazendeiros” para as vias em urbanização. Ao longo desta pesquisa, podemos observar como um notório vocabulário das secas, forjado a partir das migrações, se constituiu neste período, a exemplo dos termos *‘flagelado e retirante* (Macêdo, 2024) que foram criados para designar a despertença de sertanejos nos espaços urbanos.

Esta estranheza que tensiona o vocabulário e as dinâmicas sociais são apontamentos importantes para conferirmos que a seca de 1877 conformou-se em “catástrofes” se, em conjunto com Albuquerque Jr. (1988) ao investigá-la, mirarmos que distintos perfis compõem diferentes percepções sobre a experiência social deste período. Isto é, diferente de um dado comum e homogêneo, a pesquisa de Albuquerque Jr. (1988) considera que diferentes catástrofes se forjam a partir das significações atribuídas ao acontecimento das secas; revelando, com isso, as agências políticas pelas quais se afirmam determinados aspectos como rupturas ao cotidiano. Dentre as perspectivas investigadas por Albuquerque Jr. (1988), estão as discussões realizadas na Câmara de parlamentares que, naquele ano, pautou em inúmeras sessões a emergência das secas ao espaço urbano e a desfiguração dos projetos de modernização; intimando, com isso, a responsabilização do Império com a resolução dos problemas associados à seca.

A atuação política de parlamentares do Norte verteu-se em expressivo aporte financeiro do Império para lidar com a seca e com a fome e, com a quantidade excessiva de retirantes sem atribuições, criou-se condições para retomada das obras de infraestrutura paralisadas e para execução dos projetos idealizados para cidade. Com os sertanejos que aportavam em Fortaleza e que eram enviados aos abarracamentos — zonas em que se

produzia aglomerações de migrantes a fim de conferir higienização social ao confinar os corpos tidos como indignos de transitar no espaço urbano e, com isso, dispô-los em alocações que já não eram visíveis como parte da cidade — orientavam-se iniciativas de trabalho sob pagamentos irregulares, como observara Neves (2005).

Estes acontecimentos históricos são amplamente narrados pelo jornalismo realizado na região durante aquele período, como evidencia a pesquisa realizada por Camila Burgardt (2014) ao mirar as narrativas realizadas por periódicos cearenses, paraibanos, pernambucanos e potiguares. As perspectivas anunciadas nos jornais fundamentavam às atuações parlamentares e, por vezes, eram utilizadas como provas da catástrofe ao progresso que se modelava com a Seca de 1877 na região. A redação do *Gazeta de Notícias*, situada na cidade da Guanabara daquele período, acompanhava de perto as discussões parlamentares sobre os recursos empenhados para lidar com a seca de 1877 e, com frequência, citava o assunto em suas publicações. Enquanto os jornais investigados por Burgardt (2014) firmavam-se em meio a contextos em que as experiências com a seca eram visíveis e sensíveis aos leitores, esta não era uma condição a quem relacionava-se com as publicações da *Gazeta de Notícias*.

Em 1877, perdurava uma incredulidade na sede e no Sul do Império sobre as catástrofes narradas no parlamento pelos representantes nortistas que demandavam recursos. As dúvidas instauradas na Câmara ao apontado pelos parlamentares e descrito nos jornais do Norte sobre a Seca de 1877 também ecoava nas ruas da cidade neutra. As pessoas da corte desconfiavam das catástrofes evidenciadas nestas narrativas e, direcionadas a este público, as narrativas da *Gazeta de Notícias* exercem relevância particular ao confluir em esforços para conferir as perspectivas anunciadas nas tribunas parlamentares e ao atuar como um periódico de circulação na sede do Império.

Criada em 1875, a *Gazeta de Notícias* (1875) destaca em sua primeira publicação que não tinha um programa definido ao equiparar que “os programas, em geral, são como as constituições do tal Rei. Nada, nada” e, com isso, defendia a soberania da factualidade e da racionalidade às suas publicações. Para o historiador Nelson Sodré (1999), esta é uma publicação republicana e crítica à monarquia. Trata-se de um “jornal vivo, popular, empenhado em dar aos leitores informações colhidas por observadores diretos”, como observa Raimundo Magalhães Jr (1972, p. 55) ao discutir o papel exercido por tais observadores; dos quais destaca Machado de Assis, Olavo Bilac, além de José do Patrocínio a quem dedica maior atenção em sua pesquisa.

Ainda que, por vezes, utilizassem pseudônimos para evitar perseguições políticas e represálias do Império, as produções da *Gazeta de Notícias* prescindiam do pacto com o leitor em que se afirmava a presença de um observador a mirar um dado acontecimento e pelo qual se firmaria um testemunho sobre o que se via e se vivia. José do Patrocínio partilhava deste pacto e, para narrar contrapondo-se aos interesses imperiais, utilizou muitos pseudônimos, como destaca Magalhães Jr (1972) ao propor inscrições biográficas deste perfil que se firmou como um herói brasileiro que exercia, com a escrita em jornais, disputas políticas em defesa da justiça social e do abolicionismo.

José do Patrocínio é o nome assinado pelo filho do cônego João Carlos Monteiro com a escrava Maria Justina do Espírito Santo que fora registrado por José Maria do Espírito Santo ao nascer em São Salvador dos Campos dos Goytacazes. Patrocínio foi um homem negro que sabia escrever em meio ao regime imperial e que ocupava espaços que não eram comuns, a exemplo dos ambientes de formação superior e das redações jornalísticas. A escrita de Patrocínio possui um forte engajamento com pautas da agenda social; contudo, é na *Gazeta de Notícias* que Patrocínio firma a escrita como prática de intervenção política se considerarmos, a partir dos dizeres de Patrocínio refletidos por Magalhães Jr (1972, p. 32), que esta redação promovia “uma verdadeira revolução no jornalismo brasileiro da época” ao valorizar um pacto de observação dos acontecimentos a partir dos jornalistas, admitindo uma flexão entre a parcialidade política por eles exercida e a premissa ética para narrar com fidelidade o que se vivia.

Os imaginários propostos nos recorrentes apontamentos jornalísticos, tidos como incríveis para muitos leitores, desperta particular interesse da *Gazeta de Notícias* (1878a) que custeava a ida de Patrocínio a Fortaleza a fim “de apreciar de perto tão horrível situação” para produzir “notícias exactas e minuciosas” sobre “os successivos horrores por que tem passado ultimamente aquella infeliz provincia, os dramas de miseria que alli se têm repetido”. A expedição, realizada entre maio e agosto de 1878, textualizou-se em relatos reunidos na coleção ‘Viagem ao Norte’ publicados na coluna Folhetim que ocupava a primeira página da *Gazeta* entre junho e setembro daquele ano.

Em 1878, Patrocínio também escrevia para a revista *O Besouro* e, nela, circulava outras perspectivas ao acontecimento que já não se fixavam às disputas parlamentares; para, aqui, propor imagens da seca. *O Besouro*, criado pelo português Rafael Pinheiro, é apontado por Ana Martins e Tania de Luca (2012) como um produto crítico à monarquia e amparado em recursos visuais. Assim, sob a alcunha jornalística, Patrocínio narrava o que

via nas ruas do centro da cidade portuária em escritos para *Gazeta de Notícias* a fim de justificar a aplicação dos recursos imperiais no combate à seca; enquanto conferia os horrores que se anunciava nas capitais e os partilhava com *O Besouro*, espaço em que podia exercer tônica política mais acentuada.

Não à toa, a chegada de Patrocínio à Fortaleza é anunciada pelo jornal *O Cearense* (1978) como a recepção de um “hóspede ilustre” que viera para “colher apontamentos sobre os diversos fenomenos da secca que assolam esta província”. Considerando a *Viagem ao Norte* como um empenho jornalístico para conferência dos ‘horrores incríveis’ da seca de 1877 e o papel exercido por Patrocínio ao fazer-se narrador dos acontecimentos das terras distantes aos cidadãos da cidade neutra, os escritos decorrentes deste processo firmam-se como elaborações referenciais para considerarmos as imagens em disputa sobre o território e os ocorridos neste período. A partir de aproximações com as textualizações realizadas por Patrocínio em Fortaleza, este artigo volta-se em reflexões com as narrativas jornalísticas a fim de mirar as catástrofes da seca de 1877 que se mobilizam com estas produções.

Catástrofes nas narrativas jornalísticas

Para mirarmos as catástrofes da seca de 1877 nos escritos da *Viagem ao Norte*, interessa-nos tomá-las como narrativas jornalísticas. Isto é, partindo das proposições de Bruno Leal (2022), admiti-las como afirmações impregnadas por agências políticas e por tomadas de posições ante às agências de um presente para, então, deslocá-las de pretensas homogeneizações. As ranhuras dos processos de composição textual a partir da legitimação social, aliadas ao contexto exposto, elencam Patrocínio como um homem confiável a narrar a vida cotidiana de Fortaleza para a corte e, assim, delega-se determinados exercícios de poderes para observar os ocorridos conformando uma realidade catastrófica.

A catástrofe, para além da eventualidade da seca em suas rupturas às pretensões de um dado comum da vida urbana, confere-se nas narrativas de Patrocínio como um processo de desnaturalização em que o cotidiano pode volver-se de formas imprevistas a partir de modos outros de com ele se relacionar a ele mirar. Isto é, em diálogo com Bruno Leal e Itânia Gomes (2020), considerarmos que a catástrofe é uma prática de conhecimento emergente com a instabilização das relações com as quais nos envolvemos com os acontecimentos. Diferente de uma catástrofe homogênea, as narrativas de Patrocínio

fazem visualizar o que lhe fora sensível ao transitar por Fortaleza mirando uma cidade em cenas que eram (des)conhecidas na sede do Império.

A escrita de Patrocínio, orientada ao desígnio da catástrofe da seca no Norte do Império, nos diz menos da pretensa completude a que buscavam os esforços descritivos; e nos chama a conferir as qualidades do que se toma por catastrófico e que ganha forma a partir do que, sob as contradições das miradas de um jornalista inclinado por intenções narrativas, articula-se como acontecimento. Trata-se de admitirmos, assim como Leal e Macêdo (2023), a multidimensionalidade dos acontecimentos como uma premissa em que diferentes perspectivas dos ocorridos coabitam os espaços e tomam formas distintas a depender das relações cotidianas em que as catástrofes se experienciam. É nesta parcialidade que a catástrofe é aqui percebida como uma proposição articulada as relações contextuais que a instituem. Ainda que outras produções tenham sido escritas pelo jornalista para narrar a seca de 1877, a exemplo da obra *Retirantes* (Patrocínio, 1973), são nas cartas produzidas para *Gazeta de Notícias* e nas duas publicações enviadas para *O Besouro* que podemos tomar notas com maior preciosidade das dimensões catastróficas implicadas por sua presença em Fortaleza.

Estes escritos são, pois, testemunhos das catástrofes manejadas por Patrocínio a partir das relações que se exercem ao elaborar os acontecimentos a partir das possibilidades admitidas em cada periódico. Por isso, neste exercício metodológico, busca-se tomar notas das narrativas como proposições catastróficas que Patrocínio firma em aliança com as produções jornalísticas ao orientá-las aos leitores. Sejam os habitantes da Guanabara em 1878, sejamos nós em outro espaço-tempo, os leitores envolvem-se com os textos praticando adesões e recusas às catástrofes propostas nas publicações; para, assim, modelarem de modos imprecisos as catástrofes possíveis com os repertórios que lhes são acessíveis.

Trata-se, assim, de admitir este exercício com narrativas jornalísticas como uma prática em que as catástrofes propostas por Patrocínio se redimensionam em elaborações catastróficas a partir das tensões do encontro possível entre leitor e textos no percurso de pesquisa. As catástrofes que modulam a escrita não definem a leitura que, por sua vez, assume potência como uma agência em que o catastrófico emerge de modos particulares. Admitir esta relação nos implica, por um lado, a notar que os escritos de Patrocínio se direcionam aos outros que não viveram a seca de 1877 como aportes para imaginar a cidade e as catástrofes que lhes são conferíveis; por outro lado, a reconhecer que as notas

elaboradas com as narrativas jornalísticas constituem-se, aqui, em catástrofes emergentes com a leitura deveras impregnadas pelo olhar e pelas experiências de um pesquisador em um dado espaço-tempo — e, com isso, são impuras e voltam-se contra quaisquer intenções de definir tais escritos.

Para tomar notas das catástrofes, este trabalho confere-se como um experimento metodológico orientado em relações com os textos a fim de conferir narrativas. Nisto, pratica-se atos de leitura tomando notas dos elementos que dizem respeito às catástrofes sobre a seca de 1877 em cada obra a fim de enredá-las (Leal, 2022) compondo uma rede textual em que uma narrativa complexa que se articula como parte da experiência de leitura.

É nesta relação imprecisa entre quem escreve e quem lê que podemos, neste estudo, mirar os escritos realizados por Patrocínio como “traçados de narrativas que se evidenciam enquanto articulações constituintes do tempo e da história, operando como mediações dos processos comunicacionais” (Leal; Manna; Jácome, 2019, p. 80) que nelas não se encerram; mas que com elas emergem vivacidades aos acontecimentos. Conferir este apontamento demanda, aqui, um duplo gesto que considere tanto as tensões instituintes do processo de escrita firmado por Patrocínio, quanto as perenidades emergentes com a leitura, como nos propõe Bruno Leal, Nuno Manna e Phillipe Jácome (2019, p. 75) ao destacarem que há uma “materialidade textual de cada produto ou processo comunicativo, cujos contornos, porém, são mais dinâmicos que os antevistos sob um olhar incauto ou ingênuo”.

Isto é, aqui, considerarmos que a “narrativa deixa de ser tomada como dado e se transforma em modo de articulação temporal dos elementos e das dinâmicas textuais que compõem os jornais, em toda a sua complexidade sensível”, como nos ensina Leal, Manna e Jácome (2019, p. 83); para, com isso, considerarmos as peculiaridades com as quais as catástrofes se articulam a partir dos relacionamentos com os textos neste percurso de pesquisa em narrativas jornalísticas.

Narrativas da Viagem ao Norte

Casas abandonadas e cruzeiros nas estradas são parte das imagens construídas por José do Patrocínio para narrar os caminhos que testemunham a miséria a partir da andança dos retirantes. Com a seca, o jornalista admite que retirantes são perfis “expulsos das suas moradas” cujo “destino dos desgraçados é a peregrinação pela terra natal até encontrarem uma cidade, em que vão adiando miseravelmente o desaparecimento no tumulto”

(Gazeta... 1878g). Em suas cartas, as multidões conformadas pelos retirantes são apontadas como “caravanas da fome que vão a caminho da morte, escoltadas pela prostituição, pelo beriberi, as inchações, as febres, e pelo escarneo e indiferença dos mais felizes” (Gazeta... 1878g). Estas linhas genéricas são parte dos esforços de Patrocínio para dizer de uma catástrofe possível com a seca e que se detalha ao longo de suas publicações.

A cidade de Maceió, do Recife e da Parahyba foram pontos de passagem de Patrocínio em que o autor deteve atenção a “personificação da desventura de uma grande parte de nossa pátria” (Gazeta... 1878b) que lhe confrontava nas rápidas paradas da embarcação em que viajava; sem no entanto, aprofundar investigações e observações nestas paragens. Fortaleza, por sua vez, é apresentada na *Gazeta de Notícias* (1878d) como uma cidade de “regularidade extraordinária”, embora as edificações fossem marcadas por suas faltosas “condições higienicas” e pelo desprovido “esmero architectonico”. Ao habitar a cidade, Patrocínio observa que “as ruas e as praças da cidade estavam entulhadas de desgraçados. As arvores serviam de tecto e esteios as redes das famílias” (Gazeta... 1878h) e, assim como nas cidades por onde passara antes de aportar no Ceará, as cenas que narra orientam-se a conferir “o sordido transbordamento da miséria das províncias do Norte: os miseros retirantes” (Gazeta... 1878c).

Ao alcançarem o litoral, “o condenado procurará em vão trabalho, supplicará debalde um punhado de farinha para a sua penúria” e não encontrará “ninguem [que] se condoera d'elle, e quando estrebuche muribundo, ouvirá ainda a voz do seu semelhante a injuriar-lhe a morte, ponderando que a terra ficou livre de mais um ladrão!” (Gazeta... 1878g). Nos apontamentos de Patrocínio, os retirantes não eram figuras bem vindas na urbe e estavam associadas as criminalidade; “entretanto, é convicção geral que o cearense apenas põe mao no que é alheio, quando já não lhe é possível disfarçar a fome”, destaca na *Gazeta de Notícias* (1878g) ao produzir uma associação dos retirantes ao furto, ao passo que mobiliza o imaginário honroso atribuído ao homem dos sertões a quem a fome – promovida pela seca — corrompe. Neste sentido, afirma-se que “os sentimentos tinham sido bestializados pela fome e o que regulava já não era o coração, mas a intelligencia; o que inspirava os actos já não era o raciocinio, mas a penuria” (Gazeta... 1878h).

É neste sentido que Patrocínio escreve para a recém-lançada *Revista O Besouro* (1878a) o artigo ‘Sermão de Lágrimas’ em que o jornalista toma posição sobre as “lágrimas componentes e desesperada penúria de uma parte da população brasileira”. Apresentado como um neologismo, o termo retirante é associado à “virgindade sofrendo em seu pudor

na semi-nudez andrajosa da miséria”, à impossibilidade de aleitamento das mães que, em vão, buscam “sucretar de seu amor uma gotta de leite, para com ela iludir a secura vesana e a consumpção da fome que lhes assassinam impiedosamente os filhos”; à “profanação dos mais castos sentimentos conjugaes” e a outras performances pelas quais “symboliza uma iniquidade” e pelas quais Patrocínio entende que os socorros não devem apenas inibir à mortandade, mas deve “preservar a moral social”.

Por outro ângulo, o retirante é elaborado nas publicações da *Gazeta de Notícias* como uma figura monstruosa marcada por “rostos escaveirados pela fome reveste-se-lhe de um colorido icterico. Os olhos esbugalhados, os cabelos amaranhados, os andrajos que lhes cobrem os corpos emmagrecidos dão lhe aquelle ar de sorneiro dos idiotas. Retarda-lhes o andar a inchação das pernas e dos pés; curvalhes a cabeça o vexame da desgraça” (Gazeta... 1878c). Com frequência, Patrocínio demarca seu pesar ao perceber-se diante destes perfis e, nesta mesma publicação, revela estar diante de “um quadro verdadeiramente triste” ao “ver as probres mãis e pais, com lentidão doentia, carregando nos braços, e amparando solícitos os passos vacillantes dos filhos, ossadinhas quase forças para vagirem, mumiasinhas farrapilhas ou núas que pedem pão”.

A recorrência com que tais figuras, monstruosamente observadas, emergem ao cotidiano de Patrocínio o permitem considerar que, para um retirante, não há outro destino além da morte anunciada que “atire-o como um trapo immundo á voracidade dos vermes”, dado que “não encontram onde resfolegar desassombadamente o cansaço cruciante da sua desgraça” (Gazeta... 1878h). Para elaborar uma imagem dos mortos que confrontava ao andar por Fortaleza, Patrocínio partilha na *Gazeta de Notícias* (1878f) um momento em que encontra um cadáver que “tinha os labios contrahidos, revolta a cabelleira, salpicada de arêa, os olhos esbugalhados, com coalhos de sangue nas corneas, os dentes e os punhos serrados, qual se na hora extrema o seu ultimo pensamento fosse uma blasphemia ao céu e tremenda maldição á terra” e imagina que este teria razão ao definhar com tamanha rigidez contra a vida que lhe fora negada e frente a miséria da filha e da esposa que lhe impingiam o desespero. Crianças e mulheres são perfis que Patrocínio dedicou atenção especial ao elaborar relações catastróficas ao tornarem-se retirantes.

Sobre crianças, ele aponta que

creancinhas nuas ou semi-nuas, com os rostos escaveirados, cabellos emmaranhados sobre craneos ennegrecidos pelo bó das longas jornadas, com os omoplatas e vertebraes cobertas por pelle resequida, ventres

desmesurados, pés inchados, cujos dedos e calcacinhares foram lisformados por parasitas animaes, vagam sosinhas ou em grupos tossindo, crua anemia e invocando com a voz fraquissima o nome de Deus em socorro da orfandade (Gazeta... 1878e).

Sobre as mulheres, Patrocínio aponta a ruptura com a moral católica na *Gazeta de Notícias* (1878e) a partir da “prostituição extraordinária” em que

moças a quem a fome converteu os traços nitidos da bellesa em repellentes caricaturas, esfolhada pela desgraça a fina flôr do recato, deixando ver o collo moxibento, d'onde pendem os seios em pleno relaxamento muscular. Caminham pelas ruas, pedindo com o olhar, porque não ousam faze-lo com a voz, um pouco de piedade para tamanho infortúnio (Gazeta... 1878e).

Nestes escritos, Patrocínio aponta que o casamento era a forma que as mulheres adotavam para abandonar o “espectro medonho da fome”; mas que a ele voltavam quando os maridos as rejeitavam “um mês depois da sua profanação” condenando-as “à valla do cemitério porque a syphillis tornou-a repugnante e agora só lhe resta arrastar-se pelas ruas causando a todos o asco despertado por um cão leproso” (Gazeta... 1878e).

A prestação de socorros aos retirantes é parte dos interesses principais de Patrocínio e, antes mesmo de chegar ao Ceará, o jornalista já aponta observações sobre as medidas empenhadas e as negligencias encontradas. Na Parahyba, ele narra o encontro com uma figura moribunda a quem perguntou “porque não se recolhia ao hospital” e obteve como resposta “Não nos mandam para lá, nem ha hospital para gente como eu: sou retirante. Os meus companheiros vivem como eu, até que a sua hora é chegada”. (Gazeta... 1878d). Em Maceió, ele visita um “asylo” montado em “dois enormes casarões sem divisões accomodam em promiscuidade immoral cerca de mil retirantes” (Gazeta... 1878c). Estes asylos, reunindo muitas famílias com fogões improvisados, lhes parecia “um logar phantastico, perdido no espaço, em uma nuvem em que vagassem condemnados eternos” ao misturar a fumaça dos fogareiros com os “prantos de creanças cadavericas com enormes barrigas de afoggados”, narra.

Em Fortaleza, assim como em Maceió, a província já dispunha de lugares para concentração dos retirantes. Nomeados por abarracamentos, constituíam-se por áreas distantes do centro urbano em que famílias se abrigavam em “choupanas de carnaúbas”, como detalha na publicação da *Gazeta de Notícias* (1878f). Neste texto, os abarracamentos são apresentados como espaços marcados pela “promiscuidade vai aniquilando as ultimas recordações da vida em família”, pela prostituição e por doenças como a diarreia e a sífilis

que, sem socorros, faz destes lugares uma clausura aos retirantes até “que soe a hora em que pertencerá aos coveiros e ao esquecimento”. Para sintetizar esta percepção, “basta dizer que em abarracamentos de dez mil pessoas ha enfermarias que, no maximo, recebem vinte doentes” argumenta Patrocínio ao tomar os abarracamentos como um “attentado contra a humanidade”.

Tanto nos asylos, quanto nos abarracamentos, eram submetidos ao trabalho sob regime de pagadorias, especialmente alimentação (Gazeta... 1878f, 1878c). As alimentações eram chamadas de “rações” (Gazeta... 1878f, 1878c, 1878g) que, constituídas por farinha, eram tidas pelo Império como provimentos melhores que a maniçoba e o croata que retirantes comiam ainda que os prejudicassem. Não à toa, Patrocínio entende que a existência destas condições de (sobre)vida tidas como anárquicas o convocam a dizer que a província “vai caminhando para um completo aniquilamento” (Gazeta... 1878e). A publicação da *Gazeta de Notícias* (1878d) detalha o espanto com o número mensal de mortes superior à 15 mil pessoas; sendo “dois terços de fome!” e esta situação poderia ser evitada com “systematização racional da distribuição dos socorros”. Andar por Fortaleza é, para Patrocínio (Gazeta... 1878e), equiparado a estar no inferno descrito por Dante; que, de tão impensável ante a vida experienciada na capital imperial, não há palavras que descrevam — ou que convençam — o que ele sente ao estar ali.

Ao ser notificado que seus relatos não eram suficientes para fazer crer os habitantes da Guanabara que duvidavam dos horrores narrados, o jornalista buscou munir-se de imagens que o permitiam constituir contornos visuais. Em conjunto com o fotógrafo Joaquim Antônio Corrêa, elaborou um conjunto de carte-de-visite retratando retirantes. Estas produções, discutidas por Daniel Macêdo, Poliana Sales e Caroline Sant’Anna (2024), articulam corpos cadavéricos a legendas pelas quais se constroem uma narrativa monstruosa sobre a seca de 1877.



Figura 1: Carte-de-visite "Secca de 1877/78"

Fonte: Brasiliana Fotográfica/Biblioteca Nacional

A narrativa visual, impossibilitada de circular na *Gazeta de Notícias*, é enviada para o imperador D. Pedro II a fim de notificá-lo da situação acometida aos retirantes; e disponibilizada para compor publicação d'*O Besouro*. Se a morte já não cabe em palavras ante a ausência de repertórios que constitui a impossibilidade da corte em imaginá-la nos termos experienciados por Patrocínio, a circulação das montagens realizadas em conjunto com Corrêa constituiu inclinações aos modos de conferir contornos simbólicos ao que se vivia no Ceará. A partir das fotografias, corpos famintos das ruas de Fortaleza passam a circular nas galerias da Guanabara com a 16ª edição d'*O Besouro* (1878b). No início desta publicação, intitulada por 'Páginas tristes — cenas e aspectos do Ceará', a ilustração assinada pelo português Raphael Bordallo Pinheiro elenca dois corpos mazelados pela seca e que são apresentados como "cópias fidelíssimas" de fotografias que retratam o "estado da população retirante".



Figura 2: Ilustração de Raphael Bordallo Pinheiro
Fonte: *O Besouro* (1878b) / Biblioteca Nacional

Empunhadas por um corpo ossificado e que traja um paletó, são nas mãos da Corte que a Revista atribui a responsabilidade pelas cenas de “fome e miséria”. A publicação denuncia o envio de “farinha falsificada” para alimentar os famintos e os socorros “distribuídos de maneira improfícua” que recebiam os sertanejos que “quasi sempre morriam” ao chegar à capital. *O Besouro* (1878) narra “a desgraça da população cearense” tomando a fotografia como um texto [pretensamente] inquestionável e, com isso, propõe-se a conferir uma “resposta cabal áquelles que acusavam de exageração a pintura que se fazia do estado da infeliz província”.

Nas publicações da *Gazeta de Notícias* também se destaca a responsabilização do Império com as catástrofes anunciadas no periódico. Patrocínio narra que “a tragedia da vergonha nacional, representada no Ceará, tem por cenário todo o vasto territorio da desventurada província” (*Gazeta...* 1878g) e não se furta a denunciar que o sistema de distribuição de socorros não funcionou, que não havia hospitais nos abarracamentos e que as alimentações disponibilizadas não eram suficientes. Com ironia, o jornalista questiona o descaso com os retirantes e afirma que “no Brazil não ha lei se não para impedir que a verdade possa ser dita com franqueza” (*Gazeta...* 1878h) ao deixar-nos pistas sobre as relações de censura vividas naquele período.

Com atenção às dinâmicas provinciais e a partir das investigações em Fortaleza, Patrocínio aponta que “a desgraça dos retirantes é augmentada pelo pessoal encarregados

da distribuição dos socorros” (Gazeta... 1878i) a quem atribui o descaso e a operacionalização dos desvios de recursos. Em que pese a insistência de suas denúncias, ele chega a declarar que “é inútil repetir que nenhuma providência espera-se contra os desmandos dos funcionarios remissos e incapazes a quem foi entregue o Ceará como festas eleitoraes” (Gazeta... 1878j) ao denunciar a presidência de Caetano Estellita e valorizar a transição para os mandados provinciais de Aguiar (Gazeta... 1878l).

Neste sentido, as produções de Patrocínio voltam-se a denunciar os abarracamentos e outras zonas de confinamento como um ato de salvação dos projetos de progresso associado às urbes produzindo, assim, a “cidadella da miséria onde a resignação da penuria ouve sem protestos as calumnias da fatura” (Gazeta... 1878f). Estas vidas entregues à morte poderiam, para Patrocínio (Gazeta... 1878c; 1878d), serem salvas com políticas de higiene, de profilaxia e de distribuição eficaz dos socorros — o que não lhe parece ter se concretizado apesar dos altos investimentos financeiros realizados pelo Império.

Considerações finais

“Os que não vieram assistir a tremenda exposição da miséria, os que não estão n'esta infeliz provincia, onde por toda a parte se encontra o panico, a ruina, a fome, a enfermidade, a morte, não podem ao menos acreditar nos factos que lhe foram narrados. Eu tenho pago bem caro a minha incredulidade!”, declara Patrocínio ao partilhar com os leitores da *Gazeta de Notícias* (1878e) os pesares que lhes são sensíveis em Fortaleza. Para quem não podia conferir as catástrofes da seca de 1877, Patrocínio incita seus leitores a imaginar estes lugares e as relações sociais que ali se viviam. Esta premissa vale tanto para seus leitores na cidade neutra, quanto para nós que, sob as contradições de outros tempos, nos envolvemos com tais publicações.

Para nós, que (des)conhecemos a seca de 1877, Patrocínio também se coloca a partilhar as catástrofes que lhes são sensíveis a partir de seus textos; permitindo-nos elaborar catástrofes particulares a partir das formas como angulamos o caso e o período histórico em estudo. Isto é, por um lado, admitir que somos implicados pelas narrativas a conferir perspectivas aos acontecimentos; ao passo que, por outro, constituímos nossas elaborações de sentidos de modos particulares, conferindo as dimensões sociais e políticas

pelas quais estas catástrofes são propostas a partir das publicações, como propõe Leal (2022).

Como antevira Albuquerque Jr. (1988), múltiplas articulações catastróficas se manejaram sobre a seca de 1877 revelando as intencionalidades dos agentes que as operavam. As elaborações de José do Patrocínio para a *Gazeta de Notícias* e para *O Besouro* são, pois, proposições que revelam o caráter parcial e impuro com as quais as catástrofes se designam como elaborações políticas. Neste caso, orientado a conferir a ‘verdade’ sobre a seca a partir de uma dicção jornalística, é o peso da folha de maior circulação no Império que recai conferindo envergaduras de legitimação ao escritor. Em dezembro daquele ano, a *Gazeta de Notícias* (1878m) chega a declarar que “o autor foi commissionado por esta empresa para ir ao Ceará espressamente estudar os horrores da secca, que está devastando aquela província, o seu trabalho tem pois todo o merito de uma verdadeira narrativa histórica” a fim de legitimar os escritos de Patrocínio ao anunciar o trabalho vindouro com a publicação d’*Os Retirantes* (Patrocínio, 1973).

Diferente da obra *Os Retirantes*, elaborada após retorno de Patrocínio para a cidade da Guanabara e embalada pela retomada de memórias e de fabulações sobre suas experiencias no Norte, as cartas da Viagem ao Norte são produções realizadas em meio às contradições de seus percursos nos territórios em que se vivenciava a seca. Demarcar esta relação é, aqui, tanto um gesto para reconhecer o papel referencial que as publicações de 1878 exercem em textos futuros de Patrocínio, como observara Camila Burgardt (2014); quanto um ato de valorização destas publicações que, frente as dicções jornalísticas manejadas na *Gazeta de Notícias* e n’*O Besouro*, confluem em particularidades de incidência social em meio ao contexto em que circularam. Por isso, em que pese a importância política da obra *Os Retirantes*, amplamente explorada nos estudos de Albuquerque Jr. (2017) de Neves (2007), importa considerarmos os apontamentos da Viagem ao Norte porque elas se constituem como fundamentos de tal publicação em que as tensões das experiências vividas e materializadas nas narrativas jornalísticas firmam-se como elementos para disputa da opinião pública sobre o caso a partir das catástrofes que se propõem.

Os escritos da Viagem ao Norte, mais do que relatos dos acontecimentos, nos chamam a ver a agência política realizada por Patrocínio ao nos propor determinadas composições catastróficas endereçadas a quem já não poderia confrontá-las como parte das experiências cotidianas. É nesta dimensão do cotidiano que estes escritos, em

detrimento dos posteriores, valorizam-se como um aporte particular para considerarmos a importância destes textos na consolidação da seca de 1877 como um marco na história brasileira, como propõe Albuquerque Jr. (1988). Patrocínio seguiu na Gazeta até 1881, quando foi questionado por suas posições políticas e afastou-se da redação. Suas contribuições abolicionistas são reconhecidas e o posicionam no panteão de heróis brasileiros; marcando, além destas atuações, um papel referencial como jornalista ao mobilizar imaginários sobre a seca e ao incidir na disputa de sentidos sobre o Norte ao firmar-se como narrador e dialogar com leitores que (des)conhecem as catástrofes da seca de 1877 por ele anunciadas.

Referências

ALBUQUERQUE JR, D. **Falas de angústia e de astúcia**: a seca no imaginário nordestino – de problema a solução. Dissertação (mestrado em História do Brasil) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1988.

ALBUQUERQUE JR., D. As imagens retirantes: a constituição da figurabilidade da seca pela literatura do final do século XIX e do início do século XX. **Varia Historia**, Belo Horizonte, vol. 33, n. 61, p. 225-251, jan/abr 2017.

BURGARDT, C. **A invenção da seca no século XIX**: a imprensa do norte e o romance Os Retirantes. 2014. 168 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

LEAL, B. **Introdução às narrativas jornalísticas**. Porto Alegre: Sulina, 2022.

LEAL, B; GOMES, I. Catástrofe como figura de historicidade: um gesto conceitual, metodológico e político de instabilização do tempo. MAIA, J. et al (Org.). **Catástrofes do tempo**: historicidades dos processos comunicacionais. Belo Horizonte: FAFICH/Selo PPGCom UFMG, 2020

LEAL, B; MACEDO, D. “Dar fé” à catástrofe cotidiana: a multidimensionalidade dos acontecimentos. **E-compós**, v.26, 2023.

LEAL, B; MANNA, N; JÁCOME, P. Movimentos metodológicos em pesquisas do jornalismo: questões temporais e textuais. In: MARTINS, B et al. (Org.). **Experiências metodológicas em textualidades midiáticas**. Belo Horizonte: Relicário, 2019.

MACÊDO, D. Entre retirantes e flagelados: palavras e significações dos sertanejos migrantes em testemunhos da seca de 1877 no Ceará. **Dispositiva**, v. 13, n. 24, 2024.

MACÊDO, D; SALES, P; SANT’ANNA, C. Mirando montagens nas encarnações da Secca de 1877/78 em fotografias de corpos flagelados. **Revista Eco-Pós**, v. 27, n. 2. 2024.

MAGALHÃES JR, R. **A vida turbulenta de José do Patrocínio**. São Paulo: Lisa, 1972.

MARTINS, A; DE LUCA, T. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012.

NEVES, F. A miséria na literatura: José do Patrocínio e a seca de 1878 no Ceará. **Tempo**, v. 11, n. 22, 2007.

NEVES, F. Estranhos na Belle Époque: a multidão como sujeito político (Fortaleza, 1877-1915). **Trajetos - Revista de História UFC**, Fortaleza, v. 3, n. 6, 2005.

PATROCÍNIO, J. **Os retirantes**. 2ª. ed. São Paulo: Ed. Três, 1973.

SODRÉ, N. **História da imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

Revistas e edições de jornais

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, Ano I, n. 1, 2 ago. 1875.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 127, 10 mai. 1878a.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 149, 01 jun. 1878b.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 154, 06 jun. 1878c.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 198, 20 jul. 1878d.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 201, 23 jul. 1878e.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 212, 03 ago. 1878f.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 224, 15 ago. 1878g.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 231, 22 ago. 1878h.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 239, 30 ago. 1878i.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 247, 07 set. 1878j.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 252, 12 set. 1878l.

Gazeta de Notícias, Rio de Janeiro, Ano IV, n. 351, 21 dez. 1878m.

O Cearense, Fortaleza, Ano XXXII, n. 45, 06 jun. 1878.

Revista O Besouro: Folha Ilustrada Humorística e Satyrica, Rio de Janeiro, v. 1, n. 5, 04 mai. 1878a.

Revista O Besouro: Folha Ilustrada Humorística e Satyrica, Rio de Janeiro, v. 1, n. 16, 20 jul. 1878b.

Submissão: 15 de jul. 2024.

Aceite: 18 de nov. 2024.

Que rio é esse que está no jornal?

Uma análise de conteúdo dos textos sobre o Rio Sorocaba publicados no jornal *Cruzeiro do Sul* em 2023

Guilherme Profeta¹Vanessa Aparecida Ferranti²

Resumo

Este artigo é guiado pela seguinte questão: quais temáticas estão associadas ao Rio Sorocaba quando ele é representado nos textos de jornalismo impresso na Região Metropolitana de Sorocaba (RMS)? Para respondê-la, foi conduzida uma Análise de Conteúdo de todos os textos publicados sobre o rio no jornal *Cruzeiro do Sul* no ano de 2023. Foram estabelecidas 18 categorias de classificação, dentre as quais "Enchentes" (24,68%) foi a mais proeminente. De modo geral, pode-se considerar que a representação jornalística do rio está associada a empecilhos para a vida urbana. Os dados obtidos e sistematizados a partir dessa análise podem ajudar a orientar a comunidade jornalística da região, direcionando pautas alternativas sobre a relação entre humanos e recursos hídricos, além de direcionar o trabalho de professores que intencionem se utilizar de leituras jornalísticas em aulas voltadas à educação ambiental e à educação midiática.

Palavras-chave: Jornalismo ambiental. Rio Sorocaba. Análise de Conteúdo.

What river is this in the news? A Content Analysis of Stories About the Sorocaba River Published in the *Cruzeiro do Sul* Newspaper in 2023

Abstract

This paper is guided by the following question: What themes are associated with the Sorocaba River when it is represented in print journalism texts within the Metropolitan Region of Sorocaba? To address this, a Content Analysis was conducted on all texts published about the river in the newspaper *Cruzeiro do Sul* in 2023. A total of 18 classification categories were established, among which "Floods" (24.68%) emerged as the most prominent. Overall, the journalistic representation of the river can be seen as primarily linked to challenges for urban life. The data collected and systematized through this analysis can assist the regional journalistic community by guiding alternative story angles on the relationship between humans and water resources. Furthermore, these findings may support educators interested in incorporating journalistic readings into lessons on environmental education and media literacy.

Keywords: Environmental journalism. Sorocaba River. Content Analysis.

¹ Pós-doutor pela Divisão de Difusão Cultural do Museu de Zoologia da Universidade de São Paulo (USP), doutor em Educação pela Universidade de Sorocaba (Uniso), jornalista. Docente titular dos Programas de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e Comunicação e Cultura (PPGCC) da Uniso. E-mail: guilherme.profeta@prof.uniso.br.

² Bacharela em Jornalismo pela Uniso. Mestranda no PPGCC da Uniso. E-mail: vanessa.ferranti@hotmail.com.

Introdução³

Notícias de jornal (e textos jornalísticos de modo geral) não são meros reflexos da realidade, mas, em vez disso, narrativas construídas *por* alguém e *para* alguém, “resultado de processos complexos de interação social entre agentes sociais” (Traquina, 2005, p. 173). Ao mesmo tempo em que as notícias representam a realidade, elas também mudam essa realidade, ajudando a construí-la — seja no sentido de mudar a forma como as pessoas entendem o mundo, operando no nível das associações entre linguagem e mapas conceituais que constituem as culturas, e/ou, ao fazê-lo, mudar as próprias pessoas que efetivamente mudarão o mundo. Daí decorre a importância de se estudar como questões socialmente agudas do tempo presente, como, por exemplo, as questões relativas ao meio ambiente e, especialmente, à crise ambiental, são representadas nas e pelas mídias jornalísticas.

Especificamente em relação às questões ambientais, Bueno (2007) define três funções básicas para o jornalismo que se presta a tratar dessa temática — o que, grosso modo, seria chamado de jornalismo ambiental: a função informativa, *sine qua non* a todo jornalismo; a função política, no sentido de mobilizar os cidadãos a se posicionar e fiscalizar (assim como enfrentar) os agentes agravantes da crise ambiental, incluindo o próprio poder público; e a função pedagógica (ou educacional), que diz respeito ao jornalismo em sua condição de educação informal, provendo a seus leitores *educação* sobre temas ambientais (o que é substancialmente diferente de prover *informação* sobre os mesmos temas, ainda que não haja educação sem informação).

Utilizou-se o termo “grosso modo” no parágrafo anterior porque nem todo texto jornalístico *sobre* meio ambiente pode ser considerado, de fato, jornalismo ambiental. Aspectos que vão determinar o salto de uma categoria à outra são, segundo Girardi (2018), os níveis de conhecimento e engajamento de seus autores sobre a temática, o que implica a definição da abordagem de uma pauta, a prospecção das fontes e a escolha de termos empregados no texto. Por exemplo:

Uma reportagem que trata a monocultura de eucaliptos como floresta, o uso de “defensivos agrícolas” (em vez de venenos) como uma necessidade para a produção de alimentos, ou a extinção de determinado peixe em um

³ Publicação relacionada ao projeto “Desenvolvimento da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS): Contribuições para a Sustentabilidade Social e Ambiental”, com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq-Brasil), processo 440869/2022-6.

rio como algo sem importância, presta um desserviço para a educação ambiental do público (Girardi, 2018, p. 18-19).

Nesses exemplos, as respectivas pautas podem até ser informativas, mas, na concepção da autora, não dão o passo além, o de contribuir para a educação ambiental do público leitor. Primeiro porque, em seus contextos particulares, se utilizam de termos que ora simplificam a discussão (floresta *versus* monocultura) ora se utilizam de prosódia semântica inadequada (defensivo *versus* veneno), assim levando a diferentes representações — o que, de forma bastante simplificada, significa “utilizar a linguagem para, inteligivelmente, expressar algo sobre o mundo ou representá-lo a outras pessoas” (Hall, 2016, p. 31).

Formas de interpretar o mundo, com base nessas representações, dependem do compartilhamento dos mesmos mapas conceituais, o que significa “pertencer à mesma cultura” (Hall, 2016, p. 36). Textos jornalísticos, ao reforçar representações sobre certas temáticas, são, assim, mecanismos de endoculturação, ajudando a estabelecer conceitos que nos possibilitam atribuir significados compartilhados ao mundo. No caso dos textos sobre meio ambiente, isso pode ser feito de formas diferentes e, a exemplo de Girardi (2018), há autores que defendem que

[...] para que uma reportagem seja considerada Jornalismo Ambiental deve apresentar algumas das seguintes características: mostrar uma visão sistêmica dos fatos; dar conta da complexidade dos eventos ambientais; contemplar a diversidade dos saberes e não ser refém de fontes oficiais; defender a biodiversidade e a vida em sua plenitude, o que significa deixar de ser imparcial; assumir seu papel educativo, cidadão e transformador (Girardi, 2018, p. 19-20).

Se tomamos as respostas antrópicas à crise ambiental como importantes para a manutenção da vida no planeta Terra e o jornalismo (especialmente o jornalismo ambiental) como uma das “forças” midiáticas — mas não a única — que pode mobilizar cidadãos a se posicionar sobre determinadas questões e, conseqüentemente, mudar suas atitudes, é importante compreender quais temáticas estão representadas no jornalismo ambiental *mainstream*, ou, em outras palavras, no jornalismo ambiental que opera na grande imprensa.

Nesse sentido, um estudo recente (Profeta, 2023a) analisou o conteúdo da cobertura ambiental de um dos principais jornais brasileiros, a *Folha de S. Paulo*. O corpus

analisado compreendeu um mês construído⁴ entre os meses de abril e novembro de 2022, período em que a cobertura ambiental do veículo foi categorizada em oito grupos temáticos: “Política e/ou legislação ambiental” (11% da cobertura no mês construído), “Mineração” (7%), “Desmatamento” (15%), “Emissão de gases causadores do efeito estufa e/ou mudanças climáticas” (18%), “Questões indígenas” (11%), “Crise da biodiversidade” (15%), “Cobertura da COP27” (15%) e “Poluição” (7%). Esse estudo serviu para, minimamente, oferecer uma ideia das temáticas mais amplas a que a discussão ambiental está associada nessa cobertura específica, bastante relevante em nível nacional.

Não houve, a partir do *corpus* construído nesse estudo, uma categoria específica para a crise hídrica e, dentre os textos classificados na categoria “crise da biodiversidade”, somente um fez referência à vida aquática, ainda que — vale lembrar — esse seja um dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e um dos tópicos essenciais para compreender (e idealmente mitigar) o impacto das ações humanas sobre os ecossistemas.

Os recursos hídricos pertencem aos ecossistemas mais intensamente influenciados pela ação humana na Terra, principalmente em função de sua posição na paisagem e pelo fato d[e] as maiores densidades populacionais humanas e suas atividades associadas concentrarem-se historicamente ao longo dos cursos d’água (Cruz, 2013, p. 11).

A urbanização dos arredores dos recursos hídricos, bem como as modificações decorrentes desse processo, “geram poluição, desmatamento da vegetação ciliar, aumento das taxas de descarga de sedimentos e eutrofização dos corpos d’água” (Cruz, 2013, p. 11), de modo que “a média de declínio da biodiversidade de água doce projetada chega a ser cinco vezes maior que a taxa estimada para a fauna terrestre” (Cruz, 2013, p. 11).

Tratando-se dos elementos fisiográficos que constituem a região de Sorocaba — ou seja, de todos aqueles agentes que influenciam a formação da paisagem —, o Rio Sorocaba é, segundo Pereira (1994 *apud* Manfredini; Guandique; Rosa, 2015), o mais relevante. Dada essa importância para a RMS, é natural que existam pesquisas acadêmicas sobre o rio

⁴ Edições foram selecionadas a partir de “1º de abril de 2022 e sempre com um intervalo de oito dias entre uma e outra edição [...], de modo a contemplar 30 edições espaçadas ao longo de oito meses e incluir números publicados em todos os dias da semana. Esse método é comumente utilizado para evitar que períodos mais ou menos profícuos (em relação à temática de interesse) ‘contaminem’ a amostra. Assim, tem-se uma lógica organizativa que contempla um longo intervalo de tempo, gerando um mês completo de publicações, mas diminuindo o peso da incidência de possíveis acontecimentos mais noticiáveis do que outros, ou de longos intervalos de ‘estiagem’ entre eles.” (Profeta, 2023a, p. 12).

Sorocaba — a exemplo das várias pesquisas focadas em sua ictiofauna. Uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), referente a trabalhos incluídos no sistema até o dia 8 de novembro de 2023, revelou 57 trabalhos contendo o termo “Rio Sorocaba”, publicados entre os anos de 1991 e 2023, em diferentes áreas do conhecimento — Biotecnologia; Ciências Ambientais; Ecologia; Engenharia Civil; Engenharia Nuclear; Engenharia Sanitária; Engenharia, Tecnologia e Gestão; Geociências; Geografia; Saneamento Ambiental. Nenhum deles, contudo (ao menos não dentre os disponíveis na base de dados da Capes), tratou da cobertura jornalística ou de representações do rio Sorocaba, mesmo que em outras mídias que não as jornalísticas, justificando assim a originalidade de tratar dessa temática, como fazemos neste estudo.

O objetivo geral deste artigo foi contribuir para a identificação de padrões na cobertura jornalística regional a respeito do rio Sorocaba, de forma tão generalista quanto possível. Isso foi feito por meio da categorização de um *corpus* composto por todos os textos sobre o Rio Sorocaba publicadas pelo jornal *Cruzeiro do Sul* — o principal da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS) — durante o ano de 2023, sendo esse o ano completo mais recente disponível à época do estudo (em meados de 2024).

Sabe-se, naturalmente, que, mesmo dentro de uma mesma edição e de um mesmo veículo, há textos jornalísticos que cumprem funções diferentes e, ao fazê-lo, estabelecem diferentes contratos cognitivos (Motta, 2005) entre autor e leitor. O que se espera de uma notícia é diferente do que se espera de um editorial ou de uma coluna de opinião, por exemplo, mas todos, independentemente desse jogo de expectativas, estabelecem certas representações. Neste estudo, por uma questão de escopo, optou-se por não fazer essa distinção, incluindo todos os textos que tratam do rio, independentemente de suas seções no veículo e das respectivas convenções para cada tipo de texto. O objetivo, assim, é compreender as principais temáticas a que o rio está associado quando representado no jornal, ou, em outras palavras, em que circunstâncias o rio ganha noticiabilidade (*newsworthiness*), o “complexo de requisitos que se exigem para os eventos [...] para adquirir a existência pública de notícia” (Wolf, 2003, p. 195).

Espera-se que estes resultados ora apresentados possam embasar outros estudos análogos, que permitam comparar como os rios e outros recursos hídricos são representados pelas mídias jornalísticas em diferentes contextos. Além disso, é importante mencionar que a explicitação desses padrões na cobertura serve também para identificar

lacunas no noticiário — temáticas que, por razões diversas, ficam de fora do processo de seleção do que é noticiável. De posse dessa informação, a comunidade jornalística da região pode optar ativa e conscientemente por “corrigir” o noticiário, até mesmo fazendo uma opção consciente por torná-lo mais *educativo*, além de *informativo*. Ademais, esse dado também pode ser considerado por professores de todos os níveis de ensino que estejam se utilizando de textos jornalísticos como materiais didáticos complementares, até mesmo estabelecendo formas mais críticas de ler e se relacionar com esse noticiário.

Sobre o Rio Sorocaba

O Rio Sorocaba, com seus 227 quilômetros de extensão total (180 quilômetros em linha reta), é “o principal afluente da margem esquerda do rio Tietê, [...] com nascente no planalto de Ibiúna a uma altitude de cerca de 900 metros de altitude” (Manfredini; Guandique; Rosa, 2015, p. 41). Formado pelos rios Sorocabaçu, Sorocamirim e Una, cujos pontos de origem (cabeceiras) estão localizados nos municípios de Ibiúna, Cotia, Vargem Grande Paulista e São Roque (Smith *et al.*, 2007 *apud* Cruz, 2013), o Rio Sorocaba é “um rio de montanhas, com desnível acentuado, até passar por Sorocaba[,] onde o seu curso se torna mais suave” (Manfredini; Guandique; Rosa, 2015, p. 42), antes de finalmente desaguar no Rio Tietê. Dos 27 municípios que compõem a RMS, o Rio Sorocaba passa por oito — Ibiúna, Votorantim, Sorocaba, Iperó, Boituva, Tatuí, Cerquilha, Jumirim (Manfredini; Guandique; Rosa, 2015) —, além de Laranjal Paulista, que não faz parte da RMS.

Desde o processo de colonização do interior de São Paulo, o rio vem sendo parte essencial da história⁵ de Sorocaba, mas a modificação de suas condições naturais teve início no começo do século XX: em 1908, ele foi represado por meio da barragem de San Juan, em Cerquilha; seis anos depois, foi a vez da represa de Itupararanga, em Votorantim, com modificações bastante significativas no ecossistema local. Na metade do século, seu curso foi retificado com o intuito de diminuir os alagamentos às suas margens, processo que, na época, levou à destruição da vegetação ciliar natural. Na década seguinte, em 1960, a poluição causada pelo esgoto despejado diretamente em seu leito passou a ser um problema, piorado gradativamente nas décadas seguintes, até o fim do século, pela

⁵ A despeito de a história oficial da região (da qual o rio é parte importante) ter sido escrita a partir da colonização como uma espécie de marco zero — opção ideológica por uma narrativa que seria alçada ao status de hegemônica por seus próprios autores —, vale lembrar que o ser humano vem ocupando a bacia do Rio Sorocaba muito antes da chegada de qualquer bandeirante ao interior de São Paulo, desde algo em torno de 6 a 10 mil anos atrás (Bonadio; Frioli, 2004 *apud* Manfredini; Guandique; Rosa, 2015).

poluição industrial (Manfredini; Guandique; Rosa, 2015). O processo de despoluição teve início nos anos 2000 e prosseguiu até 2016, com investimentos somando R\$ 180 milhões, oriundos dos cofres municipais e federais (Programa de Despoluição, 2024).

Sobre o jornal *Cruzeiro do Sul*

Fundado em 12 de junho de 1903 e, desde 1964, mantido pela Fundação Ubaldino do Amaral (uma entidade sem fins lucrativos declaradamente baseada em prover serviços educativos, filantropia e comunicação isenta), o jornal *Cruzeiro do Sul* é um dos jornais mais antigos ainda em circulação no Brasil e o principal da RMS, sendo o único jornal impresso diário em toda a região. Sua tiragem média é de 17 mil exemplares, com um alcance médio estimado em 338 mil leitores/mês. Além de estar nos exemplares impressos, o conteúdo do periódico também pode ser acessado por meio de um portal *online*, cuja frequência de acessos é estimada em 1,5 milhão/mês (Cruzeiro, 2021; Mídia Kit, 2024).

Atualmente, a edição impressa do *Cruzeiro do Sul* é publicada de terça-feira a domingo, sendo distribuída para assinantes e também disponibilizada para venda em bancas físicas nos municípios de Sorocaba, Votorantim e Araçoiaba da Serra. O jornal está organizado nas seguintes editorias: Editorial (que pode incluir, além do editorial principal, colunas e artigos opinativos assinados); Cidades; Esportes; Geral; Economia, Mais Cruzeiro (nome da seção destinada à cobertura cultural) e Presença (seção destinada à cobertura social). Conta, ainda, com classificados, horóscopo, passatempos, necrologia e dois cadernos especiais aos domingos: Motor (sobre o universo automotivo) e Cruzeirinho (suplemento infantil que, para os fins de categorização deste estudo, foi considerado também como uma editoria).

100

Procedimentos metodológicos

Para a composição do *corpus* a ser analisado, foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: (1) os textos deviam ter sido publicados pelo jornal *Cruzeiro do Sul* entre os dias 1º de janeiro e 31 de dezembro de 2023, em qualquer editoria e/ou seção; (2) os textos deviam conter o termo “Rio Sorocaba”. Uma busca no acervo digital do veículo, com base em tais parâmetros, resultou em 181 textos. Desse *corpus* preliminar, 23 textos foram excluídos por serem chamadas de capa ou menções incluídas na coluna “Mais lidas”. Essa exclusão se justifica pelo fato de essas ocorrências não constituírem textos completos: chamadas de capa contendo o termo “Rio Sorocaba” fazem referência a notícias e/ou

reportagens já incluídas nos respectivos miolos das mesmas edições, enquanto menções na coluna “Mais lidas”, da mesma forma, fazem referência a notícias e/ou reportagens já publicadas em edições anteriores, de modo que as incluir seria o mesmo que incluir textos em duplicidade na tabulação, contaminando os resultados. Uma vez excluídas essas ocorrências duplicadas, chegou-se a um *corpus* final de 158 textos (ou o equivalente a 13,1 textos/mês durante o ano de 2023).

Para posterior Análise de Conteúdo (Bardin, 2004), dados sobre cada texto (data de publicação, editoria, quantidade de parágrafos, amplitude regional da cobertura, quantidade de fontes) foram reunidos e organizados numa planilha dinâmica, de modo a possibilitar o subsequente cruzamento dos dados referentes à caracterização da amostra (ver seção “Caracterização do *corpus*”) e os achados qualitativos do processo de categorização (ver seções “Matriz de categorização” e “Resultados e discussão”).

Os textos foram, então, lidos e, para cada um deles foi criada uma lista de palavras-chave (acrescidas à planilha), com o intuito de permitir que as temáticas emergissem organicamente dos próprios textos, sem a elaboração de categorias a priori. Assim, foram essas palavras-chave, depois de aglutinadas, que deram origem às categorias listadas no Quadro 2 (matriz de categorização), com suas respectivas regras de inclusão, elaboradas a partir das características comuns observadas em cada grupo de textos.

Caracterização do *corpus*

De modo geral, em relação à categorização do *corpus*, os textos com menções ao Rio Sorocaba tiveram uma média de 6,07 parágrafos e 2,3 fontes⁶. A título de comparação, o mais longo dos textos incluídos no *corpus* foi composto por 21 parágrafos (um texto em que foram noticiadas obras na marginal direita do rio). No entanto, várias ocorrências (mais precisamente, 37) correspondem a apenas um parágrafo — colunas com curiosidades históricas e comentários de leitores, por exemplo.

⁶ Categorizar e discutir em detalhes as fontes propriamente ditas foge ao escopo deste artigo, mas é possível destacar que, dentre 374 fontes identificadas nos 158 textos do *corpus*, 250 foram consideradas institucionais, “aquelas fontes que falam não como testemunhas ou especialistas, mas em nome de uma organização (que pode ser oficial, como uma instância do governo, ou independente, como uma organização sem fins lucrativos)” (Profeta, 2023a, p. 16). Essas fontes representam, assim, dois terços de todas as fontes utilizadas para discutir questões relacionadas ao Rio Sorocaba, o que pode suscitar outras discussões sobre a variabilidade dos definidores primários quando se trata de pautas ambientais relacionadas ao rio, ou, em outras palavras, a variabilidade daquelas fontes que têm mais autoridade do que os próprios jornalistas para estabelecer “os limites para toda a discussão subsequente através do enquadramento da natureza do problema” (Hall *et al.*, 1973 *apud* Traquina, 2005, p. 178), reforçando estruturas e tramas de poder que permeiam toda a sociedade.

O mês em que ocorreu a maior quantidade de publicações foi fevereiro (29 ocorrências, em comparação à média de 13,1 textos/mês), conforme quadro 1, na sequência. Março (22 ocorrências) e janeiro (17 ocorrências) vêm na sequência.

Quadro 1: Publicações por mês

Mês	Quantidade de publicações
Janeiro	17
Fevereiro	29
Março	22
Abril	16
Maiο	11
Junho	10
Julho	06
Agosto	14
Setembro	08
Outubro	12
Novembro	04
Dezembro	09

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

A maior parte dos textos (120, equivalentes a 75,9% do *corpus*) esteve concentrada na editoria “Cidades”; seguida pelos editoriais (27 textos, equivalentes a 17% do *corpus*) e pelo suplemento infantil do veículo, chamado “Cruzeirinho” (seis textos, equivalentes a 3,7% do *corpus*). Artigos opinativos (exceto os próprios editoriais) contabilizaram duas ocorrências (1,2%), enquanto textos incluídos na editoria de cobertura cultural do veículo, chamada “Mais Cruzeiro”, contabilizaram somente uma ocorrência (0,6%). Dois textos (1,2%) foram publicados sem uma editoria discernível, um num suplemento especial de aniversário da cidade e outro com características de publieditorial.

Em relação à amplitude regional da cobertura, 138 textos (equivalentes a 87,3% do *corpus*) diziam respeito ao município de Sorocaba como o principal foco da cobertura — mas vale destacar que, dentre esses 138 textos, 29 fazem menção a algum outro município da RMS, além da própria Sorocaba. De modo geral, em relação à amplitude de cobertura do *corpus* como um todo, há menções a 14 dos 27 municípios que compõem a RMS: Sorocaba, Boituva, Capela do Alto, Jumirim, Tatuí, Alumínio, Araçariguama, Ibiúna, Mairinque, Araçoiaba da Serra, Iperó, Piedade, Salto de Pirapora e Votorantim.

Matriz de categorização

O processo de categorização descrito na seção “Procedimentos metodológicos” — em síntese, compreendido pela leitura de todos os textos de 2023, com a elaboração de uma lista de palavras-chave por texto, de modo a permitir que certas temáticas surgissem organicamente, para então ser aglutinadas em categorias — deu origem a 18 categorias⁷, cujas regras de inclusão se encontram listadas na sequência, como parte do quadro 2.

Quadro 2: Matriz de categorização com regras de inclusão

Nome da categoria	Regras de inclusão
Enchentes	Textos incluídos nesta categoria abordam o transbordamento do Rio Sorocaba, geralmente como consequência de chuvas. Nestes textos costumam aparecer termos como “enchentes”, “transbordamentos”, “alagamentos” ou outros análogos. Os textos focam nos transtornos à vida cotidiana causados pelas águas do rio “invadindo” espaços urbanos. Entram nesta categoria apenas enchentes que já ocorreram (excetuando assim quaisquer previsões de enchentes vindouras).
Localização (referência geográfica)	Textos incluídos nesta categoria mencionam o Rio Sorocaba apenas como um ponto de referência. Nestes textos, o rio não é o foco principal, mas meramente um marcador geográfico utilizado para situar o leitor no ambiente (por exemplo: algo aconteceu ou está localizado <i>ao lado</i> do rio, <i>às margens</i> do rio etc.).
Campanhas (serviço)	Textos incluídos nesta categoria promovem ações institucionais voltadas ao meio ambiente (geralmente alguma atividade de conscientização). Tais textos costumam estar focados em serviço (informações úteis), geralmente incluindo informações práticas (datas e horários, endereços, números de telefone ou outras informações de contato, chamadas para alguma ação voluntária etc.), não raro destacadas ao final das matérias.
Monitoramento do nível e da condição de barragens	Textos incluídos nesta categoria têm como foco o acompanhamento (por parte dos órgãos responsáveis) do nível e da condição estrutural de barragens relacionadas ao Rio Sorocaba, englobando tanto o monitoramento em períodos de seca ou cheia, bem como riscos estruturais ou outras temáticas de alguma maneira relacionadas à infraestrutura das barragens.
Monitoramento do nível do rio (vazão de defluência)	Textos incluídos nesta categoria têm como foco o acompanhamento (por parte dos órgãos responsáveis) do nível do Rio Sorocaba, seja devido ao volume de chuvas num dado período ou por conta do escoamento de reservatórios. Estes textos podem mencionar o <i>risco</i> de enchentes (se as enchentes ainda não aconteceram, eles serão incluídos nesta categoria, e não em “Enchentes”).
Desassoreamento e/ou outras obras e	Textos incluídos nesta categoria têm como foco obras de desassoreamento do Rio Sorocaba (ou seja, obras destinadas à retirada de sedimentos do rio, de modo a restaurar a sua capacidade original e melhorar o seu fluxo)

⁷ Optou-se por uma categorização tão ampla quanto possível, com a ciência de que, uma vez sistematizados, esses resultados podem ser aglutinados em novas categorias para outras análises posteriores, a depender de novos interesses de pesquisa (por exemplo: pode-se aglutinar textos sobre o monitoramento do nível do rio e textos sobre o monitoramento do nível das barragens, ou textos sobre a qualidade da água e projetos de despoluição, ou ainda incluir as subcategorias “do leitor” às suas respectivas categorias principais, e assim por diante.

serviços públicos preventivos	e/ou outras obras e serviços públicos em geral, conduzidos no próprio rio ou em seus afluentes ou arredores, geralmente com intuito preventivo.
Descarte inadequado	Textos incluídos nesta categoria têm como foco o descarte inadequado de itens sólidos no Rio Sorocaba, como lixo e objetos diversos, até mesmo cadáveres animais ou humanos.
Datas comemorativas	Textos incluídos nesta categoria mencionam o Rio Sorocaba em função de alguma data comemorativa (o aniversário de alguma cidade, o Dia da Água, o Dia do Rio Sorocaba, o Dia do Meio Ambiente etc.).
Fauna e flora	Textos incluídos nesta categoria têm como foco a biodiversidade do Rio Sorocaba, incluindo informações sobre diferentes espécies de plantas e animais.
Registro de eventos políticos (e/ou menção ao rio em nomes de instituições)	Textos incluídos nesta categoria têm como foco eventos políticos, como encontros e/ou reuniões entre instituições e/ou autoridades políticas. Em alguns casos, o debate não é sobre o Rio Sorocaba em si, mas o termo aparece na nomenclatura de um órgão específico (especialmente o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Sorocaba e Médio Tietê).
Projetos de lei	Textos incluídos nesta categoria têm como foco projetos de lei, geralmente no âmbito das Câmaras Municipais da RMS, em que o Rio Sorocaba seja nominalmente referenciado ou em cujas discussões/repercussões ele seja mencionado.
Qualidade da água e poluição	Textos incluídos nesta categoria têm como foco o estado da água do Rio Sorocaba, sejam as conclusões positivas ou negativas (ou ainda textos em que a qualidade não é objetivamente determinada, mas é de alguma forma discutida).
Projetos de despoluição	Textos incluídos nesta categoria têm como foco projetos de despoluição do Rio Sorocaba, seja em referência a processos que ocorreram no passado, estão em andamento no presente ou são anunciados para o futuro.
Cultura, lazer, esporte & entretenimento	Textos incluídos nesta categoria mencionam o Rio Sorocaba como um objeto representado numa peça teatral, num livro, num documentário ou em qualquer outro produto da indústria cultural. Essa mesma categoria também engloba textos em que o rio é mencionado como um local de lazer, esporte e/ou entretenimento.
Do leitor: desassoreamento e/ou outras obras e serviços públicos preventivos	Textos publicados com a marcação “do leitor” são comentários dos leitores (por meio de cartas, e-mails ou comentários em mídias sociais) selecionados pelo jornal. Nesta categoria, os textos são comentários sobre obras e serviços públicos. Dependendo dos interesses da análise, estes textos podem ser aglutinados à categoria “Desassoreamento e/ou outras obras e serviços públicos preventivos”.
Do leitor: enchentes	Textos publicados com a marcação “do leitor” são comentários dos leitores (por meio de cartas, e-mails ou comentários em mídias sociais) selecionados pelo jornal. Nesta categoria, os textos são comentários sobre enchentes. Dependendo dos interesses da análise, estes textos podem ser aglutinados à categoria “Enchentes”.
Do leitor: descarte inadequado	Textos publicados com a marcação “do leitor” são comentários dos leitores (por meio de cartas, e-mails ou comentários em mídias sociais) selecionados pelo jornal. Nesta categoria, os textos são comentários sobre o descarte de objetos no rio. Dependendo dos interesses da análise, estes textos podem ser aglutinados à categoria “Descarte inadequado”.
Outros	Textos incluídos nesta categoria não atendem aos requisitos de inclusão de nenhuma das categorias anteriores.

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Resultados

Como principal resultado do processo de categorização, constatou-se que, dentre todas as 18 possibilidades temáticas empregadas pelo veículo em questão para representar e discutir o Rio Sorocaba, 24,68% dos textos trataram de enchentes ocasionadas pelo transbordamento do rio. Esses textos estiveram presentes principalmente no primeiro trimestre do ano (de janeiro a março), com o pico de ocorrências em fevereiro.

Na sequência, em segundo lugar quanto à quantidade de ocorrências, vêm os textos em que o Rio Sorocaba figura como ponto de referência, que representam 20,25% das ocorrências, mas não têm o próprio rio como foco da cobertura. Esses textos estiveram presentes no *corpus* em todos os meses do ano.

Em terceiro lugar, vêm os textos sobre obras e serviços públicos preventivos executados no rio, às suas margens ou em seus afluentes, geralmente obras de desassoreamento que, ao restaurar a configuração do curso d'água a uma mais próxima da original, ajudam a prevenir enchentes. Esses textos representam 18,35% de todo o *corpus* e estão presentes ao longo de todo o ano, exceto no mês de julho.

A partir da quarta posição, as porcentagens já caem consideravelmente: a categoria “Monitoramento do nível e da condição de barragens” representa 7,59%, enquanto, na quinta posição, a categoria “Datas comemorativas” representa somente 5,06%. Todas as demais categorias tiveram resultados inferiores a 4% e, mesmo juntas, elas não chegam a representar 25% de todo o *corpus*. Os resultados detalhados podem ser visualizados no Quadro 3 e na figura 1, logo na sequência.

Quadro 3: Quantidade de ocorrências e porcentagem por categoria

Categoria	Ocorrências	Percentual
Enchentes	39	24,68%
Localização (referência geográfica)	32	20,25%
Desassoreamento e/ou outras obras e serviços públicos preventivos	29	18,35%
Monitoramento do nível e da condição de barragens	12	7,59%
Datas comemorativas	08	5,06%
Qualidade da água e poluição	06	3,79%
Descarte inadequado	05	3,16%
Campanhas (serviço)	04	2,53%
Registro de eventos políticos (e/ou menção ao rio em nomes de instituições)	04	2,53%
Fauna e flora	03	1,89%
Cultura, lazer, esporte & entretenimento	03	1,89%
Do leitor: desassoreamento e/ou outras obras e serviços públicos preventivos	03	1,89%

Do leitor: enchentes	03	1,89%
Projetos de lei	02	1,26%
Projetos de despoluição	02	1,26%
Monitoramento do nível do rio (vazão de defluência)	01	0,63%
Do leitor: descarte inadequado	01	0,63%
Outros	01	0,63%

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

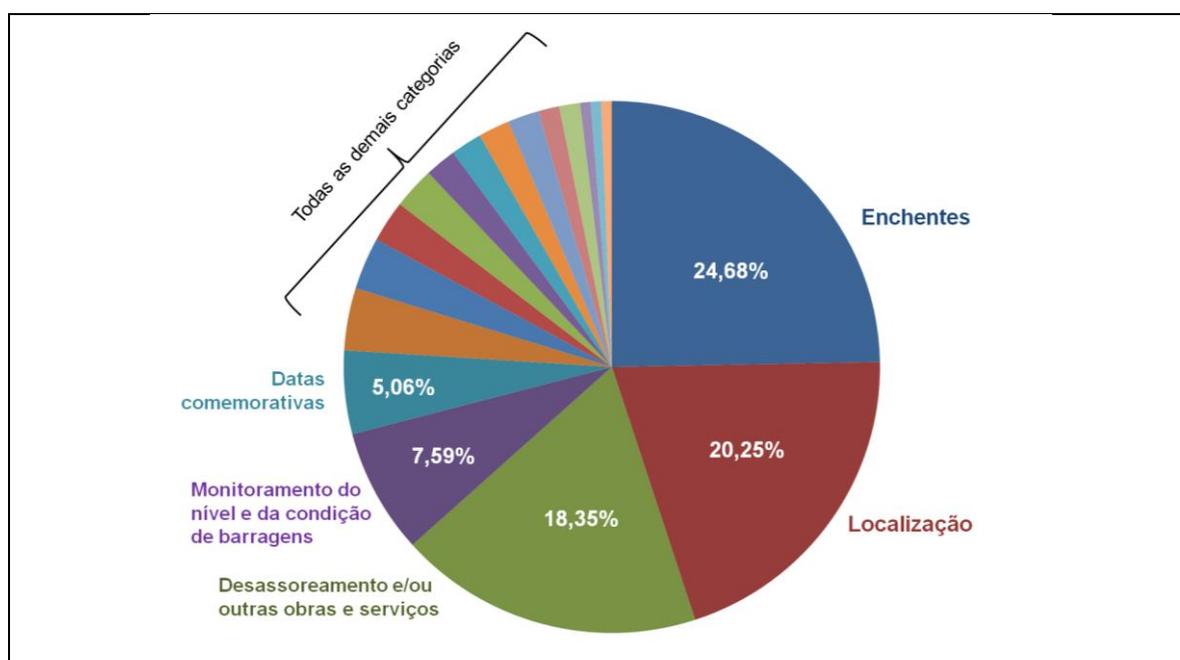


Gráfico 1: Representação gráfica dos resultados

Fonte: Dados da pesquisa, 2024

Conclusões e considerações finais

Verificou-se, neste estudo, que, ao longo do ano de 2023, praticamente 25% das menções ao Rio Sorocaba no jornal *Cruzeiro do Sul*, o principal da RMS, trataram de enchentes causadas pelo transbordamento das águas do rio. Trocando em miúdos, isso significa que, a cada quatro textos publicados sobre o Rio Sorocaba nesse veículo, um diz respeito aos transtornos cotidianos causados pelo extravasamento desse corpo d'água.

É compreensível, portanto, que fevereiro tenha sido o mês com mais ocorrências de textos sobre o rio (mais do que o dobro da média de textos/mês), coincidindo com o período em que o índice de precipitação no município costuma estar mais elevado. Isso fica ainda mais nítido quando comparamos os gráficos referentes à quantidade de publicações

contendo o termo “Rio Sorocaba” a cada mês e a intensidade das chuvas no município no mesmo ano (ver figuras 2 e 3, na sequência).

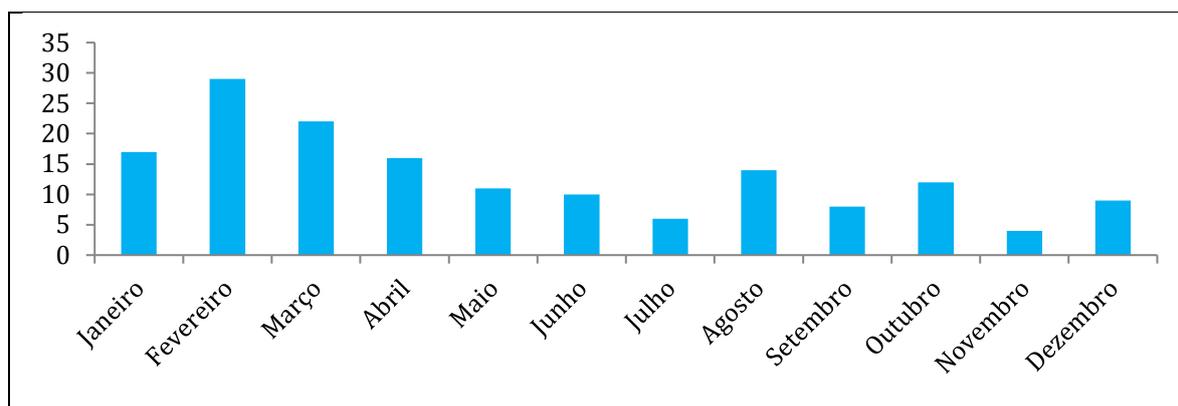


Gráfico 2: Quantidade de publicações
Fonte: Dados da pesquisa, 2024

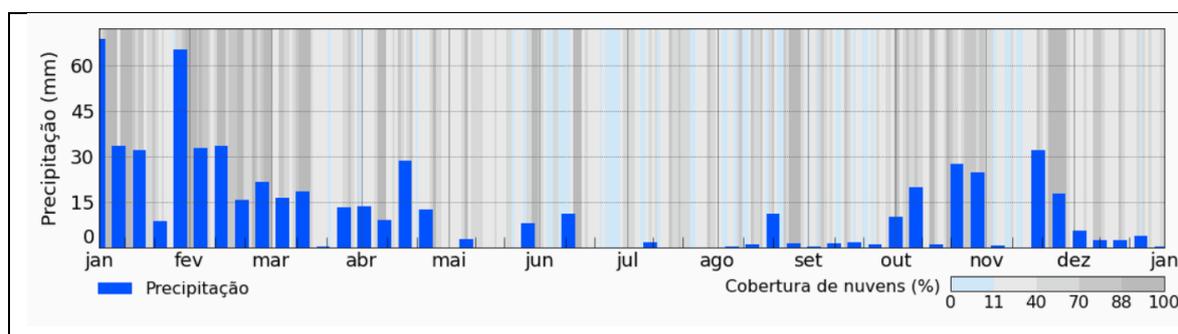


Gráfico 3: Precipitação em Sorocaba ao longo do ano de 2023
Fonte: Dados de precipitação em Sorocaba referentes ao ano de 2023 obtidos via meteoblue® (Arquivo Meteorológico, 2024)

Os dois gráficos apresentam variações bastante semelhantes, que, neste caso, representam mais do que mera correlação: parece haver, entre as publicações sobre o rio e o nível de precipitação, uma relação de causalidade, já que a ocorrência das enchentes, causadas, entre outros fatores, pelo aumento no nível do rio (por sua vez causado pelas chuvas), é o que motiva os textos *sobre as enchentes*.

Excetuando-se aquela categoria em que o rio é mencionado como mero ponto de referência, as demais categorias que vêm logo na sequência, “Desassoreamento e/ou outras obras e serviços públicos preventivos” (18,35%) e “Monitoramento do nível e da condição de barragens” (7,59%), também são consequências diretas dessa escolha por ter as enchentes como principal fator de noticiabilidade. Isso porque, enquanto os textos sobre

enchentes dizem respeito às enchentes que já aconteceram, esses outros textos dizem respeito às ações que agentes diversos (geralmente o poder público) tomam para prevenir as enchentes e, conseqüentemente, os transtornos a elas associados. O que os motiva continua sendo a mesma coisa, essencialmente.

De modo geral, esses resultados parecem indicar que os textos sobre o rio acompanham a sazonalidade das chuvas e, ao fazê-lo, associam o rio a estorvos à vida urbana, quer aqueles que já aconteceram (grosso modo, um quarto de toda a cobertura no ano de 2023) ou ainda se anunciam (somando as duas outras categorias, mais um quarto). Em outras palavras, interpreta-se que o rio é representado como um problema, um incômodo, um empecilho à vida humana na cidade.

Esse é um achado importante, por três razões. A primeira delas diz respeito ao principal objetivo deste estudo: identificar certos padrões na cobertura jornalística sobre o Rio Sorocaba na RMS, bem como possíveis lacunas nessa cobertura — a ideia de que, ao identificar o que *existe*, podemos tecer conjecturas sobre tudo aquilo que *está faltando*, talvez até ajudando a preencher essas lacunas. É certo que, ao menos no ano de 2023, metade da cobertura sobre o Rio Sorocaba esteve focada em informar sobre os transtornos relacionados ao corpo d'água quando ele não “se comporta” da forma como gostaríamos (e para a qual ele vem sendo modificado, “domesticado” ao longo das décadas), mas é discutível se essa informação cumpre qualquer função política (no sentido de mobilizar as pessoas a mudar atitudes, fiscalizar o poder público etc.) ou educacional (no sentido de entender os processos associados ao transbordamento dos rios, à formação de chuvas, à urbanização etc.), ou ainda se podem ser consideradas jornalismo ambiental, nos termos de Girardi (2018); se não o fizerem, então textos meramente informativos podem ser considerados alienantes, no sentido de que separam um processo (que é ecológico, socioeconômico, cultural etc.) do mero resultado desse processo: o rio como um problema e muito pouco além disso. Para a classe jornalística na RMS, esse resultado indica um potencial para explorar pautas que tratem não só das enchentes — inegavelmente impactantes à vida na cidade —, mas dos processos complexos que levam a esse resultado considerado mais noticiável.

A segunda razão diz respeito às conclusões culturais que podemos lucubrar a partir desse achado. Ancorados numa perspectiva construcionista por essência (considerando-se os agrupamentos de teorias do jornalismo e também a perspectiva culturalista), entendemos que os jornais não só *registram* o que e como uma determinada sociedade

pensa, mas também reforçam atitudes e comportamentos nessa dada sociedade, além de (junto às outras mídias não jornalísticas) influenciar mudanças nessas posturas, mesmo que paulatinamente. Os resultados obtidos neste estudo nos indicam certas formas de compreender e se relacionar com a natureza, especialmente com os nossos recursos hídricos — uma relação fundamentalmente antagônica, que compreende essa natureza como uma força contrária com a qual nós, humanos, estamos constantemente nos digladiando, no compasso das estações (ironicamente como se essa fosse uma batalha que nós pudéssemos algum dia vencer sem causar nossa própria ruína no processo). Compreender esses aspectos culturais da relação *homem-natureza*, ou *homem-água*, aspectos esses que perpassam as representações midiáticas, pode ser crucial para a gestão desses recursos, não apenas do ponto de vista técnico, meramente instrumental, mas de uma forma que considere os agentes humanos como seres culturais que existem *no e em função* do ecossistema como um todo, não *a despeito* ou *externamente* em relação a esse ecossistema.

A terceira razão está relacionada às duas primeiras e tem a ver com o jornalismo como instrumento de educação ambiental, em dois sentidos diferentes. O primeiro sentido tem a ver com a sua condição de educação informal:

[...] processo realizado ao longo da vida em que cada indivíduo adquire atitudes, valores, procedimentos e conhecimentos da experiência cotidiana e das influências educativas de seu meio — da família, no trabalho, no lazer e nas diversas mídias de massa (Marandino, 2017, p. 812).

Esse primeiro sentido diz respeito àquela educação que mais se assemelha à endoculturação, pois acontece fora de sistemas curriculares formais, sem mecanismos de controle senão aqueles autorregulados pela própria cultura. Neste caso, diz respeito à educação por meio da mídia jornalística em si (quando alguém aprende sobre questões ambientais por conta própria, ao ler um jornal). Mas também podemos considerar a(s) interface(s) entre essa mídia e a educação escolar: quando um professor, munido do jornal como um instrumento didático e imbuído de uma intencionalidade educativa, usa um texto jornalístico como parte de uma aula, assim operando um processo intencional de vinculação ao corpo teórico de uma dada disciplina, um processo adicional de transposição didática (Chevallard, 2013; Marcelino, 2018) que não é mais protagonizado pelo jornalista. Sabemos que isso acontece em diversos níveis, tanto no Ensino Superior (Profeta, 2022; Profeta,

2023b) quanto no Ensino Médio (Profeta; Oliveira, 2024; Ferreira; Tramallino; Vitorino, 2024), e potencialmente em outros.

Numa perspectiva de educação midiática, que envolve criar as condições para que educandos possam “participar de maneira crítica do ambiente informacional e midiático em todos os seus formatos” (Soares; Blanco, 2021), isso significa ainda incluir como parte dessas aulas não somente o texto jornalístico como um produto final acabado — um movimento que pode ser tanto informativo quanto alienante —, mas uma discussão sobre o todo do noticiário e o processo de seleção das temáticas que o compõem.

Por alienante, vale destacar, entende-se a falta de vínculo entre a parte e o todo:

Para Marx [...], a alienação se dá pelo trabalho, na fragmentação das ações e na incompreensão do todo do processo, ou, mais especificamente, pelo processo pelo qual os indivíduos são separados, de várias maneiras, do produto do seu próprio trabalho. A exploração desse trabalho pelo detentor dos meios de produção gera mais-valia, os excedentes dos custos que “sobram” ao dono dos meios de produção no fim do processo, na forma de lucro. A dominação do trabalhador se dá, assim, pelo trabalho, bem como pelo não conhecimento das etapas desse trabalho em sua totalidade. Consequentemente, e em última análise, o capital não é o dinheiro, tampouco o próprio meio de produção (a máquina em si mesma), mas toda aquela estrutura hierárquica naturalizada na sociedade que possibilita a existência da alienação. No que diz respeito à educação, a alienação fica caracterizada na relação (ausente) entre o conhecimento de base científica trabalhado na escola e o acesso àquele saber por estudantes alienados, ou pela falta de significado e/ou aplicabilidade que tal conhecimento tem, mesmo se acessado. Adorno e Horkheimer [...], ao conceituar a indústria cultural — referindo-se ao processo de produção em massa de produtos homogeneizados de entretenimento e cultura [...] —, também se debruçam sobre o processo de alienação, mas mais especificamente sobre a alienação que se dá por meio dos discursos repercutidos na indústria cultural, também controlada por classes dominantes que mantêm a circulação ideológica (Santos; Profeta, 2024, p. 13).

Essa ausência de vinculação entre parte e todo remete novamente à distinção que Girardi (2018) fez entre o jornalismo *sobre* o meio ambiente (aquele em que a contextualização mais ampla é inexistente) e o jornalismo verdadeiramente ambiental.

Portanto, numa ampla perspectiva que combina educação ambiental (por meio da mídia, em primeiro lugar, mas que também pode acontecer na escola) e educação midiática, utilizar a cobertura jornalística como objeto de estudo, desde que ela esteja devidamente contextualizada, pode servir como uma porta de entrada para (re)pensar aspectos mais intrínsecos e culturais das relações *homem-natureza* e, ao mesmo tempo, problematizar

nossas relações com as próprias mídias que, de alguma forma, representam as relações *homem-natureza* de acordo com vieses determinados.

Por fim, a título de continuidade, estes achados e estas reflexões podem, ainda, embasar outros estudos: outras Análises de Conteúdo, desta vez comparativas, com outros veículos localizados em outros municípios, regiões ou mesmo países, de modo a possibilitar discutir como diferentes tradições culturais podem impactar as formas de representar a natureza e os recursos hídricos, ou ainda comparações com outros períodos no mesmo veículo⁸; outras análises (como a Análise de Discurso) de partes estratificadas do *corpus*, de modo a compreender como certas temáticas são abordadas, por quais fontes etc., assim confirmando ou refutando a hipótese de que o jornalismo sobre o rio não é, de fato, jornalismo ambiental, em sua maior parte; análises de outros produtos da indústria cultural, não jornalísticos mas ainda localizados na mesma região, a RMS, verificando a viabilidade de se aplicar a mesma matriz de categorização construída neste artigo para compreender o jornalismo acontecendo como parte de um sistema mais amplo de comunicação (em relação à publicidade, às mídias sociais, à comunicação institucional etc.).

111

Referências

ARQUIVO METEOROLÓGICO Sorocaba. In: Meteoblue®. Disponível em: https://www.meteoblue.com/pt/tempo/historyclimate/weatherarchive/sorocaba_brasil_3447399?fcstlength=1y&year=2023&month=9. Acesso em: 9 set. 2024.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 3. ed. Lisboa: Edições 70, 2004.

BUENO, W. C. Jornalismo ambiental: explorando além do conceito. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 15, p. 33-44, jan./jun. 2007. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/download/11897/8391>. Acesso em: 8 nov. 2023.

CHEVALLARD, Y. Sobre a teoria da transposição didática: algumas considerações introdutórias. **Revista de Educação, Ciências e Matemática**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 1-14, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.unigranrio.edu.br/recm/article/view/2338>. Acesso em: 26 nov. 2024.

CRUZ, B. B. **Hierarquia ambiental e a ictiofauna de riachos de cabeceira da bacia do rio Sorocaba (SP-Brasil)**. 2013. Dissertação (Mestrado em Diversidade Biológica e Conservação) – Universidade Federal de São Carlos, Câmpus Sorocaba. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/1524?show=full>. Acesso em: 8 nov. 2023.

⁸ É nesse caminho que deve seguir a dissertação de mestrado da coautora deste artigo, no âmbito do mesmo projeto apoiado pelo CNPq.

Cruzeiro do Sul. Cruzeiro do Sul comemora 118 anos de compromisso com Sorocaba. **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, ano 119, n. 35.780, p. A14, 12 jun. 2021.

FERREIRA, E. M. de O.; TRAMALLINO, C. P.; VITORINO, C. C. Lectura de textos de divulgação científica em la enseñanza secundaria: um análisis de la práctica docente. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 28, n. 56, p. 1-28, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/4961>. Acesso em: 18 jul. 2024.

GIRARDI, I. M. T. Um semestre muito especial: o surgimento da primeira disciplina de jornalismo ambiental. In: GIRARDI, I. M. T. et al. (orgs.). **Jornalismo ambiental: teoria e prática** [livro eletrônico]. Porto Alegre: Metamorfose, 2018. Disponível em: <https://jornalismoemeioambiente.com/wp-content/uploads/2018/09/jornalismo-ambiental-teoria-e-prc3a1tica2.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2024.

HALL, S. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2016.

MANFREDINI, F. N.; GUANDIQUE, M. E. G.; ROSA, A. H. **A história ambiental de Sorocaba**. Sorocaba: Unesp - Câmpus Experimental de Sorocaba, 2015. Disponível em: <https://www.sorocaba.unesp.br/Home/Eventos191/historia-ambiental-editora-ebook.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2023.

MARANDINO, M. Faz sentido ainda propor a separação entre os termos educação formal, não formal e informal? **Ciênc. Educ.**, Bauru, SP, v. 23, n. 4, p. 811-816, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/cmjvH7v4mFZMsdjV5bWLJfM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 8 nov. 2023.

MARCELINO, C. G. Transposição e sequência didática. In: MARCELINO, C. G. **Transposição didática do tema “Água”**: um manual de uma sequência didática para o Ensino Fundamental e Médio. 2018. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procópio/PR. Disponível em: <https://uenp.edu.br/mestrado-ensino-dissertacoes/ppgen-dissertacoes-turma2/12640-carolina-guarini-marcelino/file>. Acesso em: 18 set. 2024.

MÍDIA KIT 2024 Jornal Cruzeiro do Sul. Disponível em: <https://bit.ly/3VPV5nW>. Acesso em: 9 set. 2024.

MOTTA, L. G. A análise pragmática da narrativa jornalística. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 28., 2005. Rio de Janeiro. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2005. CD-ROM.

PROFETA, G. A. C. P. Do museu à reportagem à sala de aula: a transposição didática de reportagens baseadas em fontes museológicas. **Comunicação & Educação**, v. 28, 2023b. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/212294>. Acesso em: 30 jan. 2024.

PROFETA, G. A. C. P. Práticas educativas voltadas ao letramento científico: mapeamento da utilização do jornalismo de CT&I como material didático numa universidade comunitária de São Paulo. **Quaestio - Revista de Estudos em Educação**, Sorocaba, SP, v. 24, p. e022031, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/quaestio/article/view/4916>. Acesso em: 08 nov. 2023.

PROFETA, G. A. C. P. Quem fala sobre a crise da biodiversidade na grande imprensa?: Análise de conteúdo voltada à reflexão sobre educação ambiental. **Triade: Comunicação, Cultura e Mídia**, Sorocaba, SP, v. 11, n. 24, p. e023018, 2023a. Disponível em: <https://periodicos.uniso.br/triade/article/view/5253>. Acesso em: 30 jan. 2024.

PROFETA, G. A. C. P.; OLIVEIRA, R. M. L. de. Potencial de utilização do jornalismo científico no Ensino Médio: Registro baseado em Observação Docente. **Linguagens, Educação e Sociedade**, v. 28, n. 58, p. 1–26. Disponível em: <https://periodicos.ufpi.br/index.php/lingedusoc/article/view/5738>. Acesso em: 11 set. 2024.

PROGRAMA DE DESPOLUIÇÃO do Rio Sorocaba. In: Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Sorocaba SAAE. Disponível em: <https://www.saaesorocaba.com.br/programa-de-despoluicao-do-rio-sorocaba/>. Acesso em: 12 set. 2024.

SANTOS, R.; PROFETA, G. De professor a curador: Indústria cultural e a fabricação de flexibilidades no currículo. **Revista Espaço do Currículo**, v. 16, n. Ahead of Print (AOP), p. e68483, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rec/article/view/68483>. Acesso em: 21 dez. 2024.

SOARES, I. de O.; BLANCO, P. A urgência da educação midiática. In: AGUADED, I. et al. (coords.). **Currículo Alfamed de formação de professores em educação midiática: Alfabetização Midiática e Informacional na era pós-Covid-19**. São Paulo: Palavra Aberta, 2021. p. 5-9. Disponível em: <https://educamidia.org.br/api/wp-content/uploads/2021/10/2021-Curriculo-Alfamed-PT-final-1-compactado.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2024.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, M. **Teorias da comunicação de massa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

Submissão: 13 de set. 2024

Aceite: 22 de dez. 2024.

Mais do que um “Arrume-se comigo”

O uso do TikTok no jornalismo de moda digital da revista *Elle Brasil*

Maiara Carvalho Batista Maduro¹

Mariana Murara Fagundes²

Resumo

O objetivo deste estudo de caso é analisar como a produção do jornalismo de moda digital produzido pela revista *Elle Brasil* utiliza publicações feitas na rede social TikTok. Trata-se de uma pesquisa empírica com abordagem qualitativa. Foram utilizados três métodos de coleta de dados: entrevista semiestruturada com editores da revista, pesquisa de campo e registro de conteúdo digital publicado no site. A interpretação e discussão dos resultados foi dividida em cinco grupos: presença da palavra TikTok; uso de hiperlinks para vídeos no TikTok; uso de palavras estrangeiras; fontes entrevistadas e uso de elementos multimídia. As contribuições teóricas discutem as características do jornalismo de moda no ambiente digital e a relação com a rede social TikTok. Os principais resultados apontam para a ausência de validação do aplicativo como fonte de informação e a supressão de elementos jornalísticos fundamentais na construção das notícias.

Palavras-chave: Jornalismo de moda. Rede social. Moda.

More than a “Get Ready with me”: the Use of TikTok in *Elle Brazil* Magazine's Digital Fashion Journalism

Abstract

The objective of this paper is to analyze how digital fashion journalism produced by *Elle Brazil* magazine incorporates content published on TikTok. This empirical research adopts a qualitative approach. Three data collection methods were employed: semi-structured interviews with the magazine's editors, field research, and the recording of digital content published on the website. The interpretation and discussion of results are organized into five categories: presence of the word TikTok; use of hyperlinks to TikTok videos; use of foreign words; interviewed sources; and use of multimedia elements. The theoretical framework explores the characteristics of fashion journalism in the digital environment and its relationship with the social network TikTok. The main findings highlight the lack of validation of the app as a source of information and the suppression of fundamental journalistic elements in news production.

Keywords: Fashion Journalism. Social Media. Fashion.

¹ Doutora em Planejamento e Governança Pública pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Docente na Faculdade Ielusc. E-mail: maiara.carvalho@ielusc.br

² Graduada em Jornalismo pela Faculdade Ielusc. E-mail: marimurarafagundes@gmail.com.

Introdução

O jornalismo de moda brasileiro ganhou força no fim dos anos 1990, motivado pela consolidação das semanas de moda e na criação das “supermodelos”. Nessa época, a moda deixou de ser assunto de variedade e conquistou *status* de editoria, impulsionado pelo crescimento do setor têxtil e de confecção, pela criatividade dos estilistas e pela consolidação de um calendário de moda (Hinerasky, 2006).

Nas primeiras décadas do século XX, o jornalismo de moda atuava “como um guia de comportamento ao mostrar códigos de conduta e os modos ‘certos’ de usar as roupas” (Elman, 2017, p. 48), tratando, em entrevistas, os costureiros como celebridades e juízes do bom gosto. Não somente o conteúdo, mas a “própria revista de luxo funcionava como um objeto de ‘bom gosto’ finamente preparada com papéis e acabamentos sofisticados, sendo a própria materialidade um aspecto importante a ser considerado na sua produção” (Elman, 2017, p. 52).

Ao longo das últimas duas décadas, o jornalismo de moda no ambiente digital passou dos *blogs* produzidos, normalmente, por jornalistas e/ou críticos de moda para usuários comuns em redes sociais, tais como Facebook, Twitter, Instagram e, mais recentemente, o TikTok. Embora não exclusivo da editoria de moda, o impacto causado pelo advento e consolidação das mídias digitais no processo do fazer jornalístico, bem como da produção de conteúdo informativo resultou em diversas pesquisas no campo científico (Hinerasky, 2010).

Dessa forma, este artigo tem como objetivo lançar luz ao uso do aplicativo de mídia social TikTok pelo jornalismo de moda produzido pela revista *Elle Brasil*. A intenção é compreender se e como ocorre o uso de temáticas, fontes, ou abordagens ligadas ao TikTok nos conteúdos produzidos e publicados pela redação da revista. Este artigo está estruturado da seguinte forma: contribuições teóricas sobre o jornalismo de moda, apresentação do objeto empírico, percurso metodológico, apresentação e discussão dos resultados e, por fim, as considerações finais. Os resultados desta pesquisa apontam que a *Elle Brasil* se destaca pelo uso de diversas ferramentas de conectividade e comunicação, porém, nem todos os conteúdos possuem o mesmo nível de qualidade e rigor jornalístico.

Sobre o jornalismo de moda

O jornalismo de moda como é conhecido hoje partiu de diferentes formatos e gêneros que foram criados com o passar dos anos. Historicamente, este tipo de jornalismo

nasce a partir da criação da imprensa feminina, como uma segmentação do mercado editorial (Hinerasky, 2010). No Brasil, segundo Miranda e Belmino (2019), o surgimento do primeiro periódico feminino aconteceu em setembro de 1827, com a criação do *Espelho Diamantino*, definido como o “periódico de política, litteratura, bellas artes, theatro e modas dedicado às senhoras brasileiras”³.

Com o passar dos anos, as revistas de moda começam a ganhar destaque, por meio da imprensa feminina. No meio, a *Revista Feminina*, em funcionamento de 1914 a 1936, trazia um número maior de páginas de moda, contos e beleza e iniciava a ideia de ser vista como a “melhor amiga” da mulher. Já a revista *O Cruzeiro*, de 1928, foi marcada por começar a perder o caráter literário e começar a apresentar material jornalístico em reportagens (Elman, 2017).

Desde o início, a produção textual do jornalismo de moda se diferencia do jornalismo factual e de outras editorias. Na editoria de moda, o texto busca se aproximar do leitor, com o uso frequente da primeira pessoa, da opinião pessoal e do uso de estrangeirismos, com palavras como *maisons*, *labels*, *fashion week*, entre outras (Miranda; Belmino, 2019; Flores, 2016). O texto do jornalismo de moda costuma ser leve e repleto de referências criativas.

Igualmente, é necessário que haja uma clareza entre o discernimento sobre o que é jornalismo *sobre* moda e jornalismo *de* moda. O primeiro pode ser compreendido como a moda midiaticizada, ou seja, voltado para um público mais abrangente e “dá conta dos movimentos acerca do fenômeno ou da indústria da moda, usualmente factuais, com linguagem e recursos próprios do jornalismo diário” (Flores, 2016, p. 8). Já o *de* moda é o jornalismo que é tratado nesta pesquisa, o jornalismo segmentado, com especificações e peculiaridades próprias, que “circula em veículos com linguagem e características próprias e, mais importante, dirigido a um público específico” (Flores, 2016, p. 8).

Joffily (1991) classifica o jornalismo de moda em três categorias: (a) *matérias de comportamento* - contexto cultural e social da moda; (b) *matérias de tendência* - novidades do mercado com referência ao que é ou será novidade no vestuário; e (c) *matérias de serviço* - como utilizar as tendências definidas pela segunda categoria e como encontrar produtos e referências de moda.

No jornalismo de moda há forte presença de estratégias do discurso jornalístico, como atualidade, novidade e veracidade, além do didatismo, uso de fontes especializadas,

³ Definição encontrada no site do Governo Federal. Disponível em: <https://bit.ly/49EqiEt>. Acesso em: 17 dez. 2024.

autoridade e normatividade (Elman, 2017). Dessa forma, o discurso jornalístico da área necessita da relação entre a estética e a publicidade para dar conta de suas finalidades. Nele, as estratégias do discurso estético são feitas por meio da cenografia, cores, escala, formação de conjuntos, estilo, ritmo e tipografia, utilizadas com o objetivo de educar o leitor “para a leitura do texto jornalístico, para a apreensão lúdica e didática dos elementos que a revista considera importantes e para o leitor que busca informação e quer segurança no modo de usar a moda” (Elman, 2017, p. 287).

Assim como nas demais editorias, no jornalismo de moda também há distinção na produção de conteúdo informativo. Conforme Silva e Silva (2012), no jornalismo, existem três grandes gêneros: a notícia, a nota e a reportagem. Levando em consideração seus conteúdos, a notícia pode ser definida “pelo fato de dar a conhecer aos leitores fatos e acontecimentos tanto atuais como mais remotos” (Silva; Silva, 2012, p. 2). A nota tem a mesma definição, porém deve ser escrita em um formato mais curto. Já a reportagem é considerada uma notícia mais elaborada, ao receber um tratamento e uma investigação maior, pontos que irão refletir na extensão do texto (Silva; Silva, 2012).

Atualmente, a produção de jornalismo de moda tem sua principal base na internet que, ancora-se, principalmente, no fator da instantaneidade e na capacidade de postar conteúdos “independentes de uma visão comercial”, além de ampliar a prática de interatividade com o leitor (Elman, 2017). Nesse novo cenário, Recuero (2009) destaca que as redes sociais passam a contribuir de três maneiras para a construção do jornalismo: (a) uso como fontes produtoras de informação, podendo utilizá-las para encontrar especialistas e pessoas que possam ajudar na construção de pautas e repassar dados em primeira mão; (b) utilização das redes sociais como filtros de informações; (c) uso das redes sociais como espaços de reverberação de informações, sendo utilizadas como locais de discussão das notícias e dados que circulam nas mesmas.

A moda no TikTok

Criado em 2016, na China, com o nome de Douyin, o aplicativo TikTok começou a crescer internacionalmente um ano depois de seu lançamento. Em 2018, ficou conhecido no mundo quando a empresa ByteDance fundiu o aplicativo com o Musical.ly, que já funcionava por meio de vídeos curtos, e unificou suas comunidades⁴. O sucesso da rede

⁴ Disponível em: <https://canaltech.com.br/empresa/tiktok/>. Acesso em: 30 set. 2023.

social, no entanto, veio em 2020, impulsionado pelas medidas de distanciamento social causado pela pandemia da Covid-19 (Girardi, 2023). Em 2021, o aplicativo ultrapassou a marca de 1 bilhão de usuários ativos no mundo e tornou-se o primeiro aplicativo não-pertencente à Meta a superar os 3 bilhões de *downloads*. Conhecido por possuir um *feed* de navegação infinita, o TikTok é marcado por vídeos com até 10 minutos de duração — os quais os usuários podem fazer duetos (responder um vídeo e exibir a resposta e o original lado a lado), costuras (integrar o vídeo de outro usuário ao seu) e transmitir conteúdo ao vivo (Girardi, 2023).

Na indústria da moda, o aplicativo influencia a criação e a disseminação de tendências que possuem “vida curta”, geralmente de algumas semanas a poucos meses. Vinculados muitas vezes pela #FashionTikTok, os vídeos ajudam a fortalecer uma comunidade de criadores de conteúdo que passa a impactar as dinâmicas do setor (Girardi, 2023). Os TikToks (publicações em forma de vídeos) de moda foram os responsáveis por popularizar vídeos de *hauls*⁵, *unboxing*⁶ de compras e *get ready with me*, os “arrume-se comigo”, que conquistam o público por meio de uma abordagem simples e descomplicada.

118

Sobre a Revista *Elle*

Criada em 1945 pela jornalista francesa de origem russa Hélène Gordon Lazareff, a *Elle* (*ela*, em português) surgiu como uma maneira de “recuperar a autoestima da mulher depois da Segunda Guerra Mundial” e, seguindo vieses feministas, incentivá-la a ter opiniões próprias (Alves, 2018). O nome é um dos fatores que ajudou a publicação a alavancar-se tanto na época quanto nos dias atuais, pois, o título *Elle* despersonaliza a revista, “libertando-a de uma temática específica e funcionando como uma espécie de termo englobante de todas as leitoras e de seus interesses” (Carmo, 2016, p. 30).

O Brasil foi o primeiro país da América Latina a receber a revista, em 1988, pelo Grupo Abril. Em 2018, a publicação foi descontinuada e, em 2020, a revista voltou a circular no país com investimento do Grupo Papaki⁷ e um novo posicionamento, trazendo um formato diferente de publicação, com ênfase em produção audiovisual e presença marcante nas redes sociais.

⁵ Em português, a palavra pode ser traduzida como *aquisição*. Os vídeos de *hauls* são os quais as pessoas exibem suas compras e informam detalhes, como preço e qualidade.

⁶ *Unboxing* são os vídeos em que produtos recém-adquiridos são abertos e exibidos.

⁷ Empresa de produção audiovisual que fechou um licenciamento de cinco anos com a Lagardère.

No mesmo ano, a *Elle* também voltou com o site, lançou a *Elle View*, uma revista digital com capas e matérias interativas, e retornou com a versão impressa em quatro edições no ano (março, maio, setembro e dezembro). A revista também conta com a *Elle Men* (semestral) e a *Elle Decoration* (anual). Em novembro de 2023, a *Elle* também lançou a primeira edição voltada para o mercado da beleza: a *Elle Beauté*. A revista está presente nas redes sociais Instagram, Facebook, Twitter, YouTube, LinkedIn e TikTok, além de plataformas de *streaming*, como Deezer e Spotify.

Percurso metodológico

Esta pesquisa, que tem finalidade aplicada e característica exploratória (Gil, 2008), ocupa-se em desenvolver um estudo de caso sobre o uso dos vídeos publicados na plataforma TikTok pelo jornalismo de moda digital realizado pela revista *Elle Brasil*. A escolha metodológica pelo estudo de caso se deve pela definição da metodologia defendida por Yan (2001), que esse método se caracteriza por um estudo detalhado e exaustivo de um único objeto. O estudo de caso se utiliza de dados qualitativos, coletados a partir de eventos reais (Yan, 2001).

Dessa forma, com a intenção de explorar qualitativamente esse fenômeno em curso, este estudo utilizou três métodos de coleta dos dados: observação simples e entrevista semiestruturada durante pesquisa de campo presencial realizada na redação da *Elle*, na cidade de São Paulo, no dia 5 de outubro de 2023; e registro de conteúdo digital coletado no site da revista durante os dias 1º a 31 de agosto de 2023. A visita foi guiada por dois editores da revista que concederam a entrevista presencial. Como forma de preservar a identidade dos indivíduos, os entrevistados serão identificados como Editora 1 e Editor 2. Esses profissionais atuam nas editorias de moda e de beleza. Por conta disso, no período de observação e registro das matérias publicadas no site foram selecionadas matérias de moda e, também, de beleza que tivessem relação com tendências levantadas pelo TikTok ou citassem o aplicativo.

No período observado, foram publicadas 37 matérias de moda e 44 matérias de beleza. Destas publicações, três matérias de moda tinham relação com o aplicativo TikTok. Já na categoria de beleza, o número de matérias encontradas que encaixavam na seleção triplicou para nove. Das 12 matérias, foram escolhidas quatro para análise. O filtro de seleção das matérias de moda levou em conta o fato de se tratar de nomes desconhecidos no título — o que instiga o leitor a lê-las — e por tentarem traduzir aspectos próprios do

TikTok. As duas matérias de beleza foram selecionadas pelo critério de viralização e, também, pela explicação personalizada de um único produto.

Quadro 1: Matérias que formam o *corpus* da análise

Editoria	Título	Resumo	Tratamento na análise
Moda	Broquette: Conheça a tendência que combina camisas de time com a ultrafeminilidade ⁸ (Oliveira, 2023)	Explica a definição da tendência — como ela surgiu e quem a cunhou — e exemplos de como ela pode ser encontrada.	Matéria Broquette
Moda	O que significa Acubi Fashion, termo que está bombando no TikTok ⁹ (Mesquita, 2023)	Explica a definição do termo e como ela pode ser utilizada.	Matéria Acubi Fashion
Beleza	Esse é o melhor esfoliante corporal do momento, segundo o TikTok ¹⁰ (Rossi, 2023)	Além de apresentar a composição do produto famoso, também lista opções de esfoliantes parecidos no mercado brasileiro.	Matéria Esfoliante Corporal
Beleza	O cabelo cinnamon cookie butter de Hailey Bieber ¹¹ (Elle, 2023)	Uma das matérias mais curtas da seleção, ela apenas explica o que é o estilo de cabelo viralizado por Hailey Bieber.	Matéria Cabelo Hailey

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

120

O lugar do TikTok na *Elle* Brasil: apresentação dos resultados

Os dados coletados a partir da técnica de observação, entrevista e conteúdo publicado no site, que formam o *corpus* da análise, passaram pelo processo de interpretação a partir da fundamentação teórica, ancorada principalmente no jornalismo de moda no ambiente digital. Como forma de organização, tais resultados foram divididos em cinco grupos e que serão discutidos na sequência: (a) presença da palavra TikTok na matéria; (b) uso de hiperlinks para vídeos no TikTok; (c) uso de palavras estrangeiras; (d) fontes entrevistadas; e (f) uso de elementos multimídia.

Presença da palavra TikTok na matéria

Na matéria Broquette (Oliveira, 2023), o TikTok foi citado apenas uma vez, na primeira linha do lide, indicando que a tendência abordada é relacionada com outras já

⁸ Disponível em: <https://elle.com.br/moda/connheca-a-tendencia-broquette>. Acesso em: 31 out. 2023.

⁹ Disponível em: <https://elle.com.br/moda/o-que-significa-acubi-fashion>. Acesso em: 31 out. 2023.

¹⁰ Disponível em: <https://elle.com.br/beleza/esfoliante-corporal-tiktok>. Acesso em: 31 out. 2023.

¹¹ Disponível em: <https://elle.com.br/beleza/cabelo-cinnamon-cookie-butter-hailey-bieber>. Acesso em: 31 out. 2023.

criadas e perpetuadas pelo aplicativo. Para contexto, a tendência *broquette* foi cunhada por Alexi Alario, coapresentadora do *podcast* Nymphet Alumi, e surgiu da combinação entre a palavra *coquette* e “bro”, abreviação de *brother* (irmão, em inglês). Apesar de ser citado apenas uma vez, a matéria foi construída com base em tendências que o TikTok criou ou difundiu.

Na matéria Acubi Fashion (Mesquita, 2023), o termo é encontrado duas vezes: primeiro no título e depois no lide. No lide também é possível notar outra referência ao aplicativo, já na primeira linha, com a frase “Dia sim, dia também, surge uma nova tendência nas redes sociais, claro, com direito à nomenclatura própria.” No decorrer da matéria é explicado que a tendência surgiu do nome de uma loja sul-coreana e que combina recortes, transparências e bolsos em seu estilo. Neste caso, também se comprova o uso de conteúdos publicados no aplicativo para a criação da matéria. Aqui, também é deixado claro que as redes sociais, em especial o TikTok, são as grandes criadoras de tendências de moda, que ganham nomes diferentes e passam por explicações em revistas de moda.

A matéria Cabelo Hailey (Elle, 2023) não cita o TikTok, porém, para quem está atento às tendências da área difundidas nas redes sociais, fica implícito que o nome da *trend* (tendência) viralizou tanto no Instagram — como o lide cita — quanto no TikTok. No decorrer da matéria, a tendência do cabelo da Hailey é explicada: é uma cor criada pelo *hairstylist* Matt Rez com uma base de caramelo, um fundo acobreado e mechas finas e mais claras ao redor do rosto.

Já na matéria Esfoliante Corporal, o nome do aplicativo aparece no título, “Esse é o melhor esfoliante corporal do momento, segundo o TikTok”, e na primeira frase do lide. É perceptível que o aplicativo foi o foco da matéria, ainda mais pela frase do lide, que indica que os repórteres de beleza estão atentos aos conteúdos e tendências que viralizam no TikTok. Sendo assim, considera-se que a matéria apenas existe pela viralização do esfoliante na rede social.

Na entrevista com os editores, foi possível notar que ambos têm opiniões marcantes sobre o aplicativo e que o utilizam diariamente. A Editora 1 o descreveu da seguinte forma: “A gente precisa estar [no TikTok], até por isso que a gente tem nossos perfis pessoais também, para ter nossos algoritmos, que aparecem coisas diferentes para cada um.” Sobre as tendências e conteúdos do aplicativo, o Editor 2 acredita que o TikTok tem um comportamento único e com formatos específicos de vídeos, que viralizam por conta da repetição.

Uso de hiperlinks para vídeos no TikTok

A matéria Broquette (Oliveira, 2023) não conta com hiperlinks para vídeos no TikTok, mas possui um vídeo do aplicativo destacado abaixo da explicação de que a tendência é a versão “estadunidense do blokette, uma *trend* anterior que explora a fusão do vestuário masculino e feminino, mas com foco na vivência de jovens ingleses”. Logo abaixo do segundo parágrafo da matéria, um vídeo do Instagram, mas produzido no TikTok, também foi inserido.

A matéria Acubi Fashion (Mesquita, 2023) também não conta com hiperlinks para vídeos que exemplificam a tendência explorada pela matéria, mas possui um vídeo do aplicativo inserido logo abaixo do lide. Nele, a conta @rubywlove traz 11 exemplos de roupas que seguem a tendência Acubi, “ajudando” as pessoas a encontrarem seu estilo.

A matéria Cabelo Hailey (Elle, 2023) é a única que não possui no texto um link para o TikTok. O único conteúdo multimídia na matéria é um vídeo da conta do Instagram de Matt Rez, *hairstylist* que criou a cor de cabelo, no qual Hailey aparece mostrando o cabelo e fazendo poses para a câmera.

Já na matéria Esfoliante Corporal (Rossi, 2023), um vídeo do TikTok foi inserido abaixo do segundo parágrafo — o qual explica a composição do produto, seu preço e seus benefícios. O vídeo da conta @skinorbits responde a um comentário sobre como a criadora de conteúdo deixa suas pernas brilhando. Na legenda do vídeo é possível perceber que ele é um anúncio do produto, pois a dona do perfil escreve: “*Watch as I show you how I get smooth, shiny legs instantly with Frank Body! (ad)*” — em tradução literal para português: “Assista enquanto eu mostro como consigo pernas lisas e brilhantes instantaneamente com Frank Body! (anúncio)”. O TikTok também conta com a descrição da composição do esfoliante e como aplicá-lo.

Dessa forma, é perceptível que a falta de hiperlinks para os vídeos no TikTok é suprida pela inserção de vídeos do aplicativo diretamente abaixo de parágrafos explicativos sobre o conteúdo principal — o que, no caso da matéria Cabelo Hailey (Elle, 2023), não acontece. Em relação a números de hiperlinks inseridos nas matérias, foram encontrados 27 links, sendo cinco da matéria Broquette (Oliveira, 2023), três da Acubi Fashion (Mesquita, 2023), quatro da Cabelo Hailey (Elle, 2023) e 15 da Esfoliante Corporal (Rossi, 2023).

Na matéria Broquette (Oliveira, 2023), os links levam para três matérias da própria revista por meio da inserção deles nas palavras “tendências” e “K-Pop”, e na frase final do

texto, “Leia também: como usar camisa de time: 5 dicas para incorporar a tendência”. Os outros dois links encontrados foram inseridos nas palavras “Nymphet Alumi”, que leva para o episódio do *podcast* sobre a tendência, e “Super Shy”, que direciona o leitor para o videoclipe da música do grupo coreano NewJeans.

Na matéria Acubi Fashion (Mesquita, 2023), os três hiperlinks foram inseridos na palavra “tendência”, que leva o leitor para a matéria Broquette (Oliveira, 2023); na frase “o nome de uma loja sul-coreana”, que direciona para o site da loja coreana Acubi Club; e na palavra “Dr. Martens”, que leva para o site da famosa marca de sapatos.

Nas matérias de beleza, a Cabelo Hailey (Elle, 2023) possui quatro hiperlinks, com o primeiro sendo encontrado já na primeira palavra da matéria, o nome de “Hailey Bieber”. O segundo link está nas palavras “*strawberry makeup*”, uma maquiagem com tons avermelhados, como a matéria descreve. Já o terceiro foi inserido na frase “Leia mais: o que é a maquiagem tipo ‘latte’ que está viralizando no TikTok?”, incluída abaixo do lide. Estes três links direcionam o leitor para matérias próprias da revista. Por fim, o quarto hiperlink foi colocado no nome de “Matt Rez”, levando o leitor para a conta profissional do cabeleireiro no Instagram.

A matéria Esfoliante Corporal (Rossi, 2023) é a que mais possui hiperlinks. Dos 15, três foram inseridos no lide da matéria, nas palavras “produtos que viralizam no TikTok”, “Frank Body” e “produto”. Assim como a matéria anterior, a frase “Leia mais: mais suaves e hidratantes: a nova era dos esfoliantes labiais”, também inserida abaixo do lide, possui um hiperlink que leva o leitor para uma matéria do site.

No segundo parágrafo, outros quatro links foram encontrados nas palavras “Glycolic Body Scrub”, que leva para o produto discutido pela matéria; “esfoliante químico e físico”; “ácido glicólico”; e “niacinamida” - todos que direcionam para outras matérias do site. Já no último parágrafo, o site da marca Frank Body é novamente inserido por meio de link na palavra “site”.

Durante a entrevista, o Editor 2 explica que, no TikTok, não necessariamente o que é *trend* dentro da plataforma representa uma tendência de mercado, o que é difícil de se entender caso a pessoa não conheça as características do aplicativo.

Principalmente em maquiagem, a gente fala muito de *trend*, mas na verdade está rolando um *challenge*, tá todo mundo se desafiando a fazer uma mesma maquiagem. [...] De todo modo, um *challenge* não necessariamente representa um desejo coletivo, que é o que a gente vai entender como uma tendência de fato — essas que a gente sempre

reportou, enfim, quanto *Elle*. Então, é mais uma questão de entender o quanto essas coisas têm respaldo no mundo real (Editor 2).

Ao explicar este ponto, o Editor 2 comenta sobre o caso que foi construído com base na matéria Cabelo Hailey (*Elle*, 2023) e como a *Elle* vem se posicionando sobre noticiar ou não pautas quentes — quais critérios de noticiabilidade utilizam e, seguindo com o tema da pesquisa, em como o TikTok influencia na produção jornalística. Sobre isto, a Editora 1 explica que a revista teve uma mudança de cobertura de pautas: “A gente começou a fazer mais pautas quentes no site, pautas mais simples, assim, chamando para essas tendências, porque são coisas que as pessoas estão procurando no Google e é bom para a gente em termos de audiência” (Editora 1).

A cobrança de audiência crescente foi explicada pelo Editor 2, que diz que a revista começou a fazer alguns testes de publicações e, em uma ronda de notícias, notou-se que todos os sites estavam noticiando sobre o cabelo *cinnamon cookie butter*. “A gente falou: ‘vamos entrar na onda, isso deve estar em alta, as pessoas devem estar pesquisando’, e a gente reportou esse assunto.” Este episódio pode ser compreendido com base nos critérios de noticiabilidade no jornalismo. Neste caso, o valor-notícia do digital — em especial pautas quentes, como explicadas pela Editora 1 — está relacionado ao “valer a pena” de audiência e números.

Na época da publicação da matéria Cabelo Hailey (*Elle*, 2023), todas as matérias que eram postadas no site eram publicadas automaticamente no X (ex-Twitter) da revista, e foi lá onde a matéria viralizou. Na rede social, o *post*¹² recebeu 7,5 milhões de visualizações, 1,5 mil curtidas e 305 comentários¹³ — a maioria reclamando tanto da matéria quanto do nome dado a cor do cabelo.

¹² Disponível em: <https://x.com/ellebrasil/status/1692265980401983702?s=20>. Acesso em: 14 nov. 2023.

¹³ Dados retirados do X em 14 nov. 2023.



Figura 1: Comentários no post da Elle no X sobre a matéria Cabelo Hailey
Fonte: X, 2023 (capturas de tela feitas pelas autoras)

Conforme a Editora 1, as pessoas não acessavam a matéria, só viam o título: “Existia essa crítica no começo do texto, falando: ‘ai, a gente sabe que é um cabelo castanho, a gente sabe que a Hailey dá esses nomes bonitinhos para viralizar, para subir hashtag’, mas ninguém leu esse texto, entendeu?”. Os editores explicam que isso aconteceu — apenas a leitura da manchete —, pois foi registrado que a audiência da matéria não foi alta no site, mas sim nas redes sociais. Para o Editor 2, essa mudança na publicação de pautas quentes foi confusa para quem já acompanhava a revista:

A *Elle* sempre teve um perfil muito crítico, a *Elle* é uma revista muito diferente das outras revistas de moda do Brasil, a gente sempre teve a ideia de mostrar que a moda é um assunto de uma profundidade ímpar e tudo mais, e daí, de repente, apareceu a gente falando: ‘*cinnamon cookie butter*’. Essa pauta fora de contexto deixou as pessoas muito confusas, o nosso público muito confuso, e daí isso furou a bolha e foi chegando uma coisa muito louca (Editor 2).

A partir deste caso específico, a revista começou a balizar o que estava postando e estruturar estratégias sobre palavras-chave e assuntos virais. Com isso, produziu um vídeo no Instagram comentando sobre o *hit* do *cinnamon cookie butter* e explicou algumas estratégias de *marketing* da Hailey.

Portanto, apesar da quantidade significativa de hiperlinks e da inserção de vídeos diretamente na matéria, é perceptível a ausência de links diretos para vídeos no TikTok sobre o tema das matérias. As matérias analisadas comentam e explicam as tendências que foram perpetuadas e viralizadas pelo aplicativo, ou seja, essas tendências não existiriam da mesma forma se não tivessem sido amplamente discutidas no TikTok. Isso torna difícil entender por que não foram inseridos links para vídeos explicativos nas matérias.

Uso de palavras estrangeiras

Com 11 palavras estrangeiras encontradas, a matéria Broquette (Oliveira, 2023) utiliza palavras em inglês para que a matéria seja construída. Destas, a palavra *broquette* aparece repetida cinco vezes: no título, no lide, no terceiro e no último parágrafo, e na legenda de uma foto. A palavra *coquette* aparece três vezes: na linha-fina, no lide e no segundo parágrafo — acompanhada, ou não, da palavra *core*. As outras palavras encontradas são: *mix*; *vintage*; *bro*; *brother*; *bloquette*; *Super Shy*; *NEWJEANS*; *Ambush* e *Nike*. Outras palavras, como *podcast*, *mary jane* e *legging* também aparecem no texto, mas não foram consideradas para a contagem, pois são utilizadas no cotidiano sem que haja necessidade de tradução.

A matéria Acubi Fashion (Mesquita, 2023), por sua vez, conta com três palavras estrangeiras: *Acubi Fashion*, *Y2K* e *subversive basics*. O tema da matéria, a palavra *Acubi* aparece quatro vezes: no título, no lide, no segundo parágrafo e na última linha da matéria. O segundo termo mais repetido é a sigla *Y2K*, que significa *year 2000* — em português, anos 2000. Ele aparece na linha-fina e no segundo parágrafo da matéria. Nesta matéria, palavras que são utilizadas no cotidiano das pessoas também não foram consideradas para a contagem. São elas: *croppeds* e *baby-looks*, dois modelos de roupas que são compreendidos pelo próprio nome.

Na matéria Cabelo Hailey (*Elle*, 2023) aparecem sete palavras estrangeiras. Destas, o termo *cinnamon cookie butter* aparece três vezes: no título, no lide e no título da única retranca. Nenhuma outra palavra estrangeira foi repetida na matéria. As demais palavras encontradas são: *cinnamon cookie butter*, *hit*, *trend*, *glazed donut skin*, *strawberry makeup*, *hairstylist* e *cookies*. Nesta matéria, além de *hit* e *trend* — muito utilizados nas redes sociais — nenhuma outra palavra estrangeira utilizada no dia a dia foi encontrada.

A matéria Esfoliante Corporal (Rossi, 2023) possui seis palavras estrangeiras e é a primeira a contar com uma palavra em francês. São elas: *hit*, *bodycare*, *beauté*, *clean beauty*, *Glycolic Body Scrub* e *skincare*. Destas, a única palavra repetida é *hit*, que aparece tanto na linha-fina quanto no lide. A única palavra estrangeira utilizada diariamente é o conhecido termo *skincare*.

Em relação a todas as matérias analisadas, a Esfoliante Corporal (Rossi, 2023) se destaca por ser a única que não utiliza palavra estrangeira no título. Neste caso, a matéria não discute uma tendência, mas sim um produto. Caso o nome do esfoliante tivesse sido colocado no título, a matéria ficaria muito semelhante a anúncios e matérias patrocinadas.

No total, a *Elle* utilizou 27 palavras estrangeiras para construir quatro matérias. Este número pode ser explicado por uma das principais características da escrita do jornalismo de moda, justamente o uso de estrangeirismos. A editoria de moda possui um texto muito específico, contando com elementos como o uso frequente da primeira pessoa, da opinião pessoal e de estrangeirismos (Miranda; Belmino, 2019; Flores, 2016).

Fontes entrevistadas

A matéria *Broquette* (Oliveira, 2023) conta com duas fontes consideradas independentes e primárias (Lage, 2001): uma utilizada com citação indireta e outra com citação direta. No primeiro caso, a fonte trata-se de Alexi Alario, coapresentadora do *podcast* *Nymphet Alumi* e criadora do termo que identifica a tendência. Alexi é citada no segundo parágrafo da matéria, que explica que foi a apresentadora que cunhou o termo *broquette*. Já no terceiro parágrafo, Alexi é utilizada como uma fonte de citação indireta: “Alexi comenta que o *broquette* é a versão estadunidense do *bloquette*, uma *trend* anterior que explora a fusão do vestuário masculino e feminino, mas com foco na vivência de jovens ingleses”. No caso da apresentadora, nenhuma de suas falas é descrita ou inserida de forma direta, diferente de Biz Scherbert, segunda apresentadora do *Nymphet Alumi*, que é citada no quinto parágrafo da matéria:

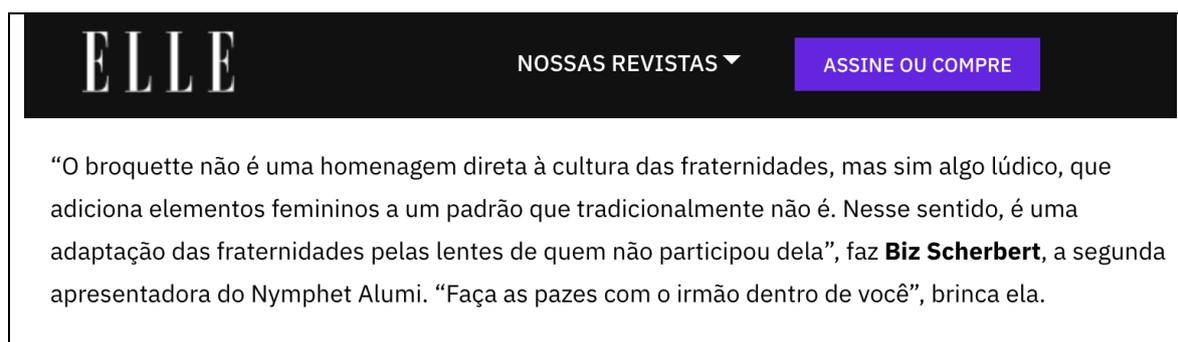


Figura 2: Fala de Biz Scherbert na matéria *Broquette*
Fonte: Site *Elle*, 2023 (capturas de tela feitas pelas autoras)

Na matéria *Broquette* (Oliveira, 2023), é possível perceber que as duas fontes são utilizadas para explicar o que é a tendência sem que haja uma transposição da autora como a dona da explicação — dessa forma, as palavras e os exemplos dados pelas coapresentadoras continuam sob seu domínio. Nas matérias *Acubi Fashion* (Mesquita,

2023), Cabelo Hailey (Elle, 2023) e Esfoliante Corporal (Rossi, 2023) não foram utilizadas fontes e nem citações diretas ou indiretas.

Durante a entrevista com os editores, questionamentos como o monitoramento das redes sociais, a divisão de quem fica com qual assunto e como é escolhido o que vira pauta dentro do TikTok — ou seja, como a *Elle* utiliza o aplicativo como fonte — foram feitos, mas não foi possível tirar conclusões das respostas recebidas. A Editora 1 explica que os vídeos mais importantes são mais valorizados, porém, a definição exata do que constitui essa relevância não é clara.

O Editor 2 comentou sobre o perfil crítico que a *Elle* carrega — “a gente sempre teve a ideia de mostrar que a moda é um assunto de uma profundidade ímpar e tudo mais” — porém, pode-se perceber que a fala não condiz com todos os conteúdos da revista. No caso das matérias selecionadas para o *corpus* da pesquisa, que se caracterizam como pautas quentes, não são tratadas com profundidade. Estas matérias, tão importantes quanto as grandes reportagens que a revista produz, parecem não receber a devida atenção — o que pode ser percebido pela falta de maior estrutura, fôlego e fontes nas matérias, pontos tão importantes para que um bom jornalismo seja construído. A matéria Cabelo Hailey (Elle 2023), por exemplo, conta com apenas três parágrafos.

Por outro lado, pode-se compreender a ausência do perfil jornalístico da revista nestes conteúdos pelo fluxo de produção jornalística da *Elle*. De acordo com os editores, a revista conta com 11 jornalistas e equipes de marketing, divulgação, comercial e jurídico, além de *stylists*, diretor de moda visual, produtor, entre outros. Apesar do número ser considerado grande pelos próprios editores, a revista conta com pelo menos seis produtos jornalísticos: site, *Elle View*, *Elle* impressa, *Elle Men*, *Elle Decoration* e *Elle Beauté*, além de presença no Instagram, TikTok, Twitter, Facebook, LinkedIn, plataformas de *streaming*, como Deezer e Spotify, onde publica um *podcast*, e e-mail, no qual realiza o envio de *newsletters*.

Sobre a produtividade da equipe em todos os produtos, foi especificado que a equipe do digital precisa fazer, em média, cinco *posts* por dia no Instagram; postar uma vez por dia no X; e cerca de quatro vezes por semana no TikTok. No site, é necessário ter pelo menos uma matéria de moda por dia. No setor de beleza, o Editor 2 diz que a equipe busca programar quatro matérias maiores, com mais conteúdo, para a semana e duas matérias quentes por dia. “Nem sempre dá, a maioria das vezes não dá. Porque a gente tem muitas demandas de outros veículos, né? Dentro da própria *Elle*. A *Elle* [...] é uma marca com

muitos veículos, né?” (Editor 2) — o que ajuda a confirmar a ideia inicial de que um grande fluxo de produção, muitos produtos e poucos profissionais resultam em matérias com baixa profundidade.

Uso de elementos multimídia

As duas matérias de moda contam com três elementos multimídia cada. Sendo que a matéria Broquette (Oliveira, 2023) conta com texto, duas fotos e dois vídeos inseridos de duas redes sociais diferentes. Já a matéria Acubi Fashion (Mesquita, 2023) conta com o texto, um vídeo e uma foto. Nestes casos, a multimedialidade — ou seja, a combinação de pelo menos dois tipos de linguagem (Salaverría, 2014) — está presente por meio da inserção de imagens e vídeos.

Assim como as matérias de moda, as de beleza também possuem três elementos multimídia que podem ser conceituados como uma combinação de linguagens — texto, foto e vídeo. Neste sentido, Salaverría (2014) explica que a combinação de linguagens deve ser atrativa e inteligível para o público, o que é o caso das duas matérias de moda e de beleza: todas seguem um padrão de foto de capa que exemplifica o tema da matéria e outro elemento — foto ou vídeo — é inserido durante o texto para que outra amostra seja dada sobre o foco da matéria.

Discussão dos resultados e considerações finais

Este artigo propôs lançar luz à forma de uso do aplicativo de mídia social TikTok pelo jornalismo de moda produzido pela revista *Elle* Brasil. A revista é conhecida e tratada por seus colaboradores, editores que participaram desta pesquisa, como uma produtora de jornalismo de moda crítico — o que pode ser avaliado pelos seus conteúdos tanto em redes sociais quanto no site e nas revistas impressas.

Entretanto, o *corpus* selecionado para esta pesquisa não pode ser enquadrado e não segue este jornalismo crítico pelo qual a revista preza. As quatro matérias, duas de moda e duas de beleza, não seguem uma prática adequada para um padrão jornalístico considerado aprofundado: contam com poucas fontes; em sua maioria, não creditam ao aplicativo as temáticas utilizadas na construção das matérias; e não são escritas com uma estrutura adequada. Um exemplo é a matéria Cabelo Hailey (*Elle*, 2023), escrita em apenas três parágrafos.

Sendo assim, os resultados desta pesquisa apontam que a revista *Elle* Brasil se destaca pelo uso de diversas ferramentas de conectividade e comunicação, porém, nem todos os conteúdos possuem o mesmo nível de qualidade e rigor jornalístico. Parte desse resultado pode ser justificado pela quantidade de produtos jornalísticos que a revista oferece, que não condiz com a quantidade de profissionais.

Considerando que este estudo de caso dividiu os resultados em cinco grupos, em cada um deles foram sugeridos caminhos que apontam para as considerações finais. Sobre a presença da palavra TikTok nas matérias analisadas, foi possível verificar que a citação do aplicativo e seu devido crédito para a construção de matérias não foi feito de forma apropriada. A análise indica que a revista está atenta às publicações do TikTok, em especial às tendências, mas é perceptível que a rede social ainda não leva o crédito devido.

Sobre o uso de hiperlinks para vídeos no TikTok, foi verificado que, apesar da grande quantidade de hiperlinks utilizados pela revista, há ausência de links diretos para vídeos no TikTok citados pelo tema das notícias. As matérias analisadas explicam tendências difundidas pelo aplicativo e, mesmo assim, não utilizam links para vídeos da rede social.

Sobre o uso de palavras estrangeiras, as matérias analisadas contam com 27 palavras estrangeiras, uma constatação do que Miranda e Belmino (2019) e Flores (2016) explicam sobre as características do texto jornalístico de moda. As palavras presentes nas matérias não sofrem uma análise tão profunda e são entendidas como necessárias para que haja uma internacionalização do conteúdo e que uma mudança de sentido e significado de nomes não ocorra caso sejam traduzidas para a língua portuguesa.

Em relação às fontes das publicações, apenas uma das matérias analisadas conta com fontes e citações — algo tão característico na construção de uma matéria, mas que não foi realizado pela revista. A multimedialidade presente no jornalismo de moda indica que há um padrão no uso de combinação de linguagens: em todas as matérias são utilizados texto, foto e vídeo.

Por fim, acredita-se que conteúdos explicativos sobre tendências se adequam melhor às publicações em redes sociais, como um post no Instagram, para evitar que a área de jornalismo de moda seja desvalorizada na percepção do público. Para que o jornalismo de moda continue utilizando o TikTok como fonte de construção de matérias, pode-se partir para uma análise mais aprofundada do aplicativo, como por exemplo, uma análise geral das tendências: como o aplicativo, com o rápido nascimento e morte de

tendências, ajuda a aumentar o consumo de roupas provenientes de *fast fashion*? Qual é o impacto disso na sustentabilidade da indústria da moda? Este tipo de matéria, por exigir uma estrutura mais robusta e a inclusão de elementos jornalísticos como fontes, contribui para preservar a importância da moda no jornalismo e ajuda a desmistificar a ideia de que a moda é fútil.

Referências

ALVES, L. M. **Jornalismo de moda, cultura e sociedade: comportamento, corpo e expressão** na revista *Elle Brasil* (2013-2018). 2018. Dissertação (Mestre em Cultura e Sociedade) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Tradução: Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro, Lisboa: Edições 70, 1977.

CARMO, L. C. do. **Revista *Elle Brasil*: Da mídia impressa à transmídiação**. 2016. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

ELLE, R. **O cabelo cinnamon cookie butter de Hailey Bieber**. *Elle Brasil*, 17 de agosto de 2023. Disponível em: <https://Elle.com.br/beleza/cabelo-cinnamon-cookie-butter-hailey-bieber>. Acesso em: 31 de out. 2023.

ELMAN, D. **O discurso híbrido do jornalismo de moda: Estratégias do Jornalismo, da Publicidade e da Estética**. 2017. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

FLORES, A. M. M. **Apropriações do Twitter pelo jornalismo de moda no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

FLORES, A. M. M. Jornalismo de moda: características da prática no cenário brasileiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 39., 2016, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-0679-1.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIRARDI, N. S. **Moda na era do TikTok: do supermercado de estilos às tendências virais**. 2023. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2023.

HINERASKY, D. A. **Jornalismo de moda no Brasil: da especialização à moda dos blogs**. Anais do VI Colóquio de Moda, 2010, São Paulo.

HINERASKY, D. A. **Jornalismo de moda: questionamentos da cena brasileira**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 29., 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3BxYNfb>. Acesso em: 13 set. 2023.

JOFFILY, R. **O jornalismo e produção de moda**. Editora Nova Fronteira, 1991.

LAGE, N. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. [S. L.]: Record, 2001.

MESQUITA, G. **O que significa Acubi Fashion, termo que está bombando no TikTok**. *Elle Brasil*, 11 de agosto de 2023. Disponível em: <https://Elle.com.br/moda/o-que-significa-acubi-fashion>. Acesso em: 31 out. 2023.

MIRANDA, I. S.; BELMINO, S. **Trajatória no Jornalismo de Moda no Brasil: das revistas aos editoriais**. In: Encontro Nacional de História da Mídia, 12, 2019. Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2019.

OLIVEIRA, C. Broquette: conheça a tendência que combina camisas de time com a ultrafeminilidade. *Elle Brasil*, 11 de agosto de 2023. Disponível em: <https://elle.com.br/moda/conheca-a-tendencia-broquette>. Acesso em: 31 de out. 2023.

RECUERO, R. Redes Sociais na Internet, Difusão de Informação e Jornalismo: Elementos para discussão. In: SOSTER, D. A.; FIRMINO, F. (Org.). **Metamorfoses jornalísticas 2: a reconfiguração da forma**. Santa Cruz do Sul: Unisc, 2009.

ROSSI, B. **Esse é o melhor esfoliante corporal do momento, segundo o TikTok**. *Elle Brasil*, 9 de agosto de 2023. Disponível em: <https://elle.com.br/beleza/esfoliante-corporal-tiktok>. Acesso em: 31 de out. 2023.

SALAVERRÍA, R. Multimedialidade: informar para cinco sentidos. In: CANAVILHAS, J. (org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. 2014. p. 25-53.

SILVA, P. H.; SILVA, M. B. Notícia: a fluidez de um gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DA LINGUAGEM, 2., 2012, Uberlândia. **Anais...** Uberlândia: Edufu, 2012. p. 1-13.

YIN, R. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2 ed. Porto Alegre: Bookman; 2001.

Submissão: 9 de abr. 2024

Aceite: 22 de out. 2024.

Jornalismo e inteligência artificial

Desafios nas redações

Orlando Maurício de Carvalho Berti¹

Resumo

Qual o papel do Jornalismo em tempos de Inteligência Artificial? E quando a Inteligência Artificial generativa se torna mais protagonista nos processos de mediações informacionais, quais impactos são gerados no trabalho das redações (jornais, rádios, televisões, multimídia e assessorias de comunicação)? Objetiva-se, após uma pesquisa de campo durante mais de um ano, refletir, destacar e analisar essas novas sociabilidades redacionais, tendo-se como lócus inicial de reflexão as redações e meios das cidades do estado do Piauí em que há formação superior em Jornalismo. Destaca-se que as interfaces de pautar, apurar, editar e veicular, após as análises de campo e de fundamentação teórica, mostram-se diferenciadas e atingidas nevrálgicamente, ou não, com a ampla inserção e normalização das ferramentas de Inteligência Artificial nos processos redacionais.

Palavras-chave: Jornalismo. Inteligência Artificial. Inteligência Artificial generativa.

133

Journalism and Artificial Intelligence: Challenges in Media Newsrooms

Abstract

What is the role of journalism in times of artificial intelligence? And when generative artificial intelligence becomes more of a protagonist in information mediation processes, what impact has it had on the work of newsrooms (newspapers, radio, television, multimedia, and communication consultancies)? This study, after a year of field research, aims to reflect on, highlight, and analyze these new editorial sociabilities, with the initial locus of reflection being the newsrooms and media of cities in the state of Piauí, where higher education in journalism is offered. It is worth noting that the interfaces of agenda-setting, investigation, editing, and dissemination, after field and theoretical analysis, are shown to be differentiated and affected, whether or not, by the broad insertion and standardization of artificial intelligence tools in editorial processes.

Keywords: Journalism. Artificial Intelligence. Generative Artificial Intelligence.

¹ Doutor e mestre em Comunicação Social pela Umesp – Universidade Metodista de São Paulo. Bacharel em Jornalismo pela UFPI – Universidade Federal do Piauí. Professor, pesquisador e extensionista do curso de Bacharelado em Jornalismo da Uespi – Universidade Estadual do Piauí. Bolsista de Produtividade Tecnológica da Fapepi – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí. Diretor do LIAJ – Laboratório de Inteligência Artificial em Jornalismo da Uespi. Líder do Grupo de Pesquisa em Comunicação Alternativa, Comunitária, Popular e Tecnologias Sociais da UESPI. E-mail: berti@uespi.br.

Introdução

O Jornalismo, enquanto profissão, e também área laboral, tem sofrido uma série de mudanças, inclusive algumas em processos históricos de décadas, sejam por conquistas sociais ou forçadas pela inserção de novas modalidades e maneiras de vivenciar as mediações informacionais. O Jornalismo acompanha a própria evolução da sociedade, em suas virtudes e desvirtuações, entre conquistas e polêmicas.

Parte-se do conceito de Jornalismo ao encará-lo como agente de mediação, em consolidação com o que é destacado por Jesús Martin-Barbero (2009) sobre o deslocamento dos meios para as mediações, para as articulações entre a prática comunicacional e as diferentes perspectivas da própria sociedade.

José Marques de Melo (2006, 2009a, 2009b, 2012, 2014) preza acerca da perspectiva da Comunicação, e principalmente o Jornalismo, vivenciando na prática as questões sobre o mediar, ou, como gostava de metaforizar, ser a esfinge midiática, que é o lugar em que um fato é significado, por meio da ligação entre emissão e recepção e tem como função a pluralização das informações.

Também, para Melo (2014), o Jornalismo é multidisciplinar e termina tornando a área muito mais interessante por ter direcionamentos que instigam a permissão de atuação junto a outras áreas, tais como: Relações Públicas, Radialismo, Rádio e TV, Audiovisual, Midiologia, Educomunicação, Publicidade e Propaganda e Produção Editorial, bem como áreas próximas, como a Sociologia, a Filosofia, a Psicologia e a História e com outros caminhos do saber e do conhecer.

Um paradoxo do próprio jornalismo atual, levando-se em conta esta terceira década do século XXI, é tentar instigar mediações mediante a sensação de haver informações a cliques e tidas como elementos informativos, mas balizados pelos sistemas internéticos (oriundos das mediações pela Internet), conjurados com a sensação de estarmos cada vez menos informados, mesmo havendo tantos meios e formas de nos informar.

Quem é o jornalista desta terceira década do século XXI? Principalmente sendo um profissional formado ou com consequências diretas de vida após o período da Covid-19? Problematisa-se a partir do questionamento de como ocorre esse processo e como ele tem impactado os profissionais e seus respectivos labores e quais as lições podem ser tiradas de todos esses processos, notadamente em tempos de Inteligência Artificial generativa.

Uma das consequências da própria pandemia de Covid-19 foi a ampliação dos instrumentos de Inteligência Artificial (existentes em larga escala na área computacional

desde o terceiro quarto do século XX), principalmente a Inteligência Artificial generativa. Segundo estudos anteriores (Berti, 2023, 2024a, 2024b), a diferença entre a primeira e a segunda é que a Inteligência Artificial geral (ou comum, também chamada apenas de Inteligência Artificial), ou mais histórica, tem a perspectiva de aprendizado mediante atividades pré-programadas; enquanto a I.A. (como também é nomeada a Inteligência Artificial), de maneira generativa, tem uma possibilidade de maior sensação de aprendizado e oferece uma gama muito maior de recursos; sendo que a I.A. generativa tem transformado praticamente todas as áreas, principalmente após a eclosão, em 2022, do ChatGPT, sistema de I.A. generativa que simula um diálogo com o usuário, capaz de oferecer uma série de produtos e conteúdos, no espaço de segundos, que demorariam, às vezes, horas, para a execução humana.

Esses conteúdos têm impactado diretamente as vivências jornalísticas e ainda provocado discussões sobre aeticidades e as próprias funções no dia a dia das redações.

Marri Nogueira (2023), refletindo pesquisa da London School of Economics (da capital da Inglaterra) feita com jornalistas de 46 países (incluindo o Brasil), frisa que 85% dos profissionais entrevistados tinham admitido (ainda no primeiro semestre de 2023) terem utilizado ferramentas de Inteligência Artificial em seu dia a dia nas mediações informacionais; outros 73% disseram que ferramentas como ChatGPT, Bard, Bing e Gemini, podem oportunizar a melhoria da eficácia, da produtividade e da criatividade textual.

Busca-se refletir, destacar e analisar essas novas sociabilidades redacionais, vendo-as na prática e oferecendo respostas sobre a implantação, cada vez mais constante e quase usual de sistemas de I.A. (como também chama-se as inteligências artificiais) e as mediações informacionais.

Justifica-se a feitura deste artigo justamente pelo lugar de fala da pessoa autora deste trabalho vivenciar mediações informacionais há quase três décadas, tanto em redações quanto na própria Academia.

Apresenta-se este estudo, que tem sua primeira parte concluída, mas com continuação de atuações (por conta da própria dinamicidade do fenômeno), mas isolado temporalmente no acompanhamento sistematizado, via pesquisa de campo das redações de como se tem visto, na prática, os impactos da Inteligência Artificial generativa no mundo do trabalho, tendo-se como lócus de experiência as redações jornalísticas do estado do Piauí de cidades que oferecem formação superior na área, tendo-se como recorte as que têm mais de 20 profissionais em seus quadros.

Metodologia

Metodologicamente, parte-se da explicação do fenômeno estudado: impactos e desafios nas redações em tempos de Inteligência Artificial generativa, tendo-se como local de experiências o estado do Piauí, que fica no Nordeste do Brasil (sendo um de suas nove unidades federativas) e, segundo o IBGE (2024), tem população de 3.271.199 pessoas, distribuídas em 224 municípios, com capital em Teresina (no Oeste do estado – a 343 quilômetros do litoral e única capital nordestina a ser sediada no interior da região). Se o Piauí fosse um país, seria o 77º maior do Mundo em extensão territorial, a frente, com seus 251.755 quilômetros quadrados, de nações como o Reino Unido, a Romênia ou a Síria. Essa magnitude geográfica, de ser o 11º maior estado do país, traz desafios midiáticos de tentar integrar e realizar mediações entre os seus mais diversos lugares e comunidades. Há cidades do estado distantes quase mil quilômetros da capital.

A escolha de um trabalho de pesquisa de campo foi dada, principalmente, pela cobrança dos próprios jornalistas do estado do Piauí no sentido da Academia, principalmente a pública, em dar mais respostas sobre os fenômenos contemporâneos e atuais, sendo que, em conversas anteriores à feitura da pesquisa que origina este artigo, é quase unânime que as universidades façam mais debates sobre as questões redacionais e a própria inserção dos sistemas de Inteligência Artificial no dia a dia dos trabalhos jornalísticos, principalmente porque há uma ampliação cada vez mais de profissionais oriundos das universidades, que constantemente realizam reflexões aprendidas nos bancos escolares, trazendo, tanto para os ambientes jornalísticos, quanto para os acadêmicos, as preocupações mercadológicas e também laborais. O campo, inclusive o laboral, é importante para o entendimento dos *prompts* (mecanismos de busca e de interação nas I.As.) como destacam Kalyinka Cruz Lucia Santaella (2024).

Os resultados da pesquisa são dados por meio de ações de levantamento de campo feitas semanalmente em todas as redações com mais de vinte profissionais localizadas nas cidades em que há uma formação superior em Jornalismo no estado. No caso, as cidades de: Teresina, capital do estado (que tem três instituições formadoras de jornalistas: o CEUT – Centro de Ensino Unificado de Teresina (privado); a Uespi – Universidade Estadual do Piauí e a UFPI – Universidade Federal do Piauí (ambas públicas)); e Picos, terceiro maior município do estado, localizado a 307 quilômetros da capital e mais importante cidade do Sertão piauiense (que tem duas instituições formadoras de jornalistas: a Faculdade Raimundo Sá (privada) e a Uespi (pública)).

O que é feito empiricamente na pesquisa baliza-se nas reflexões de Isabel Travancas (2010) ao destacar a importância de haver uma vivência de entendimento sobre as rotinas próprias da área em apurar e divulgar informações. A autora destaca que os trabalhos empíricos ajudam a compreender, por meio de entrevistas, investigações, vivências e observações no campo, o funcionamento do próprio trabalho jornalístico, podendo notar a própria relação entre os profissionais, seus pares e o pensamento da própria empresa em que trabalham.

Lívia Vieira (2018) diz que os trabalhos de campo instigam para a chegada a uma generalização teórica e mais próxima do que podemos observar, sendo importante a entrada do pesquisador na redação, a duração do tempo da pesquisa de campo, bem como as observações em si e as relações com os jornalistas.

Trata-se em livros destacados por Berti (2023; 2024a; 2024b) sobre a própria necessidade de um acompanhamento mais sistematizado sobre as questões da pauta, da apuração, da edição e da veiculação e notamos o quanto a Inteligência Artificial tem encrustado no dia a dia das próprias rotinas produtivas redacionais.

A decisão do acompanhamento e do trabalho constante de visitas às redações começou no meio do segundo semestre de 2023, culminando, para fins de análises deste artigo, no início do segundo semestre de 2024, totalizando 13 meses sistematizados (entre agosto de 2023 e setembro de 2024).

O número de 85% das redações do Piauí com mais de 20 pessoas na equipe (nas cidades de Teresina e de Picos) foram contempladas e diretamente acompanhadas na pesquisa, inclusive, com complementação de acompanhamentos virtuais, por meio de testagem de conteúdos em sistemas de Inteligência Artificial, como ChatGPT 4.0 e Gemini 1.5 Pro.

Procurou-se acompanhar, de uma maneira sistematizada, o trabalho do dia a dia das redações, compreendendo, principalmente, os impactos da Inteligência Artificial generativa nesses processos.

Os tratamentos dos dados fazem parte de manuais sugestivos, sistematizando todas as observações e pontos comum, bem como exemplos emblemáticos e preocupantes da utilização desses sistemas e as próprias questões da Inteligência Artificial generativa nos processos de mediações informacionais, notadamente nas questões do pautar, do apurar, do editar e do veicular as informações, nos mais diferentes tipos de meio, tais como: impresso, radiofônico, televisivo, multimidiático e de assessorias de comunicação.

Fundamentação teórica

O que faz os sistemas de Inteligência Artificial serem tão popularizados contemporaneamente, inclusive com forte inserção no mundo jornalístico? Tudo isso é fruto de interesse coletivo ou da apresentação de novos, e cada vez mais modernos, produtos sobre a área? Ou são efeitos diretos ligados à popularização das conexões tão evocadas em tempos de dispositivos móveis, principalmente smartphones? Estamos realmente em preparação para compreender e agir correlacionados com tudo isso e na incrível velocidade de todas essas perspectivas?

Lucia Santaella (2023) questiona se realmente a Inteligência Artificial é inteligente ou é apenas mais uma, entre tantas modas, com idas e vindas a cada parte de cada década, notadamente após o período das conexões oriundas da Internet?

A fala de Santaella (2023) é mais que necessária para que não achemos que os sistemas de I.A. são a chave para tudo, mas uma possível chave para destravamento ou travamento de sociabilidades. Novamente evoca-se o paradoxo, destacado por Orlando Berti (2024a, 2024b), da sensação de nunca termos tido tantas oportunidades de estarmos informados, mediante tantos veículos e caminhos de fala e nunca nos sentimos tão desinformados e as desinformações foram tão prementes e debatidas quanto nesta terceira década do século XXI.

Camila Feiler (2023) destaca que a Inteligência Artificial, principalmente em sua interface generativa, marca uma nova era e que esses sistemas transformam a interação, facilitando uma série de processos, principalmente pensados para nossa contemporaneidade.

Ou seja, ao contrário de Santaella (2023), Feiler (2023) destaca uma pontuação mais otimista sobre os sistemas de Inteligência Artificial.

É um fato que ao termos um contato mais profundo com os sistemas de Inteligência Artificial e suas respostas rápidas, mudamos nossa forma de vivenciar e sentir o que é mediado, seja ele em termos educacionais, jornalísticos, de saúde, ou de qualquer outra área. E é fato de que ela tem se expandido mais a todas as áreas e, na velocidade de seus processamentos, oferecendo conteúdos mais reais e plurais, inclusive interferindo constantemente nas sociabilidades diretas e indiretas, a exemplo de quem está em conexão constante com os sistemas ou quem recebe as mediações, sejam dos meios comunicacionais oficiais, ou pelos novos agentes desses processos comunicacionais, que é o que Maria das Graças Targino (2009) chama de Jornalismo Cidadão.

Salomão Farias (2023), em uma experimentação com a utilização de sistemas de I.A., para uma provocação acadêmica (inspirando muito do que também é feito neste artigo), diz que há um pânico na própria universidade (principalmente nos locais e áreas ainda não tão afeiçoados com as questões tecnológicas), principalmente pela utilização de sistemas do tipo para a feitura de trabalhos científicos. Farias (2023) também questiona quem é o dono da informação a partir do momento que há uma mediação via computadores e se, a partir do momento que sistemas de Inteligência Artificial generativa fazem pelos cientistas, a Ciência é do computador ou da pessoa? Igual debate também pode ser transposto para as próprias mediações jornalísticas. Indo ao encontro da provocação de Salomão Farias (2023), a Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (2024) – realizou na Univali – Universidade do Vale do Itajaí, em Balneário Camboriú, Santa Catarina, o 47º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, com a temática voltada a debates do campo comunicacional brasileiro com as perspectivas da Inteligência Artificial.

Jean Prado (2023), ampliando os horizontes dos debates e já entrando nas classificações e evoluções do assunto, enfatiza que a Inteligência Artificial é dividida em duas partes: a simbólica e o connexionismo. A primeira (simbólica) é ligada às questões psicológicas, mais humanas. A segunda (conexionista) tem conexão com as redes neurais artificiais, vindo da neurofisiologia, que é um dos grandes desafios contemporâneos de entendimento sobre as I.As. e que tem gerado mais discussões, justamente pela propensão dos aprendizados de máquina. Destaca-se que essa sensação de aprendizado, que vem acompanhando as próprias discussões sobre o que é a I.A., sendo que essa imagem de aprendizado, na verdade, é o processamento de dados via informações binárias, entre bancos de dados potentes, que dão a sensação de aprendizado porque, a cada dia, com mais e mais informações, terminam em trazer predições de respostas.

Flávia Oliveira (2024) diz que as Inteligências Artificiais estão ligadas a diferentes tecnologias, sendo capazes de: ter percepção de funcionalidades de aquisição e processamento de imagens, sons e voz; compreenderem, com o processamento de linguagens naturais e mecanismos que entendam e analisem as informações; e agirem, por meio de tecnologias, adotando ações no mundo real, sendo grande exemplo disso os pilotos automáticos. A evolução dos computadores, primeiro em processamento simples de informações, instigando processamentos complexos, potencializados pela velocidade da Internet (inclusive a doméstica) e a construção de centros de processamento, são os pontos

perfeitos para a própria popularização dos sistemas de Inteligência Artificial generativo, conjugados com a popularização da utilização de sistemas do tipo, como o ChatGPT, só para citar o mais famoso.

John Haugeland (1989) dizia que a Inteligência Artificial, destacando sua interface geral e não sua interface generativa, esforça-se para fazer computadores pensarem e as máquinas terem mentes, no sentido total e literal.

John Haugeland (1989) foi um dos autores a mais predizer fatos, constatados mais de três décadas depois e que, tem suas razões de ser e existir em uma contemporaneidade multiconectada, multipluralizada, mas com sérios problemas de debate sobre as perspectivas laborais.

Já Leandro Kovacs (2022) explica que há três grandes tipos de Inteligência Artificial: a ANI; a AGI e a ASI; sendo que a ANI (conhecida por Inteligência Artificial Estreita) representa toda a I.A. existente, incluindo até a mais complicada e capaz que já foi criada. A ANI, também segundo Leandro Kovacs (2022), se refere a sistemas de I.A. que só podem realizar uma tarefa específica de forma autônoma, usando recursos semelhantes aos humanos. Essas máquinas não podem fazer nada além do que foram programadas para fazer e, portanto, têm uma gama muito limitada ou estreita de competências. Mesmo a I.A. mais complexa que usa *machine learning* e *deep learning* para ensinar a si mesma se enquadra na ANI.

A AGI (conhecida por Inteligência Geral Artificial), segundo Leandro Kovacs (2022), é a habilidade do agente de I.A. em aprender, perceber, compreender e funcionar completamente como um ser humano. Esses sistemas serão capazes de construir de forma independente várias competências e formar conexões e generalizações entre domínios, reduzindo enormemente o tempo necessário para o treinamento. Isso tornará os sistemas de I.A. tão capazes quanto os humanos, ao replicar nossas capacidades multifuncionais.

Enquanto isso a ASI (conhecida por Super Inteligência Artificial), segundo Leandro Kovacs (2022), é, até onde podemos imaginar, seria o limite do desenvolvimento da I.A. O desenvolvimento da superinteligência artificial provavelmente marcará o auge da pesquisa em I.A., já que o AGI se tornará de longe a forma de inteligência mais capaz do planeta. A ASI, além de replicar a inteligência multifacetada dos seres humanos, será extremamente melhor em tudo o que faz por conta da memória esmagadoramente maior, processamento e análise de dados mais rápidos e capacidades de tomada de decisão. O desenvolvimento de AGI e ASI levará a um cenário conhecido como singularidade. E embora o potencial de

ter máquinas tão poderosas à nossa disposição pareça atraente, essas máquinas também podem ameaçar nossa existência ou, pelo menos, nosso modo de vida. Essas são as sete classificações pensadas para determinar o nível de uma Inteligência Artificial, se pensarmos em capacidade, estamos na metade e evoluindo, mas ao levarmos em conta a classificação técnica, ficamos no primeiro dos três estágios e levaremos algum tempo para (e se) chegarmos aos próximos.

Leandro Kovacs (2022) diz que tanto a ANI, quanto a AGI e a aguardada ASI têm uma função, um instrumento evolutivo e, principalmente, uma lição para nossa contemporaneidade, inclusive com reflexões para as próprias mediações informacionais.

Nick Bostrom (2016; 2024) destaca que esses tipos de sistemas de I.A. instigam um intelecto mais inteligente que os melhores cérebros da humanidade em todos os campos, inclusive das próprias perspectivas científica, das habilidades sociais e até da sabedoria.

Eduardo Ney (2023) diz que, principalmente em termos corporativos, com esses avanços dos sistemas de I.A., há uma tendência de substituição direta em todos os setores, inclusive os de altas lideranças.

Orlando Berti (2024b) diz que quando recebemos uma ligação de uma empresa de *call center*, ao menos metade delas é feita por I.A., inclusive aqueles chatos e repetitivos golpes (cada vez mais crescentes); quando utiliza-se um sistema bancário por aplicativo ou pelo site (ou até um banco físico, mas tem de utilizar um aplicativo e necessita de serviços de atendimento), ou qualquer outro serviço via celular ou computador, você falará com a quase totalidade das empresas via Inteligência Artificial e seus mecanismos, muitos deles já ganhando nomes e formas humanas, justamente para dar uma maior legitimidade ao processo. Esse sistema de conversa, simulando uma pessoa chama-se *chatbot* (quando há conversação) ou *bot* (quando há a reprodução de atitudes humanas). E todos eles tendem a aumentar e serem mais presentes, principalmente porque têm barateado os processos de atendimento, comunicação em geral, marketing das empresas, diminuindo seus custos e, conseqüentemente, proporcionando muito mais lucro às empresas, a maioria com fortes setores computacionais.

Por isso, a necessidade urgente e premente, se não da utilização, ao menos do debate sobre Inteligência Artificial deve fazer parte da sociedade, pois ela faz parte da sociedade há muito mais tempo.

Mas, afinal, como a Inteligência Artificial, notadamente em sua interface generativa, tem impactado no trabalho constante e diário das redações jornalísticas?

Principais resultados, avanços da pesquisa e rumos conclusivos

Nos 13 meses de pesquisa de campo (entre agosto de 2023 e setembro de 2024) destaca-se, em termos gerais, um Jornalismo cada vez mais interconectado com a Inteligência Artificial, não só no sentido de pautar assuntos sobre a temática, mas de utilizar seus sistemas, principalmente nas quatro grandes interfaces das mediações informacionais: a pauta, a apuração, a edição e a veiculação.

O Jornalismo não tem só mediado o assunto, mas traz o assunto, assim como praticamente todas as áreas, para seu ambiente de atuação.

Como as redações são espaços mais plurais e convergem jornalistas de diferentes matizes sociais, políticas, ideológicas, religiosas, regionais e geracionais, há uma maior possibilidade de diversificação dos assuntos e da atuação com os sistemas de Inteligência Artificial, notadamente generativa.

Destaca-se ainda que os sistemas de I.A. generativa, ao menos no estudo em voga, interatuam de maneira a beneficiar as questões do pautar, do apurar, do editar e do veicular, ou apenas alguma ou alguma delas, mas nem sempre com o mesmo propósito ou intensidade; sendo que, ao menos por alguns anos futuros, a função humana ainda será muito importante nas mediações, ao menos no quesito apuração e humanização dos processos, mesmo em intrincados momentos de normatização do uso dos sistemas de I.A. nas redações.

As pautas têm sido, ao menos em momentos iniciais, amplamente feitas via sistemas de I.A. Já o apurar, têm sido o elemento ainda mais humanizado no processo redacional. A não ser que seja um assunto mais quente, de ampla divulgação, a apuração ainda tem feito parte da vida e da menor utilização dos sistemas de I.A., mesmo com a possibilidade de muitas informações instigarem uma apuração para Jornalismo de Dados, bastante potencializado caso utilize sistemas de Inteligência Artificial. Ao contrário da apuração, a edição tem sido, das quatro interfaces, a mais impactada pelos sistemas de I.A. generativo, principalmente porque na atual conjuntura há um sistema de I.A. praticamente para quaisquer tipos de edição jornalística. Essa foi a área que mais fez perder postos de trabalho e que mais tem sido utilizada pelas redações estudadas. Já a veiculação, tem sido impactada medianamente e os sistemas de I.A., principalmente nos veículos eletrônicos, têm sido utilizados para melhorar horários, trazer mecanismos de distribuição e promover melhores momentos do conteúdo chegar aos seus públicos.

Destaca-se que houve uma grande abertura e interesse dos personagens das redações visitadas e observadas (tanto as impressas, quanto as radiofônicas, quanto as televisivas, as multimidiáticas e as de assessoria de comunicação ou das empresas que trabalham com redações integradas, abrangendo, simultaneamente — e até com equipes iguais — várias produções conteudísticas) que há um interesse, uma curiosidade e um desejo sobre as questões de Inteligência Artificial, principalmente para facilitação no trabalho do dia a dia. No início da pesquisa de campo notava-se um desconforto e até o fechar de telas na observação de uso dos sistemas de I.A. No término da temporalidade do estudo nota-se que os sistemas já ficam ligados e são repassados a todos os usuários e estão normalizados quanto os editores de texto e os buscadores virtuais. Aliás, esses foram os primeiros a serem suplantados pelos sistemas de I.A. generativo nas redações estudadas. Praticamente não se utiliza mais buscas em sistemas tradicionais virtuais, mas todos têm dado lugar, principalmente, ao ChatGPT e ao Gemini.

Conclui-se, notadamente, que, assim como houve uma revolução na chegada nos primeiros computadores às redações, bem como na conexão via Internet (inicialmente discada, depois a cabo e, mais recentemente, a fibra ótica) e depois da popularização de sistemas de busca, principalmente capitaneados pelo Google, os sistemas de Inteligência Artificial generativos estão ganhando forte espaço nas redações ou têm instigado empresas de assessoria de comunicação a passarem materiais para as redações praticamente totalmente feitos por sistemas do tipo.

Destaca-se que os sistemas mais comuns, principalmente ChatGPT e Gemini (versões gratuitas) estão praticamente popularizadas e são estimuladas pela maioria das empresas, notadamente nas interfaces de facilitação do trabalho ou de melhoria dos labores, sendo os mais comuns, nas questões textuais.

Enquanto nas redações ainda existem polêmicas sobre I.A., notadamente com o público com mais de uma década de profissão (a maioria trabalhando nesse período quase sempre em redações ou dividindo esse tempo com assessorias de comunicação), nos ambientes das assessorias de comunicação é praticamente uma regra, ao menos no estado do Piauí — nos lugares estudados — a utilização de sistemas de Inteligência Artificial, principalmente para as questões de criação e potencialização de textos, levando-se desde as questões dos *prompts* de comando para feitura deles, indo até os mecanismos de distribuição, mesclando-os com elementos imagéticos.

São nas assessorias de comunicação em que há um encontro maior de sistemas pagos de I.A. e mais modernos e de uma grande popularização das ferramentas, principalmente porque há uma quase cultura no estado de atendimento de clientes com menor potencial de investimentos, sendo oferecidos esse tipo de sistema para as mediações de suas necessidades comunicacionais, principalmente para redes sociais, alvo-principal da maioria desse tipo de cliente. Prioriza-se, para esse tipo de cliente das assessorias de comunicação, pela mediação em si, fazendo a mensagem chegar ao público que o assessorado deseja, em vez de priorizar pela confecção dos produtos, atualmente a cargo dos sistemas de Inteligência Artificial.

Ao menos no recorte destacado, negar a presença dos sistemas de I.A. é negar o próprio Jornalismo e suas transformações, pois, repete-se, os sistemas estão normalizados.

Um ponto que o estudo ora relatado e sistematizado, que permanece com vivências redacionais, ao menos em ambientação do Piauí, é que os mais jovens, principalmente abaixo de 25 anos, têm uma maior inserção e uma quase total utilização dos sistemas de Inteligência Artificial nas redações, enquanto os jornalistas com idade entre 26 e 35 anos, que fazem parte da geração que participou da mudança de século, e alguns com quase uma década de profissão, têm utilizado menos os sistemas de I.A. Já os jornalistas com mais de 35 anos, cada vez mais raros nas redações acompanhadas no estudo, pouco, ou quase não utilizam os sistemas generativos, mas não porque não saibam. A maioria acompanha, inclusive lê muito sobre o assunto, tendo forte poder de entender, mas continua pregando, e prezando, pelo jornalismo mais do cara a cara e das vivências, enquanto os de menor idade (com maior inserção ou totalidade de inserção nos sistemas de I.A.) pouco têm vivenciado o jornalismo de campo.

Nota-se que o fator universidade, ou seja, do profissional que teve a oportunidade de graduar-se a nível superior, ou em processo de graduação (aproximadamente 50% do atual público encontrado nas redações estudadas no Piauí), é outro fator coincidente de utilização dos sistemas de I.A.

Especula-se, cabendo uma pesquisa mais aprofundada, sobre essa utilização em maior escala estar em coincidência com o maior poder de consumo de novidades, debatidos, vivenciados e amplamente criticados no ensino superior, instigando uma maior gama de ideias, processos e ferramentas. Para aqueles que não passam, ou passaram, pelas universidades, nota-se que o ambiente de aprendizado tem sido na própria redação e que, muitas vezes, a compreensão das ferramentas de I.A. não tem sido tão

acompanhadas enquanto os que estão na vivência universitária. Estes, em termos de cronologia, são os que mais estão interconectados, assim como as próprias questões de redes sociais, nos ambientes das novidades tecnológicas contemporâneas.

Pode-se notar ainda que a inserção de sistemas de Inteligência Artificial generativo têm desestimulado a busca por atividades de campo, instigando o próprio jornalismo sentado, antes muito comum com a utilização constante de telefones (primeiro fixos e depois celulares) e, tempos depois, via sistemas de conversação online e, em tempos de I.A. generativa, puramente em dados ou informações construídas nos próprios sistemas. Ou seja, prejudicando a própria apuração de fatos e levando-se a um questionamento: será que precisamos de tantos meios de comunicação jornalísticos repassando as mesmas informações, principalmente balizadas por meio de assessorias de comunicação de órgãos públicos e de políticos?

Os mais novos em idade e experiência têm passado mais tempo de utilização de I.A e nota-se que muitos já tem esses sistemas internalizados em seus labores diários. Observa-se também que esse público, composto em sua maioria entre estagiários e recém-formados, se submetidos a uma proibição ou a casos em que a Inteligência Artificial ainda não é capaz de solucionar, terminam não sabendo executar determinadas atividades jornalísticas, o que coloca como mais frágeis nos próprios processos de substituição pelos sistemas de Inteligência Artificial, principalmente nas questões da máxima: de colocarmos todas as nossas atividades jornalísticas para as máquinas realizarem, principalmente nas questões de mediações informacionais, levando-se em conta suas maneiras de pautar, apurar, editar e veicular: precisaremos de humanos nesse processo?

O cerne da questão (e bem a título de provocação e para possíveis novas reverberações e críticas a este artigo) ao menos pelo que temos vivenciado nesse experimento é que a Inteligência Artificial continuará sendo coadjuvante se for *muleta*, se for uma perspectiva de ferramenta; já se for fim, é o início do fim de muitos postos de trabalho e, ao contrário de outras novidades tecnológicas, bem abastecido pelas próprias vítimas, que dia após dia, praticamente de maneira intencional, transformam esses sistemas em algozes na substituição dos postos de trabalho.

Os postos, em sua maioria, serão substituídos e as redações com muitos membros (algo que já vem ocorrendo, ano após ano neste século XXI) serão um instrumento do passado, principalmente porque as empresas são altamente artífices em apoiar esses processos de substituições.

Em termos jornalísticos, não é só dominar a ferramenta, o que a poucos cliques e com pouquíssimo conhecimento sobre, é possível, mas saber perguntar às plataformas, é compreender seus *prompts* e suas interfaces para além de uma tela.

Será que sem a visão holística de mundo e das pessoas, do poder do olhar, as matérias jornalísticas continuarão em voga, ou, permaneceremos apenas no trivial, no rápido, no acelerado, no efêmero? Ou, usando uma linguagem mais contemporânea: na velocidade 2x, um hábito já muito utilizado para consumir produtos audiovisuais ou, em tempos de TikTok, consumindo duas telas simultaneamente? Conseguiremos compreender os conteúdos mediados ou necessitaremos, como já utilizado muito em redações dos grandes veículos online nacionais, em que a matéria jornalística é resumida, dando lugar ao material aprofundado?

Nota-se outro paradoxo no processo, que é justamente o consumo de qualidade dos materiais e as próprias criações de bolhas de conteúdo, muitas vezes aliadas ao próprio consumo das notícias e de produtos informativos, inviabilizando as próprias questões das notícias.

Com o consumo via rapidez e efemeridade, juntando a empresas que cada vez mais confiam (com exceções) nos sistemas de I.A., a profissão de pautador, apurador, editor e veiculador de materiais jornalísticos, que fazem parte do ciclo de mediações informacionais, ainda terá razão de existir? As máquinas, que têm aprendido em uma velocidade meteórica (dado a quantidade de perguntas e problemas, além de sua velocidade de processamento) já estarão substituindo os jornalistas das redações, principalmente aqueles que confiam todos esses processos às máquinas?

Uma das descobertas do estudo é que já há empresas especializadas em capturar mapas de calor e de notícias, principalmente balizadas em redes sociais, como o X (ex-Twitter), o Instagram e o TikTok, conseguindo redigir matérias básicas (usando os tradicionais: o que, onde, por que, quando, como?) e vendendo esse conteúdo para sites noticiosos, tudo sem passar por nenhum humano. Ou seja, tem-se, para o básico, para o efêmero, e a preços menores que o pago em um piso salarial jornalístico, um conteúdo que substitui basicamente mais de dez pessoas.

Qual o futuro das redações em tempos de Jornalismo e Inteligência Artificial generativa? Seremos humanos, demasiadamente humanos, utilizando o que as I.As. têm de bom para fazer o que não sabemos fazer, tendo mais tempo de fazer do que as Inteligências Artificiais ainda não conseguem fazer.

Referências

BERTI, O. M. C. **ChatGPT: Evolução ou fim do Jornalismo**. Teresina: EdUESPI, 2023.

BERTI, O. M. C. **Inteligência Artificial e Jornalismo**. 2. ed. Teresina: EdUESPI, 2024b.

BERTI, O. M. C. **Inteligência Artificial e Jornalismo**. Teresina: EdUESPI, 2024a.

BROSTOM, N. **Deep utopia: Life, and meaning in a solved world**. Washington: Ideapress Publishing, 2024.

BROSTOM, N. **Superintelligence: Paths, Dangers, Strategies**. Oxford: Oxford University Press, 2016.

CRUZ, K.; SANTAELLA, L. **Jornalismo e Inteligência Artificial podem caminhar juntos?** São Paulo: Estação das Letras e das Cores, 2024.

FARIAS, S. A. de. Pânico na academia: Inteligência Artificial na construção de textos científicos com o uso do ChatGPT. **Revista Interdisciplinar de Marketing**, Maringá, v. 13, n. 1, 2023, p. 79-83.

FEILER, C. P. **Inteligência Artificial: entenda como chegamos ao ChatGPT**. 2023. Disponível em: <https://www.startse.com/artigos/inteligencia-artificial-historico>. Acesso em: 07 jul. 2024.

HAUGELAND, J. **Artificial Intelligence: The very data**. New York: Bradford Book, 1989.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados sobre o Piauí**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pi.html>. Acesso em: 07 set. 2024.

KOVACS, L. **Quais são os tipos de inteligência artificial?** 2022. Disponível em: <https://tecnoblog.net/responde/quais-sao-os-tipos-de-inteligencia-artificial>. Acesso em: 17 jul. 2024.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos meios às mediações: Comunicação, cultura e hegemonia**. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 2009.

MELO, J. M. **História do Jornalismo: itinerário crítico, mosaico contextual**. São Paulo: Paulus, 2012.

MELO, J. M. **Jornalismo, forma e conteúdo**. São Paulo: Difusão, 2009a.

MELO, J. M. **Teoria do Jornalismo: identidades brasileiras**. São Paulo: Paulus, 2006.

MELO, J. M. **Teoria e metodologia da comunicação: tendências do século XXI**. São Paulo: Paulus, 2014.

MELO, J. M. **Vestígios da travessia: da imprensa à Internet – 50 anos de Jornalismo**. São Paulo: Paulus, 2009b.

NEY, E. C. M. Diretorias e conselhos ciborgue: a inteligência artificial na alta liderança. São Paulo: **Revista GV Executivo**, v. 22, n. 4, 2023, p. 20-26.

NOGUEIRA, M. **Jornalistas veem IA como oportunidade e ameaça, segundo estudo**. 2023. Disponível em: <https://bit.ly/40ayqEz>. Acesso em: 01 jan. 2024.

OLIVEIRA, F. **História da Inteligência Artificial (IA)**. Disponível em: <https://tinbot.com.br/blog/historia-da-inteligencia-artificial-ia>. Acesso em: 20 out. 2024.

PRADO, J. **A inteligência artificial é mais antiga do que você imagina**. 2023. Disponível em: <https://tecnoblog.net/especiais/inteligencia-artificial-historia-dilemas>. Acesso em: 03 set. 2024.

SANTAELLA, L. **A inteligência artificial é inteligente?** São Paulo: Edições 70, 2023.

TARGINO, M. G. **Jornalismo Cidadão informa ou deforma?** Brasília: Ibict/Unesco, 2009.

TRAVANCAS, I. Etnografia da produção jornalística: estudos de caso da imprensa brasileira. **Brazilian Journalism Research**, Brasília, v. 6, n. 2, 2010, p. 83-102.

VIEIRA, L. S. Etnografia como abordagem teórico-metodológica em estudos de crítica de mídia. **Revista Rumores**, São Paulo, v. 12, n. 23, 2018, p. 128-152.

Submissão: 15 de out. 2024

Aceite: 22 de dez. 2024.

Humanização do jornalismo requer humanização do jornalista

Jorge Kanehide Ijuim¹
Lynara Ojeda Souza²

Resumo

Neste trabalho, de caráter ensaístico, abordamos a questão da criança e do adolescente em duas situações: as vítimas de ações policiais no Rio de Janeiro e as afetadas pela recente tragédia climática no Rio Grande do Sul. Preocupa-nos perceber por que a imprensa dedica atenção e tratamento distintos a essas duas circunstâncias, já que ambas envolvem a violação de direitos de uma população entendida — normativamente — como prioridade absoluta. Nossos estudos nos permitem inferir que seja por uma questão de consciência dos profissionais, que abarca aspectos técnicos, éticos, estéticos e epistemológicos. Esta consciência pode, ao humanizar o jornalista, humanizar o jornalismo.

Palavras-chave: Jornalismo. Humanização. Violação de direitos.

149

Humanizing journalism requires humanizing the journalist

Abstract

In this paper, we address the issue of children and adolescents in two distinct situations: as victims of police actions in Rio de Janeiro and as those affected by the recent climate tragedy in Rio Grande do Sul. We examine why the press gives different levels of attention and distinct treatments to these two circumstances, as both represent violations of the rights of a population normatively regarded as an absolute priority. Our studies suggest that this discrepancy stems from a question of conscience on the part of professionals, encompassing technical, ethical, aesthetic, and epistemological aspects. Such conscience, by humanizing the journalist, has the potential to humanize journalism.

Keywords: Journalism. Humanization. Violation of rights.

¹ Jornalista. Doutor em Ciências da Comunicação/Jornalismo pela Escola de Comunicações e Artes da USP; pós-doutorado em Jornalismo pela Universidade de Coimbra. Professor aposentado/voluntário do Programa de Pós-graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGJor/UFSC). E-mail: ijuimjor@gmail.com.

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina. E-mail: lynaraojeda@gmail.com.

Mais que as técnicas, a visão de mundo

Desde o final dos anos 1990, a pesquisadora Cremilda Medina (1999, 2003) assinala que, em sua rotina, o comunicador se depara com desafios, que se configuram em três dimensões: técnico, ético e estético. Em nossos esforços para interpretar esta argumentação, temos afirmado: pela dimensão técnica, há a busca do aperfeiçoamento das narrativas e os recursos tecnológicos como meios que podem levar à melhor apuração e precisão. Pelas técnicas, cada vez mais aprimoradas, o comunicador desenvolve sua capacidade de expressão e de compreensão dos fenômenos sociais complexos. No sentido ético — a âncora do fazer jornalístico — encontramos o campo que permite a elevação do nível de consciência e a ampliação da visão de mundo. Do ponto de vista estético, associado ao sensível, nos é exigida a sintonia e a cumplicidade às dores do Outro — a solidariedade.

Se as práticas profissionais vão além das técnicas, este desafio ético supõe compromissos — pessoais e com a sociedade. Os “Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo” elaborados pela Unesco na década de 1980 consideram que a informação é um bem social e não uma comodidade, o que significa que os jornalistas não estão isentos de responsabilidade. O documento, inclusive subscrito pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI, 2024), assinala que a responsabilidade social do jornalista requer que ele ou ela agirão debaixo de todas as circunstâncias em conformidade com uma consciência ética pessoal.

O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros (2007) explicita no Artigo 2º que o acesso à informação de relevante interesse público é um direito fundamental e pressuposto do exercício do jornalismo. Este implica o compromisso com a responsabilidade social inerente à profissão.

A questão da responsabilidade social parece ser algo consagrado no meio jornalístico. Essa celebração talvez advenha do papel histórico da imprensa de ser tribuna para debates e instrumento de movimentos decisivos que culminaram em conquistas expressivas para a sociedade. Ao alertar sobre a visão romântica que envolve este postulado, Fábio Henrique Pereira (2004) sublinha que:

O jornalista é, ao mesmo tempo, funcionário de uma empresa capitalista, responsável pela produção de uma mercadoria (a notícia) submetida às leis de mercado; e uma espécie de contra poder, cuja autoridade, delegada pela sociedade, lhe permite fiscalizar as instituições em nome do interesse público (Pereira, 2004).

O mesmo cuidado percebe-se em Cremilda Medina (1996) quando se refere ao trabalho de mediação social. Ao citar Nietzsche, a pesquisadora frisa que há uma rede complexa de forças que incide sobre o processo de produção de notícias, o que chamou de *feixe de forças*. O primeiro deles é caracterizado pelo jogo de pressão de grupos externos organizados — político, econômico, social, cultural — que tentam se impor à produção da informação. O segundo feixe traz à tona as forças culturais que correspondem às culturas — do lugar em que se produz o noticiário, e do local a que se refere esta produção jornalística. O terceiro refere-se ao próprio produtor da informação — chefe de reportagem, editor, repórter — que, a par do domínio técnico, está afeto às suas subjetividades. Ou seja, faz suas escolhas por métodos objetivos, mas também tem as opções individuais em suas decisões.

Ao concordar que a produção jornalística é atravessada por interesses, sejam políticos e econômicos, culturais e pelas subjetividades de seus profissionais, pode-se supor que o compromisso de responsabilidade social da imprensa — e de seus profissionais — depende do nível de consciência, da visão de mundo. Esta decorre de uma postura reflexiva contínua — ética — que orienta as ações dos indivíduos, seus propósitos e intenções.

Entendemos que Jornalismo e Direitos Humanos são indissociáveis e acreditamos na necessidade de reumanizar o Jornalismo. Interessa-nos neste trabalho, portanto, perscrutar como a imprensa aborda episódios que envolvem violações de direitos humanos. Para isso, traremos ao debate duas coberturas distintas: a) a violência policial, que tem levado crianças e adolescentes à morte em grandes centros urbanos; b) o atendimento de crianças e adolescentes durante a recente catástrofe climática no Rio Grande do Sul.

Para compreender o cenário

O relatório Cenário da Criança e do Adolescente 2023, da Fundação Abrinq, com base nos dados mais recentes do IBGE, mostra que, em 2022, estimava-se que o Brasil tinha 68,8 milhões de crianças e adolescentes entre zero e 19 anos. Nosso trabalho concentra o olhar nas crianças e adolescentes que vivem nas regiões Sudeste e Sul. Nesse sentido, a região Sudeste, sendo a mais populosa do país, concentra pouco menos de um em cada três (29,9%) crianças e adolescentes dessa faixa etária, sendo 26.142.367

peças de 0 a 19 anos. Já a região Sul abriga 9.337.455 crianças e adolescentes, número que representa 30,4% de sua população.

Observando as duas situações de violações de direitos humanos que pretendemos investigar, um levantamento — referente ao ano de 2023 — realizado pelo Instituto Fogo Cruzado (2024) apontou que a região metropolitana do Rio de Janeiro registrou ao menos 601 crianças e adolescentes baleados nos últimos sete anos. Desse total, 286 foram atingidos em ações policiais — o que representa 47,5%. O relatório mostra que 267 crianças e adolescentes foram mortos e 334 ficaram feridos no período analisado — entre 5 de julho de 2016 e 8 de julho de 2023.

Já a tragédia climática que ocorreu no Rio Grande do Sul em maio deste ano provocou o desabrigamento de pelo menos 10 mil crianças e adolescentes, segundo o Governo do Estado gaúcho. Mais de 60% dos desabrigados estão concentrados em três municípios: Canoas, Porto Alegre e São Leopoldo. O relatório *Crianças, adolescentes e mudanças climáticas no Brasil*, publicado em 2022 pelo Unicef, aponta que, por estarem em uma fase mais sensível de desenvolvimento, crianças e adolescentes são os que mais sofrem esses impactos. De acordo com o documento, as consequências de eventos climáticos extremos, como o do Rio Grande do Sul, são muito graves para as crianças, especialmente as pequenas, e incluem deslocamentos forçados, eventual separação dos pais, ausência de serviços de saúde, falta de água potável e alimentação, afastamento das aulas, exposição a possíveis abusos sexuais em abrigos, além de situações traumáticas que necessitam de acompanhamento psicológico.

Os dois cenários acima descritos nos revelam um descompasso entre o que a população infanto-juvenil tem enfrentado e o que orienta a legislação brasileira, como o artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990). Este preconiza que “a criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral”, e o artigo 4º que complementa que a população infanto-juvenil tem prioridade absoluta na promoção e defesa dos direitos humanos (Brasil, 1990). Nesse sentido, identificamos que nos dois contextos investigados, o Estado, a família e a sociedade não têm conseguido proteger crianças e adolescentes de situações de extrema vulnerabilidade e violência.

Da consciência ingênua à consciência crítica

Diante deste quadro, justifica-se questionar o que pode levar editores e repórteres a realizar coberturas, abordagens, tratamentos tão distintos nessas duas situações aqui expostas. Ambas envolvem violência e violações de direitos de crianças e adolescentes. Nossos estudos nos levam a acreditar que seja por uma questão de consciência, que envolve aspectos — que chamaremos de *nós* — técnicos, éticos, estéticos e epistemológicos.

Em sua *Analítica da colonialidade*, Nelson Maldonado-Torres argumenta que a modernidade operou uma revolução nos sentidos ontológico (poder), ético (ser) e epistemológico (saber) (Maldonado-Torres, 2018). Como destaca Cremilda Medina, os modelos jornalísticos foram modelados pelo pensamento moderno (Medina, 2008) e suas práticas permanecem e, em geral, prevalecem na imprensa *mainstream*. As heranças positivistas que incluem objetividade, neutralidade e imparcialidade constituem o primeiro *nó*, o da técnica, que tem merecido várias formas de relativização.

No aspecto estético, o segundo *nó*, entendemos que a colonialidade moderna induziu a primazia do real, exato e absoluto, em outros termos, o objetivo e, por consequência, o desprezo ao subjetivo, às subjetividades. No senso comum das salas de redação, o objetivo e o subjetivo são antônimos e antagônicos, o que não é necessariamente verdadeiro. Por uma perspectiva sócio-histórica, entendemos a subjetividade como uma propriedade do sujeito ativo, um fator que torna o sujeito único, singular (Leontiev, 1983). Assim, cada jornalista dispõe da sua subjetividade, como cada personagem, entrevistado, qualquer grupo social envolvido em sua reportagem carrega suas subjetividades. O jornalista, em sua rotina, deverá contar com a objetividade para a melhor apuração possível — como método —, e com a sua subjetividade para compreender e respeitar a subjetividade do Outro, num jogo de intersubjetividades.

Esta rotina requer do profissional muito de sua capacidade para construir um movimento empático de narrar os dramas humanos. Djamila Ribeiro (2019) defende que a empatia é uma construção intelectual, é preciso conhecer a realidade e tudo que a envolve, buscando livrar-se de juízos de valor, até então, engendrados sem o contato com a realidade dos fenômenos. Por essa contribuição, inferimos que um dos motivos de uma cobertura ter mais visibilidade que a outra se dá pelo distanciamento e desconhecimento do que acontece nesses territórios onde se dão os conflitos policiais.

O terceiro *nó* diz respeito ao sentido ontológico (poder), também destacado por Anibal Quijano. Para o pensador peruano, o encontro do europeu com os americanos configurou o capitalismo colonial/moderno como um novo padrão de poder que é a classificação social da população de acordo com a ideia de raça (Quijano, 2005, n.p.). Por uma perspectiva interseccional, podemos perceber que a imprensa utiliza tratamentos distintos ao abordar o diferente — raça, sexo, classe socioeconômica, regionalidades, nível de escolaridade, entre outros fatores.

O quarto *nó* abrange uma conjugação dos aspectos ético e epistemológico e conforma a nossa proposta alternativa aos dilemas aqui relatados. Se a notícia, como unidade básica de informação, é uma maneira específica do jornalismo para produzir fatos, Adelmo Genro Filho entende que os fatos não existem previamente como tais. Para o autor, “existe um fluxo objetivo na realidade, de onde os fatos são recortados e construídos obedecendo a determinações ao mesmo tempo objetivas e subjetivas” (Genro Filho, 2012, p. 194). Robert Park entende a informação jornalística como uma forma de conhecimento. Não um conhecimento que alcançou algum grau de precisão e exatidão (*knowledge about*), e também não está interessada no passado ou no futuro, mas configura-se como um “conhecimento do presente” (Park, 2008). Genro Filho, ao sentir a insuficiência desta noção, acrescentou que a notícia, a matéria-prima do Jornalismo, é uma forma social de conhecimento cristalizada no singular (Genro Filho, 2012).

Sobre conhecimento, Liriam Sponholz (2009) apresenta ideias relevantes. Por seu olhar, há um processamento, uma estruturação e posteriormente uma comparação com o que já se conhece. O processo de conhecimento envolve *seletividade*, *perspectividade* e *construtividade*. A *seletividade* se refere à capacidade de escolher uma parte da grande quantidade de estímulos oferecidos pelo mundo exterior; o sujeito conhecedor busca algo por interesse, o que supõe que a subjetividade é necessária para a objetividade. A *perspectividade* se relaciona à limitação da percepção a um determinado ponto de partida local e temporal, como também a interesses e ideologias. A *construtividade* diz respeito à representação da realidade observada em símbolos, ou seja, constrói-se uma nova realidade. Por fim, conhecer resulta da comparação da nova vivência com aquilo que já se conhece, são interpretados com os modelos disponíveis no pré-conhecimento, a exemplo dos estereótipos. Como sublinha Sponholz (2009, p. 84), “como não se pode acolher todas as informações enviadas pelo mundo exterior, escolhe-se alguns aspectos através de um modelo que lhes confere sentido, as torna interessantes e úteis”. Ao que complementa que

“[...] podem corresponder a regras de moral e bom costume ou a visões de mundo político-ideológicas” (Sponholz, 2009, p. 94).

Se é assim, o profissional de jornalismo depara-se cotidianamente com a realidade para a produção de fatos e, em última análise, produzir conhecimento. Para realizar seu trabalho, precisa observar, indagar, questionar, confrontar, recorrer a sua visão de mundo (ética) para conhecer (epistemologia) e, dessa forma, se expressar por meio de notícias e reportagens — *seletividade, perspectiva e construtividade*. Nota-se, portanto, mais que o exercício de técnicas, a já referida conjugação dos aspectos ético e epistemológico.

Duas tragédias e a cobertura jornalística

Para verificar como a imprensa brasileira aborda as situações em que crianças e adolescentes são impactadas por viverem em situação de vulnerabilidade, como nos dois contextos mencionados neste trabalho, selecionamos matérias jornalísticas publicadas no portal de notícias G1³ logo após os acontecimentos trágicos, ou seja, mortes de crianças e adolescentes causadas durante operações policiais em regiões metropolitanas do Rio de Janeiro ao longo do ano de 2023, bem como as notícias publicadas no mês de maio de 2024 (período mais crítico do desastre climático) referentes aos impactos das enchentes que aconteceram no Rio Grande do Sul. Para tanto, utilizamos a ferramenta de busca do Portal aplicando as palavras-chave: *crianças, adolescentes, bala perdida, ação policial, tiro, enchente, desastre climático, RJ, RS*. Essa sondagem nos oferece pistas para pensarmos como jornalistas têm mobilizado a temática, bem como traçarmos um paralelo sobre os dois tipos de cobertura. Isso não implica criar hierarquias sobre qual tragédia ou violência merece mais atenção, mas nos auxilia a refletir sobre qual delas ganha mais visibilidade e atenção da imprensa.

Para nossas reflexões, recorreremos às técnicas da Análise de Conteúdo, uma vez que esse método é adequado para “descrever e classificar produtos [...] para avaliar características da produção de indivíduos, grupos e organizações, para identificar elementos típicos, exemplos representativos e discrepâncias” (Herscovitz, 2010, p. 123).

³ A escolha se justifica por ser o portal noticioso que registrou maior número de visitas nos últimos meses, de acordo com a ferramenta de análise de sites Similarweb. Somente em maio de 2024, o G1 registrou 250,6 milhões de visitas, ficando muito à frente do segundo colocado, o portal Terra, com 135,5 milhões de visitas no mesmo período. Disponível em: <https://www.similarweb.com/pt/website/g1.globo.com/#overview>. Acesso em: 26 jun. 2024.

Nesse sentido, identificamos que ao longo do mês de maio de 2024 foram publicadas 22 matérias (entre notícias e reportagens) dando destaque ao impacto da tragédia climática nas vidas das crianças gaúchas. No que se refere à letalidade das operações policiais no Rio de Janeiro para crianças e adolescentes, foram baleadas 25 crianças na região e 10 delas morreram no ano de 2023, de acordo com dados divulgados em janeiro de 2024 pelo Instituto Fogo Cruzado. Encontramos apenas 14 matérias (entre notícias e reportagens, conforme o Quadro 1) sobre a temática, sendo cinco delas sobre o mesmo caso: uma menina de três anos que não resistiu depois de ser baleada por um agente da Polícia Rodoviária Federal. A diferença quantitativa já nos permite observar que uma das tragédias ganha mais a atenção de jornalistas e, neste trabalho, interessa-nos compreender como se dá tal processo.

Quadro 1: Matérias publicadas no Portal G1 sobre crianças atingidas em operações policiais no Rio de Janeiro em 2023

Data	Título	Link
02/01	Corpo de menino morto por bala perdida na virada do ano em Mesquita é enterrado	https://acesse.one/c5GLn
11/01	Fogo Cruzado: em 6 anos, mil pessoas foram atingidas por balas perdidas, 229 morreram; 'Infelizmente está longe de acabar', diz mãe de Ágatha Félix	https://11nk.de/v/PMCcm
26/01	Menina morta em São João de Meriti é o sexto caso de menor atingido por bala perdida em um ano no RJ	https://acesse.one/gOBPN
07/02	ONG Rio da Paz instala placas em memória de crianças mortas no RJ em 2023	https://11nk.de/v/1qf7d
10/03	Criança é baleada na Ladeira dos Tabajaras, na Zona Sul do Rio: 'Ela não entendeu nada, só chorou enquanto o sangue jorrava', diz pai	https://11nk.de/v/XcvFU
12/04	Grande Rio tem 11 crianças baleadas em menos de quatro meses; número já é maior que todo o ano de 2022	https://acesse.one/62VLc
12/07	Criança é baleada e morre durante operação da PM em Maricá, no RJ	https://acesse.one/UUdFS
22/08	Grande Rio contabiliza 24 menores mortos por arma de fogo em 2023, segundo Fogo Cruzado	https://acesse.one/EPPFI
08/09	Carro que levava menina de 3 anos baleada durante abordagem da PRF era roubado; policiais são afastados	https://acesse.one/6LvnZ
08/09	'Não é um método aceito pela PRF', diz diretor sobre disparo que atingiu menina de 3 anos no Rio	https://11nk.de/v/Uz6Q1
13/09	Menina de 3 anos baleada durante abordagem da PRF apresenta piora	https://11nk.de/v/4VQru
16/09	Menina baleada por agente da PRF morre após 9 dias internada	https://acesse.one/Bsjzx
16/09	'Foi a criança mais forte do mundo', diz prima de menina baleada por agente da PRF; familiares e autoridades lamentam morte	https://11nk.de/v/nlbge
29/09	Veja quem são as crianças mortas pela violência no RJ e citadas em carta de Caetano Veloso ao Papa Francisco	https://11nk.de/v/pUhj0

Fonte: Dados da pesquisa, com base nas publicações do G1, 2024.

Identificamos, já na primeira matéria publicada, algumas coberturas mais episódicas dos casos em que crianças e adolescentes são atingidas por disparos de armas de fogo, como é possível observar nas linhas 1, 5 e 7 do quadro 1. O conteúdo das notícias parte da versão oficial dada pelo Estado do Rio de Janeiro e está centrado apenas na descrição de como as crianças foram baleadas, tensionando superficialmente, por meio de uma ou duas falas de familiares das vítimas, a versão oficial dada pela equipe de investigação acerca do andamento dos casos.

Seis matérias publicadas no período investigado (linhas 2, 3, 4, 6, 8 e 14) contextualizam os casos que envolvem crianças e adolescentes a partir de dados oficiais e pesquisas sobre pessoas atingidas em operações policiais. São esses textos que nos dão um pouco de dimensão da tragédia que acontece em territórios periféricos do Rio de Janeiro, como exemplo a notícia “Fogo Cruzado: em seis anos, mil pessoas foram atingidas por balas perdidas, 229 morreram; ‘Infelizmente está longe de acabar’, diz mãe de Ágatha Félix”, que faz uma abordagem ampla dos números que o Instituto Fogo Cruzado divulgou indicando as pessoas que foram atingidas em operações policiais nos últimos anos, destacando o número de mortes. Embora a matéria não tenha nenhum enfoque em crianças — apresentando somente um parágrafo com os dados referentes às vítimas menores de 18 anos — das quatro imagens que acompanham o conteúdo jornalístico, três são de crianças que foram atingidas durante tais operações policiais.

157



Figura 1: Linha 2 do quadro 1

Fonte: G1, 2024 (capturas de tela feitas pelos autores)

A matéria que fecha o mês de janeiro noticia a morte de uma menina de dez anos, mas nesse texto existe uma contextualização que explica que tal episódio não ser um caso isolado, como observado no título: “Menina morta em São João de Meriti é o sexto caso de menor atingido por bala perdida em um ano no RJ” (Portal G1, 2024, grifo adicionado).

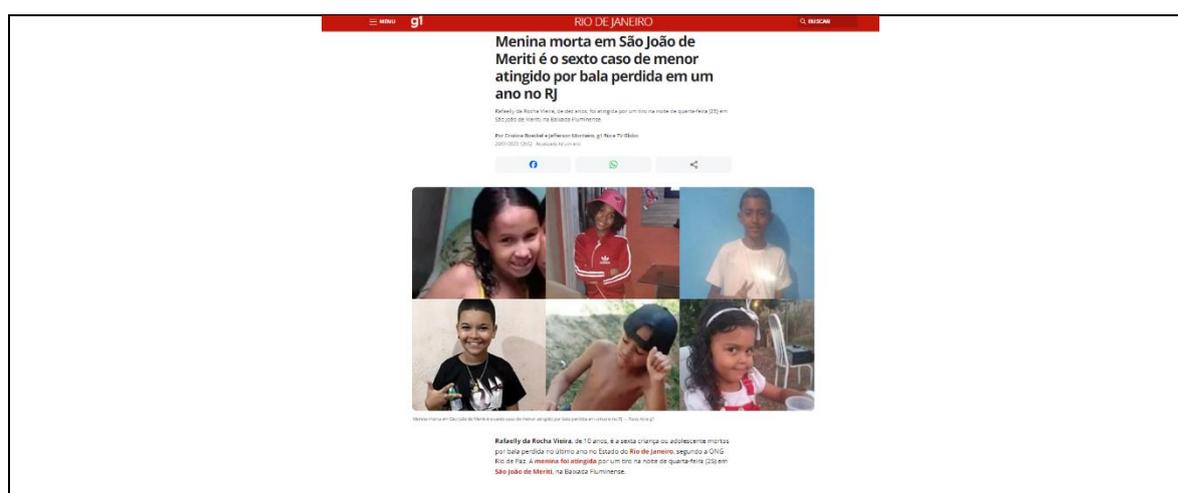


Figura 1: Linha 3 do quadro 1

Fonte: G1, 2024 (capturas de tela feitas pelos autores)

“Grande Rio tem 11 crianças baleadas em menos de quatro meses; número já é maior que todo o ano de 2022” é o título da matéria publicada no mês de abril no G1. O texto traz outros casos de mortes de crianças durante operações policiais e balas perdidas, apresentando como fonte o Instituto Fogo Cruzado que indica a necessidade de complexificar tais casos e entendê-los como um problema de segurança pública, “É urgente rever a política de Segurança Pública do Rio de Janeiro”, diz o Instituto Fogo Cruzado” (Portal G1, 2024). Em agosto, a reportagem “Grande Rio contabiliza 24 menores de idade mortos por arma de fogo em 2023, segundo Fogo Cruzado” traz dados parciais sobre crianças e adolescentes mortas no primeiro semestre.

RIO DE JANEIRO
Entre 1 de janeiro e 22 de agosto de 2023, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro contabilizou, pelo menos, 24 crianças e adolescentes mortos por arri de fogo , segundo o Instituto Fogo Cruzado.
Crianças (até 12 anos) baleadas:
<ul style="list-style-type: none">• 16 baleadas;• 7 mortos e 9 feridas;• 4 atingidas em ações e operações policiais (2 mortas)• 12 vítimas de bala perdida (6 mortas).
Adolescentes (entre 12 e 17 anos) baleados:
<ul style="list-style-type: none">• 35 baleados• 17 mortos e 18 feridos• 13 feridos em ações e operações policiais (5 mortas)• 13 vítimas de balas perdidas (4 mortos e 9 feridos)

Figura 3: Linha 8 do quadro 1

Fonte: G1, 2024 (capturas de tela feitas pelos autores)

A matéria tem como gancho a morte de Brayan dos Santos, 16 anos, que foi atingido quando voltava da escola, em São Gonçalo, além de destacar que o Instituto Fogo Cruzado contabilizou 274 crianças e adolescentes mortas nos últimos sete anos. A reportagem apresenta muitos familiares como fontes, o que humaniza a vítima e dá pistas que nos auxiliam a ter um pouco de contato com a dimensão da dor das famílias que perderam suas crianças e adolescentes, como no trecho: “A madrinha de Rafaelly fez um desabafo, ao vivo, no Bom Dia Rio. ‘Temos que parar de normalizar crianças morrendo no nosso estado’, disse Elza Alaíde Menezes” (Portal G1, 2024).

O mês de setembro é marcado com a história de Heloísa dos Santos Silva, 3 anos, que foi baleada dentro de um carro na Baixada Fluminense. Ao todo, foram produzidas e publicadas exclusivamente pelo Portal G1 cinco matérias sobre o caso, além de outras publicações de conteúdos produzidos por outros jornais do grupo Globo, como Bom dia RJ. O desdobramento da cobertura do caso acompanhou o tempo que a criança ficou internada em estado grave. A morte ocorreu nove dias após a menina ser atingida e todas as notícias publicadas retomaram o contexto em que a criança foi baleada, o estado de saúde da criança e a versão dada pela Polícia Rodoviária Federal.

Pelos dados aqui apresentados, podemos observar nessa cobertura a predominância de uma abordagem factual, como se cada episódio não tivesse conexão

com um fenômeno muito maior — a violência, a desigualdade socioeconômica, raça, cor. Do ponto de vista técnico, o material responde às perguntas básicas consagradas — quem? Onde? Como? Muito menos os porquês, o que mostra o privilégio às consequências e o descompromisso com as possíveis causas (primeiro e segundo *nó*). As fontes ouvidas, em sua maioria, são as oficiais, com vozes de vítimas ou familiares apenas em tom burocrático (terceiro *nó*). A *seletividade* e a *perspectividade* (desafio ético — visão de mundo) das equipes de reportagem denotam limitações “do que conhecer” (quarto e quinto *nós*), levando a uma *construtividade* restrita a um simples “conhecimento do presente” — pouco crítico, nada emancipador.

Em seguida, podemos visualizar o contexto da cobertura sobre a recente tragédia climática no Rio Grande do Sul.

Quadro 2: Matérias publicadas no Portal G1 sobre crianças atingidas por enchente no Rio Grande do Sul em 2024

Data	Título	Link
01/05	Quase 4,5 mil pessoas tiveram que sair de casa por causa das enchentes no Rio Grande do Sul	https://acesse.one/jz5fT
02/05	FAB resgata criança de dois anos no Rio Grande do Sul	https://11nk.de/v/vvjJs
04/05	Bebê é resgatado de helicóptero por telhado de casa durante enchente em Bom Retiro do Sul	https://acesse.one/aimXW
08/05	'Coloquei ela na mochila', diz pai que salvou filha de 8 dias das enchentes no RS	https://acesse.one/misfd
08/05	Voluntários, resgatados e abrigados relatam o drama dos temporais no RS	https://acesse.one/Prv4b
08/05	Enchentes no RS: FAB transfere bebê de 3 meses em estado grave para hospital a mais de 500 km da região alagada	https://11nk.de/v/wOo9J
09/05	As crianças na catástrofe do Rio Grande do Sul	https://11nk.de/v/QykGd
09/05	Tragédia no Rio Grande do Sul: como crianças chegam, são recebidas e cuidadas em abrigos durante enchentes	https://11nk.de/v/J57oo
09/05	Livro auxilia crianças a lidarem com a tragédia no Rio Grande do Sul	https://11nk.de/v/6V8RM
10/05	Enchente no RS: Mulher entra em trabalho de parto em abrigo e dá à luz menino	https://11nk.de/v/6iW0D
10/05	Governo do RS reforça segurança nos abrigos; 11 pessoas foram presas	https://acesse.one/AZuID
11/05	'Eu rezo todos os dias', 'tudo vai passar': crianças de todo o país enviam cartas com mensagens de carinho para vítimas de tragédia no RS	https://acesse.one/hPFp8
11/05	Crianças de SC colocam cartinhas dentro de doações para vítimas das chuvas no RS: 'Você não está sozinho'	https://acesse.one/WJ3EH
15/05	Com bebê de 3 dias, família do RS viaja com desconhecido e é acolhida na casa dele em SC após enchentes	https://11nk.de/v/HMC0f

15/05	Mais uma vez, na lama: escolas em Muçum (RS), destruídas por chuvas em 2023, haviam sido reabertas pouco antes da nova inundação	https://l1nk.de/v/6Ouvv
15/05	Enchente histórica no RS e as consequências da tragédia na vida das pessoas	https://acesse.one/PyAl3
18/05	Famílias de crianças atípicas são acolhidas em casa de irmãs franciscanas durante cheias em Porto Alegre	https://acesse.one/NOWW5
18/05	Avião decola de MS com 3 mil medicamentos para auxiliar crianças vítimas das enchentes no RS	https://acesse.one/Lbg6U
18/05	Menino de 5 anos participa de ação em escola, doa brinquedos e 'escreve' cartinha para crianças do RS: 'Que Deus proteja todos vocês'	https://l1nk.de/v/V6BwQ
21/05	Alunos de colégio do interior de SP enviam cartas de apoio às crianças vítimas das enchentes no RS: 'Um pouquinho de esperança'	https://acesse.one/Aadb4
22/05	Campanha em Jundiá arrecada brinquedos para crianças vítimas das enchentes no RS; saiba como contribuir	https://acesse.one/lx2ec
22/05	Com lápis de cor, papel e solidariedade, alunos do interior de SP escrevem cartas para crianças do RS: 'Nos importamos com eles'	https://acesse.one/HI9rh

Fonte: Dados da pesquisa, com base nas publicações do G1, 2024.

A primeira matéria, publicada no dia 1º de maio, destaca em seu título impacto na população gaúcha como um todo: “Quase 4,5 mil pessoas tiveram que sair de casa por causa das enchentes no Rio Grande do Sul”. No entanto, ao lermos o conteúdo é possível identificar uma abordagem que busca ressaltar o quanto famílias com crianças sofreram naqueles primeiros dias de fortes chuvas. Isso é possível observar no trecho: “É quase impossível deslocar a família inteira ao mesmo tempo. O pai leva nas mãos o gatinho da família. ‘É o filho das crianças’, diz o pai’. ‘As crianças já estão em lugar seguro e agora faltava nós’, completa a mãe” (Portal G1, 2024). Tal enfoque é retomado em matéria publicada em 15 de maio: “Enchente histórica no RS e as consequências da tragédia na vida das pessoas”, que conta histórias de pessoas resgatadas, famílias que precisaram ir viver em abrigos com crianças e todo o impacto que estão sofrendo depois da enchente.

As três matérias seguintes (Linhas 2, 3, 4 e 6) abordam resgates de crianças pequenas, sendo dois bebês menores de um ano. Os textos apresentam informações que vão dando dimensão da tragédia, mobilizando diversas fontes, principalmente cidadãos que foram atingidos pela enchente, como no caso da notícia publicada em 08 de maio — “‘Coloquei ela na mochila’, diz pai que salvou filha de 8 dias das enchentes no RS” —, que mostra relato do homem que resgatou a própria filha: “‘Abracei a mochila com uma mão e a outra usava para me locomover. Foi o único jeito. Era muita água. Se ela caísse dentro

da água, não ia ter o que fazer. Foi o jeito que eu achei. Usar a mochila pra passar por cima do telhado', relatou Patrick".

São matérias que mobilizam emoção, o que se repete na notícia de 8 de maio que traz relatos dos voluntários que estavam trabalhando nos abrigos e outras frentes de resgate. Um dos casos em destaque envolve uma criança que a mãe escolheu que fosse prioridade no resgate.

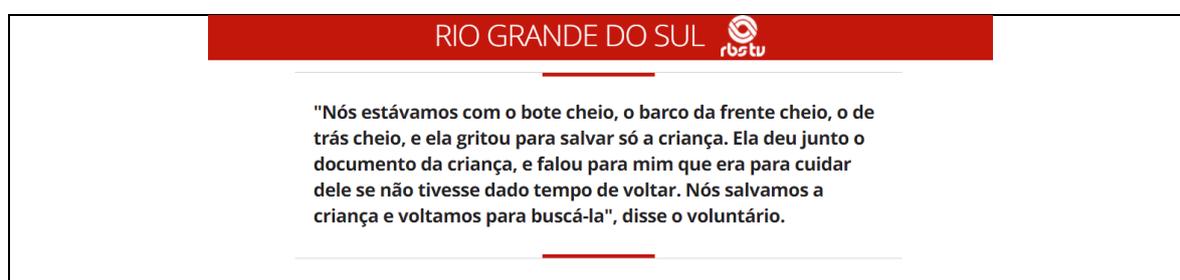


Figura 4: Linha 5 do quadro 2

Fonte: G1, 2024 (capturas de tela feitas pelos autores)

A matéria apresenta outras histórias que envolvem crianças atingidas pela catástrofe ambiental, como o trecho: "Dezenas de abrigos foram montados pela cidade para acolhê-las. Uma delas é Tatiane da Silva, que está em um desses locais com o filho de 1 ano. Não era o que ela queria para ele, mas foi o que os salvou" (Portal G1, 2024). Tal trecho é antecedido por um vídeo da mãe com o bebê. Na sequência, o texto conta a história do resgate de Manuela, 10 anos, que também precisou de ajuda para ser resgatada e traz a fala da mãe da criança que lamenta o trauma que a criança carrega depois da tragédia.

No dia 9 de maio foram publicadas três matérias com enfoque em como as crianças estão lidando com as consequências da enchente. Os textos abordam desde como as vítimas menores de 18 anos estão sendo acolhidas e cuidadas nos abrigos, a dicas de leitura que podem auxiliar as famílias a melhor abordar o tema com suas crianças. No dia 10 de maio foram publicadas duas matérias, a primeira sobre uma mulher que entrou em trabalho de parto em um dos abrigos e a outra sobre as medidas de segurança adotadas pelo governo do Estado para garantir que não ocorram casos de violência nos locais que estão abrigando as pessoas atingidas pela enchente. É possível observar uma alteração na cobertura da enchente no que se refere às crianças e adolescentes, as matérias começam a pautar menos os resgates e abrem espaço para enfoques sobre como a

população local está se organizando a partir da tragédia, bem como na comoção do resto do país. As matérias publicadas no dia 11 de maio são a respeito de ações de crianças de outros estados: “‘Eu rezo todos os dias’, ‘tudo vai passar’: crianças de todo o país enviam cartas com mensagens de carinho para vítimas de tragédia no RS” e “Crianças de SC colocam cartinhas dentro de doações para vítimas das chuvas no RS: ‘Você não está sozinho’” falam sobre atos solidários que buscaram amenizar o sofrimento das crianças gaúchas. Outras cinco matérias (linhas 18, 19, 20, 21, 22) têm o mesmo enfoque: ações realizadas por crianças de outros estados brasileiros com o objetivo de ajudar as crianças que foram atingidas pelas enchentes no Rio Grande do Sul.

A única matéria que aborda o impacto da enchente na educação das crianças e adolescentes foi publicada em 15 de maio e relembra o drama vivido em enchente de 2023 no município de Muçum e que voltou a acontecer: “Mais uma vez, na lama: escolas em Muçum (RS), destruídas por chuvas em 2023, haviam sido reabertas pouco antes da nova inundação”. Notícias sobre o acesso às políticas públicas básicas não tiveram espaço no Portal ao longo do mês de maio.

Embora as matérias dessa tragédia também estejam ancoradas fortemente aos valores positivistas de factualidade, objetividade e neutralidade (primeiro *nó*), identificamos uma disposição em aprofundar informações que indiquem um pouco das histórias das famílias atingidas. Verificamos que são matérias que mobilizam mais fontes pessoais e que narram os dramas vividos na pele, assim, rompendo com o segundo *nó* e deixando as subjetividades desses personagens ganharem centralidade nas narrativas. Entendemos que tal movimento dá possibilidade aos leitores de compreenderem melhor as relações de poder que resultaram na tragédia, como o papel do Estado na proteção de sua população (terceiro *nó*). Além disso, procura aproximar o público da tragédia, gerando empatia e mobilizações de diferentes localidades brasileiras (quarto *nó*).

Considerações possíveis

As duas coberturas aqui analisadas denotam semelhanças e diferenças. Se, por um lado, ambas foram guiadas pelo preceito fundamental de busca pela verdade, por meio de constatações objetivas, por outro, destoam nos critérios de *seletividade* (interpretação dos valores-notícia), na *perspectividade* sobre as pessoas e seus lugares em que vivem. Por

consequência, a *construtividade* do material jornalístico reflete em representações da realidade de maneira distinta — em enfoques e intensidade.

Para romper com os *nós* (adversidades herdadas da colonialidade) aqui descritos, há que se desenvolver o fazer e o pensar jornalístico por uma elevação do nível de consciência. Ao discorrer sobre os níveis de consciência, Paulo Freire (1979) sublinha que a conscientização é uma operação complexa de seres conscientes que estão não apenas *no* mundo, mas *com* o mundo. Por essa operação, o ser humano pode transcender o que denominou como *consciência ingênua* para alcançar uma *consciência crítica*. Para tanto, há que se firmar um “compromisso como mundo, que deve ser humanizado para a humanização dos homens, responsabilidade com estes, com a história” (Freire, 1983, p. 18). Concordando com o patrono da educação brasileira, e como já expressamos anteriormente, é primordial colocar o ser humano como ponto de partida e de chegada na narrativa jornalística. Desta forma, o jornalista poderá em sua relação com o mundo, esvaziar-se de preconceitos de modo a captar, ver e enxergar, ouvir e escutar, questionar e sentir. Munido de uma racionalidade criativa e da emoção solidária, assumir a postura de curiosidade e descoberta, de humildade para sentir as dores do mundo, de empatia, de solidariedade. Assim, seu trabalho deverá respeitar as diferenças de qualquer natureza e se isentar de julgamentos, de preconceitos e estereótipos. Sua narrativa poderá adquirir um caráter emancipatório, pois, de forma humanizada, seu ato será humanizador (Ijuim, 2012, 2017).

Nesta linha de raciocínio, compreendemos a necessidade de o jornalista avançar para o que chamamos de “consciência ética-epistemológica”. Esta consciência ética-epistemológica estipula o que visualizamos como pauta e como a lemos, assim como quais são as fontes, que perguntas fazemos a elas, quais conhecimentos produzimos em nossas notícias. Inerente a cada profissional, esta consciência precisa ser decolonizada de modo a nos fazer reconhecer, perceber e incorporar as múltiplas possibilidades de pensar e fazer jornalismo. Dessa maneira, podemos esperar em, ao humanizar o jornalista, humanizar o jornalismo.

Referências

- ABI. Associação Brasileira de Imprensa. **Princípios Internacionais da Ética Profissional no Jornalismo**. 2024. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.abi.org.br/institucional/legislacao/principios-internacionais-da-etica-profissional-no-jornalismo/> . Acesso em: 22 ago. 2024.
- BOECKEL, C.; MONTEIRO, J. **Menina morta em São João de Meriti é o sexto caso de menor atingido por bala perdida em um ano no RJ**. Portal G1. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/01/26/menina-morta-em-sao-joao-de-meriti-e-o-sexto-caso-de-menor-atingido-por-bala-perdida-em-um-ano-no-rj.ghtml>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: promulgado em 13 de julho de 1990. Brasília. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 20 jun. 2024.
- Fenaj. Federação Nacional dos Jornalistas. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros**. 2007. Brasília. Disponível em: <https://bit.ly/3VT9tMq> . Acesso em: 22 ago. 2024.
- FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 4ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, P. **Educação e mudança**. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- FUNDAÇÃO ABRINQ. **Cenário da Infância e Adolescência no Brasil**. 2023. São Paulo. Disponível em: <https://fadc.org.br/sites/default/files/2023-05/Cenario-da-infancia-2023.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- GENRO FILHO, A. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012.
- HERSCOVITZ, H. G. Análise de conteúdo em jornalismo. LAGO, C.; BENETTI, M. (Org.). **Metodologia da Pesquisa em Jornalismo**. 3a. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- IJUIM, J.K. Por que humanizar o jornalismo (?) **Revista Verso e Reverso**. 31 (78): pp. 235-243, setembro-dezembro 2017. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/versoereverso/article/view/ver.2017.31.78.07> . Acesso em: 22 ago. 2024.
- INSTITUTO FOGO CRUZADO. **Relatório Anual**. 2024. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://s3.us-east-2.amazonaws.com/br.com.fogocruzado/bc25c4ef-d0bf-405b-b77e-86f96d7620c9>. Acesso em: 22 ago. 2024.
- LEONTIEV, A. **Actividade, conciencia e personalidad**. Habana: Pueblo e Educación, 1983.
- MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; Grosfoguel, R. (org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.
- MEDINA, C. **A arte de tecer o presente**: Narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.
- MEDINA, C. **Ciência e jornalismo**: Da herança positivista ao diálogo dos afetos. São Paulo: Summus, 2008.

MEDINA, C. Narrativas da contemporaneidade, caos e diálogo social. In: Medina C.; Greco, M. (Orgs). **Caminhos do saber plural: Dez anos de trajetória**. São Paulo: ECA/USP, 1999.

PARK, R. A notícia como forma de conhecimento: Um capítulo dentro da sociologia do conhecimento. In: Berger, C.; Marocco, B. (Orgs). **A era glacial do jornalismo: Teorias sociais da imprensa**. Porto Alegre: Sulina, 2008

PEREIRA, F.H. Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão. Lisboa: **Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação**, 2004. Disponível em: <https://www.bocc.ubi.pt/texts/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2024.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: Lander, E. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires. setembro 2005. pp. 227-278. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf> . Acesso em: 26 jun. 2024.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SPONHOLZ, L. **Jornalismo, conhecimento e objetividade: Além do espelho e das construções**. Florianópolis: Insular, 2009.

UNICEF. **Crianças, Adolescentes e Mudanças Climáticas no Brasil**. 2022. Brasília. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/criancas-adolescentes-e-mudancas-climaticas-no-brasil-2022>. Acesso em: 22 ago. 2024.

Submissão: 15 de out. 2024

Aceite: 22 de dez. 2024.